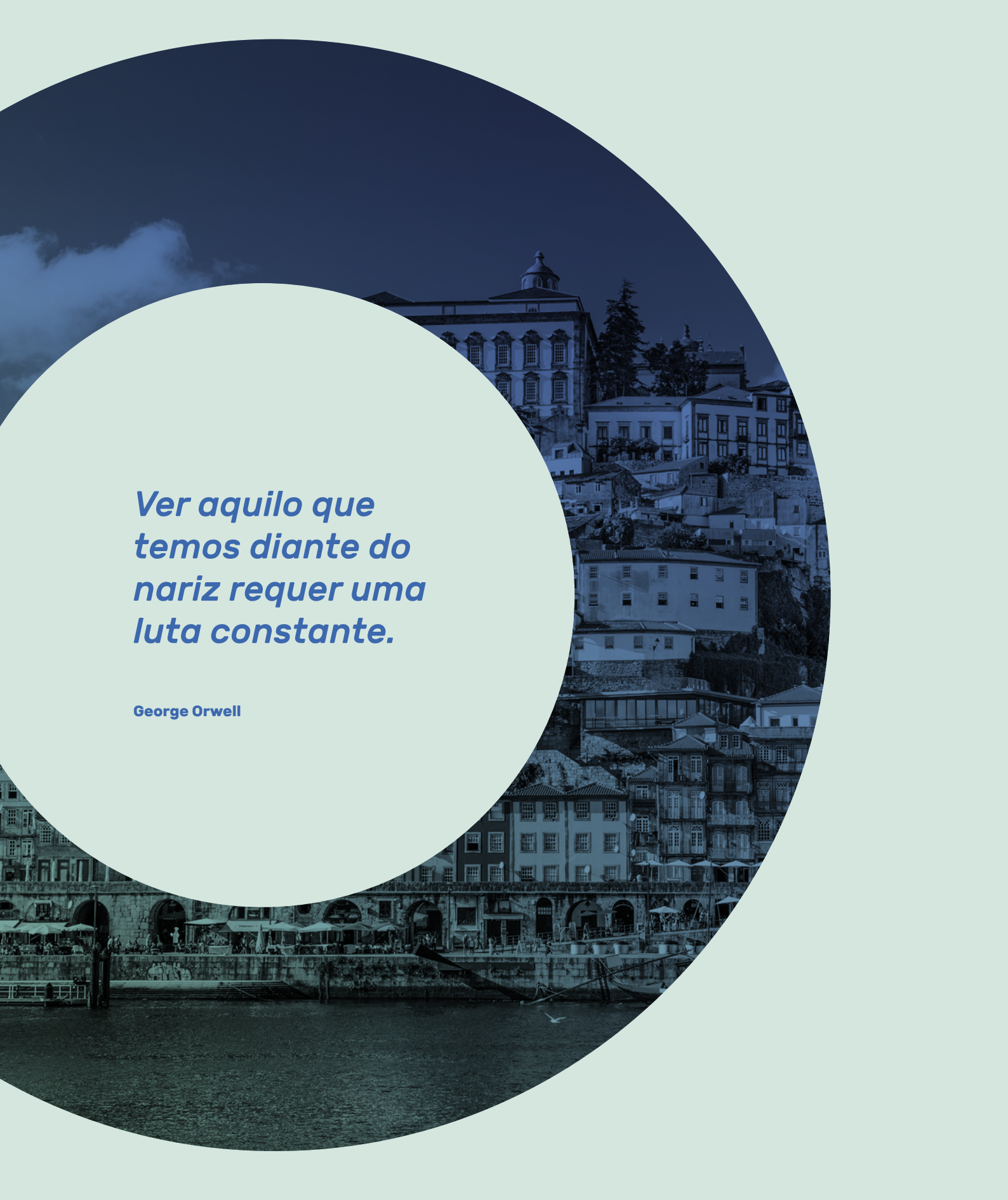




PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2024





*Ver aquilo que
temos diante do
nariz requer uma
luta constante.*

George Orwell



ÍNDICE

01	INTRODUÇÃO	06
02	CORPOS GERENTES	07
03	MENSAGEM DO PROVIDOR	08
04	PRINCÍPIOS GERAIS DE GESTÃO	10
4.1.	Cenário Macroeconómico	10
05	PLANO DE ATIVIDADES	14
5.1.	Enquadramento Geral	14
5.2.	Prioridades Estratégicas para 2024	15
5.3.	PARTE I Atividade Operacional	16
5.3.1.	Saúde	19
5.3.2.	Social, Mulher e Juventude	31
5.3.3.	Educação	53
5.3.4.	Deficiência e Incapacidade	59
5.3.5.	Desenvolvimento Agrícola	63
5.3.6.	Culto e Cultura	81
5.3.7.	Ambiente	91
5.3.8.	Justiça e Reinserção Social	93
5.4.	PARTE II Serviços Partilhados e Corporativos	96
5.4.1.	Recursos Humanos e Formação Profissional	99
5.4.2.	Gestão Administrativa e Património	103
5.4.3.	Auditoria Interna	107
5.4.4.	Marketing e Comunicação	111
5.4.5.	Contabilidade e Finanças	117
5.4.6.	Gestão Organizacional e Sistemas de Informação	121
5.4.7.	Assuntos Europeus	127
5.4.8.	Assuntos Jurídicos e Contencioso	131
5.4.9.	Data Protection Officer	137
5.5.	Referências Finais	141
06	ORGANOGRAMA GERAL	142
07	ORÇAMENTO	146
08	PARECER DO DEFINITÓRIO	170



INTRODUÇÃO

A apresentação deste Plano de Atividades e o Orçamento para 2024, cumprindo uma obrigação legal e estatutária, é feita num ambiente de profunda preocupação da política internacional, onde o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como a crise palestiniana com Israel, evidenciam bem a tensão existente. Se a isso acrescentarmos a situação na União Europeia, as alterações climáticas e a digitalização, vemos como são enormes os desafios que estamos a viver.

Em Portugal, a profunda crise do SNS – Serviço Nacional de Saúde com o seu novo modelo de gestão implicam, para nós, sucessivas modificações no paradigma de agir nesta área.

Vamos, pois, enfrentar 2024 com a confiança do pedido de Karl Popper, quando nos dizia que ser otimista é um dever moral. Cremos que a recente nomeação a Cardeal de D. Américo Aguiar seja um sinal de esperança e o raio de luz que precisamos para iluminar este sinuoso caminho de trabalho e serviço aos mais desfavorecidos da nossa sociedade.



CORPOS GERENTES

Mesa da Assembleia

Jorge Rui Moia Pereira Cernadas
Presidente

José Manuel Lemos Pavão
Vice-Presidente

António José Barbosa Samagaio
Vítor Guilherme Barrosa Pereira Dias
Secretários

Mesa Administrativa

António Manuel Lopes Tavares
Provedor
Pelouro da Justiça
Pelouro da Saúde - Hospital da Prelada
Pelouro da Mulher

Francisco José Guimarães Castelo Branco Ribeiro
Vice- Provedor
Pelouro da Deficiência e Ensino Especial
Pelouro do Desenvolvimento Agrícola
Pelouro da Saúde - Centro Hospitalar Conde de Ferreira

Joaquim da Silva Vianez
Tesoureiro Geral
Pelouro das Finanças e da Auditoria

Francisco Ribeiro da Silva
Mesário
Pelouro das Artes e da Cultura
Pelouro do Culto

Manuel Pinto Teixeira
Mesário

Maria Albertina Amorim Coelho
Mesária
Pelouro do Social, do Envelhecimento e da Juventude
Pelouro da Saúde - Centro Hospitalar Conde de Ferreira

Nuno Paulo Fernandes de Oliveira
Mesário
Pelouro do Ambiente
Pelouro da Educação

Definitório

António José Ramalho Monteiro
Presidente

Justino Cruz dos Santos
Vice-Presidente

Alexandra Afonso
Secretária

José Carlos Póvoas
Nuno Camilo Mota
Vogais

MENSAGEM DO PROVEDOR

A apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2024 surge num contexto ainda mais incerto devido aos últimos acontecimentos na geopolítica internacional.

Com efeito, além da crise Ucrânia-Rússia surge agora o conflito na faixa de Gaza contra Israel e, de novo, a problemática da energia passa a ser uma variável, cuja subida poderá arrastar um ciclo inflacionista. Ao mesmo tempo, o aumento do salário mínimo nacional vai implicar um esforço acrescido na tentativa de manter a motivação dos nossos profissionais. Tenho, a exemplo da Mesa Administrativa, a perfeita consciência das dificuldades dos novos tempos. A renegociação do contrato com o Serviço Nacional de Saúde, do nosso Hospital da Prelada, apesar de uma melhoria de aumento de faturação, evidencia a necessidade de uma alteração do paradigma cultural de comportamento da nossa instituição. Pese embora estarmos convictos que a alienação do terreno do Candal se poderá materializar, não entramos em linha de conta com receitas extraordinárias no nosso Orçamento.

Temos vivido um ciclo muito exigente da nossa vida coletiva, mas estamos convictos, até pelo Orçamento apresentado e pela ambição do plano que a nossa tendência será para melhorar os nossos resultados e atingir o equilíbrio necessário que possibilite à Santa Casa da Misericórdia do Porto continuar a ser digna da sua história. Afinal, em 2024 vamos celebrar 525 anos.

Porto, 16 de outubro de 2023

O Provedor



António Manuel Lopes Tavares





PRINCÍPIOS GERAIS DE GESTÃO

O presente Plano de Atividades e o respetivo Orçamento para 2024 continuam a respeitar os princípios equilibrados de gestão que permitam à instituição continuar a sua missão.

Nesse domínio gostaríamos de referir o princípio da prudência orçamental, evitando o recurso a endividamento que não seja o que resulte para concretizar uma política de investimento.

O princípio da consolidação orçamental, permitindo um acompanhamento durante a sua execução, acrescido do controle de despesa. A recente reestruturação, que conduziu à não continuidade de alguns equipamentos, permitiu um reajustar das necessidades operacionais para futuras atividades. A alienação do Campo do Candal vai permitir à instituição dar resposta a um plano de investimentos, que terá de ter em atenção a modernização do Hospital da Prelada, o elevar da capacidade de acolhimento do Centro Hospitalar Conde de Ferreira e a criação de uma nova ERPI, cuja resposta terá de ser adaptada às transformações tecnológicas que estamos a viver.

4.1. Cenário Macroeconómico

Em termos de indicadores macroeconómicos, as estimativas indiciam o seguinte:

- As projeções do Banco de Portugal, em outubro de 2023, apontam para um abrandamento do crescimen-

to económico, tanto na zona Euro quanto em Portugal. Prevê-se que a taxa de crescimento do PIB será de 0,7% na zona Euro e de 2,1% em Portugal;

- O ano foi marcado por um movimento lento de descida da inflação face ao ano anterior, mantendo-se, contudo, nos 5,6% na zona Euro e nos 5,4% em Portugal;
- A taxa de desemprego tem-se mantido relativamente estável, ainda que com flutuações no sentido do seu decréscimo ao longo de 2023. Situada nos 6,1% em setembro de 2023, enquadra-se na taxa natural de desemprego, cuja estimativa aponta para entre os 6% e os 7%;
- Face ao risco de ressurgimento da inflação, o Banco Central Europeu optou por manter a tendência crescente das taxas de juro, que chegaram aos 4,5% em outubro de 2023;
- O preço das habitações, por m², tem vindo a aumentar de forma significativa. Entre setembro de 2022 e setembro de 2023 registou um acréscimo de 5,7% no caso das vendas e de 31,1% no valor dos arrendamentos;
- De acordo com os dados mais recentes (Pordata, 2023), a taxa de risco de pobreza atingia, em 2021, os 42,5 % antes de qualquer transferência social, correspondendo a 16,4% após transferências sociais. No entanto, desde fevereiro de 2022, o aumento da inflação, dos preços dos bens essenciais e do custo da habitação tem impactado claramente o risco de pobreza. De acordo com

a Confederação das Instituições de Solidariedade, 1,7 milhões de pessoas estão, em Portugal, em risco de pobreza (outubro de 2023). Segundo a ONU, em três anos de crise, 165 milhões de pessoas, por todo o mundo, terão entrado na pobreza;

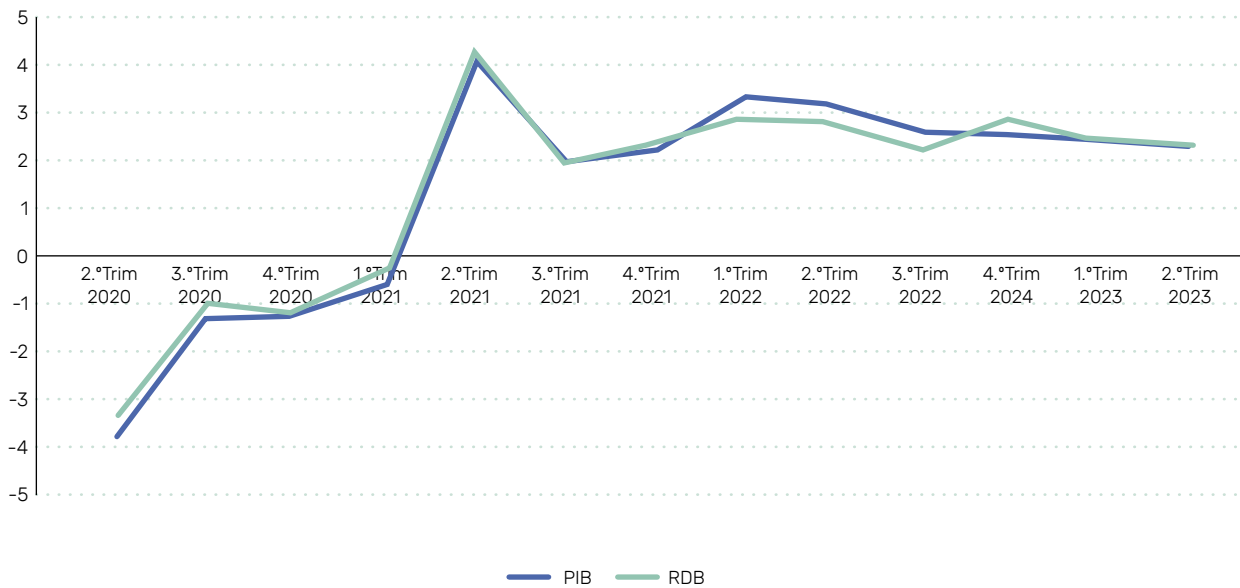
• O nível salarial em Portugal é baixo, com um crescimento muito lento. A trajetória descendente inverteu-se de 2016 em diante. No entanto, tem-se vindo a observar uma compressão da distribuição salarial como um todo. Os salários médios reais têm estagnado, tanto em Portugal, quanto em países como Alemanha, Espanha ou Polónia.

Taxa de Crescimento do PIB real, 2014-2023 (em %)

	Zona Euro (20 países)*	Portugal	Total OCDE
2014	1,4	0,8	1,5
2015	2,0	1,8	3,3
2016	1,9	2,0	2,2
2017	2,6	3,5	2,5
2018	1,8	2,8	2,2
2019	1,6	2,7	2,2
2020	- 6,1	- 8,3	- 6,3
2021	5,9	5,7	3,5
2022	3,4	6,8	1,0
2023 **	0,8	2,1	2,7

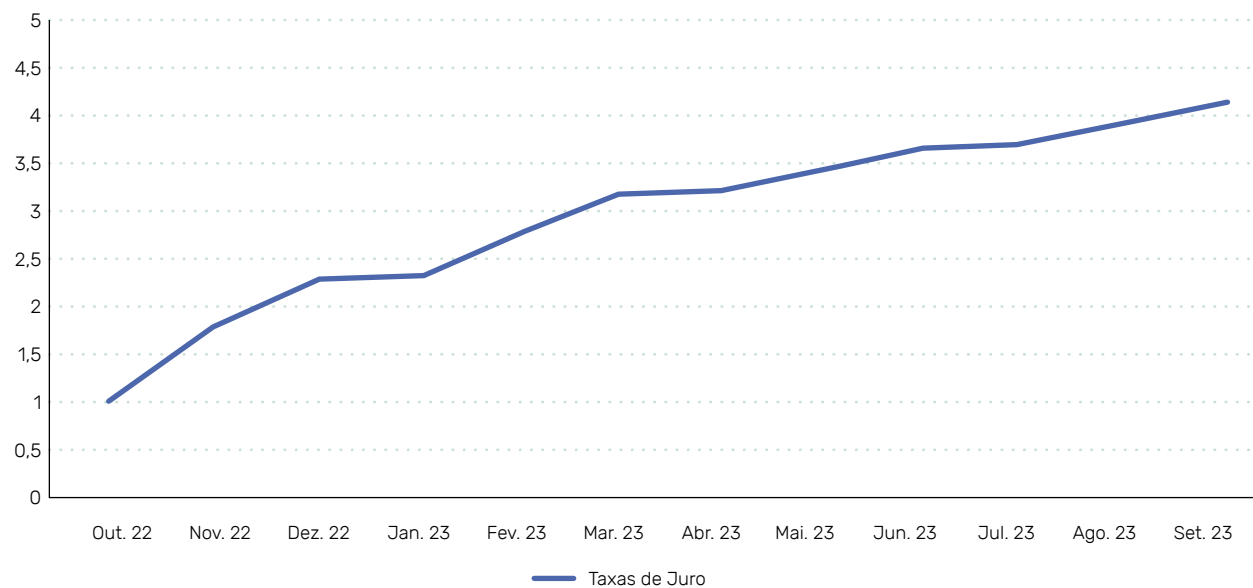
Fonte: Eurostat e OCDE; * desde 2023; ** estimativa

Taxa de Variação em Cadeia do PIB e do Rendimento Disponível Bruto, 2020-2023 (em %)



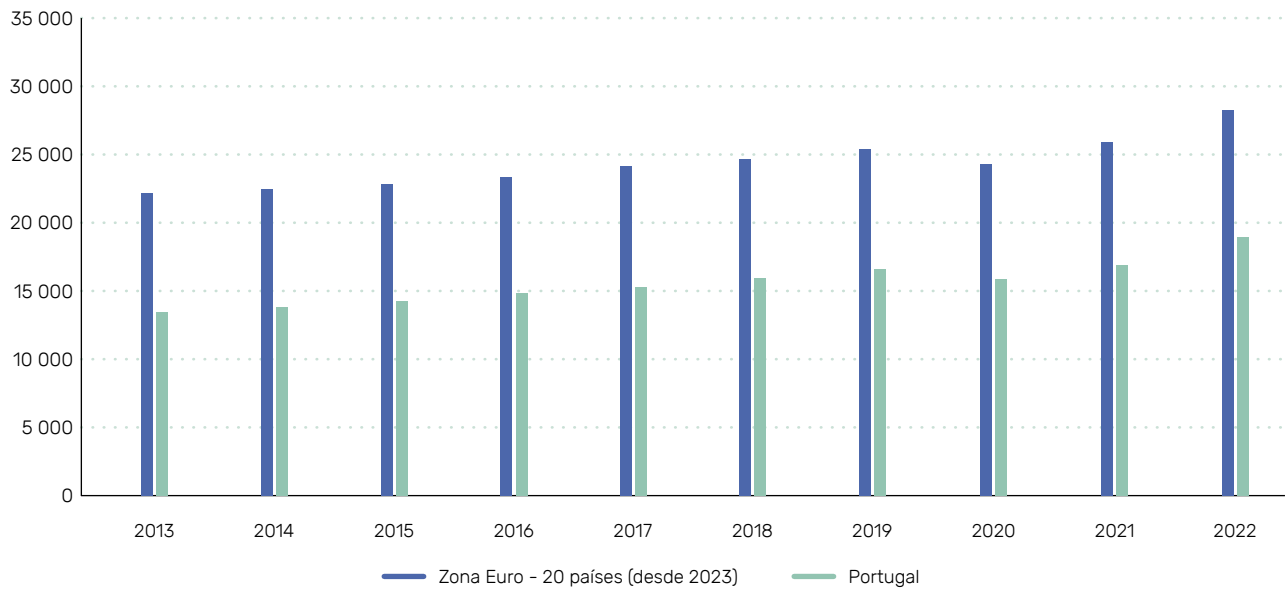
Fonte: INE, 2023

Evolução das Taxas de Juro, 2022- 2023 (em %)



Fonte: Banco de Portugal, outubro 2023

Consumo Total, per capita (em euros)



Fonte: INE, 2023

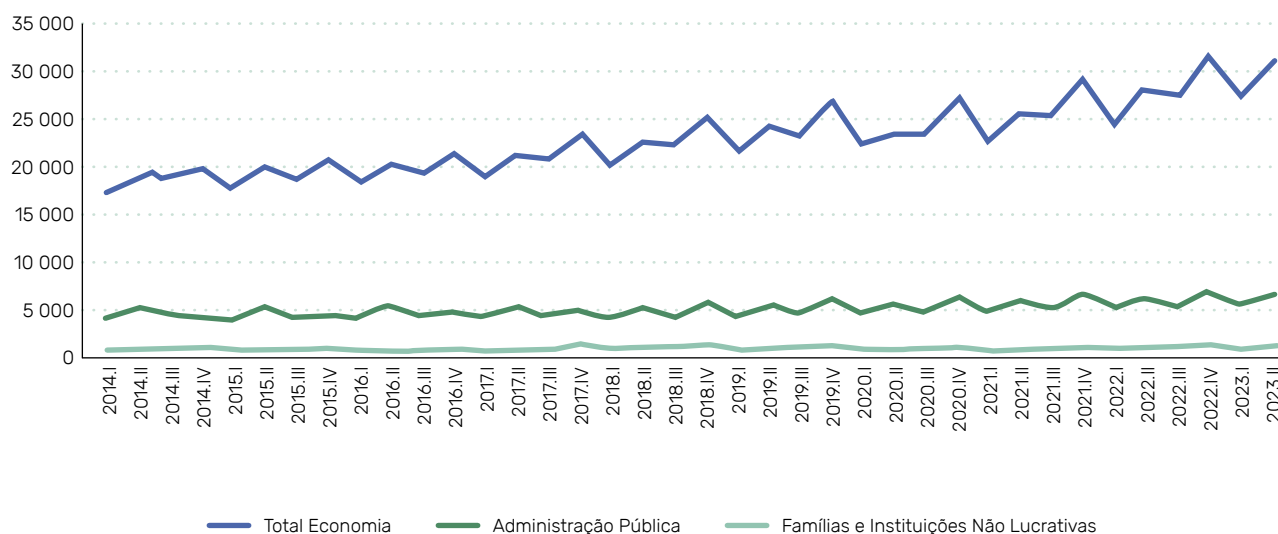
No 2.º trimestre de 2023, a despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das famílias e da Administração Pública) aumentou 1,6% face aos 2,5% registados no anterior, determinando o aumento da taxa de poupança para 5,7% (5,3% no trimestre anterior). Em termos reais, o Rendimento Disponível Bruto ajustado *per capita* das famílias aumentou ligeiramente (0,4% no 2.º trimestre de 2023).

Na UE, o consumo real das famílias *per capita* diminuiu 0,2% no primeiro trimestre de 2023, após uma diminuição

de 1,4% no trimestre anterior. Ao mesmo tempo, o rendimento real das famílias *per capita* aumentou 0,5% no primeiro trimestre de 2023, após uma diminuição de 0,4% no quarto trimestre de 2022.

O consumo das famílias portuguesas representa nada menos que 63% do PIB do país (em Espanha, o valor ronda os 56%). Em 2022, registou um crescimento significativo de 5,8% e contribuiu com 3,7 p.p. para o crescimento do PIB do ano de 6,7%.

Remunerações Pagas, 2014-2023 (em: 10⁶ euros)



Fonte: INE, 2023

No 2.º trimestre de 2023, os custos unitários do trabalho aumentaram 4,8% em termos homólogos, que compara com uma taxa de variação de 2,9% no trimestre anterior. Este resultado deveu-se ao crescimento de 7,5% da remuneração média, que superou o aumento de 2,6% da produtividade.

PLANO DE ATIVIDADES

5.1. Enquadramento Geral

O Plano de Atividades e o Orçamento para 2024 tiveram em linha de conta a taxa de crescimento previsível da UE e do FMI, assentando numa taxa média de 1,5% a que se prevê uma taxa de inflação de 3,5%, valores esses que a crise do Médio Oriente, associada à crise da Ucrânia, poderá ser necessário rever em alta. Ao mesmo tempo, dada a indefinição para o valor das rendas, também aqui fomos cautelosos e optamos por um valor de 3% de crescimento.

Foram tidas em conta as necessárias mudanças implicadas pelo aumento do salário mínimo e um reforço do subsídio de refeição. Outras medidas no domínio da política de recursos humanos serão enquadradas através da saída de pessoas que não necessitem de substituição imediata.

A renegociação do contrato programa com o SNS do Hospital da Prelada e a sua conclusão fica sempre condicionada pelas alterações que o referido SNS está a viver. De qualquer forma, para o ano de 2024 foi consensualizado um aumento da prestação do hospital em cerca de 10%, valor que vai permitir manter a sua capacidade de produção e de resposta complementar ao SNS.

Conscientes das dificuldades, saberemos continuar a desenvolver o Plano de Atividades e a necessária rentabilização do nosso património de rendimento, onde o chamado Campo do Candal ganha particular relevo, a par da rentabilização do antigo Rodrigues Semide e do Parque da Prelada, bem como do equilíbrio do Centro Hospitalar Conde de Ferreira.



5.2. Prioridades Estratégicas para 2024

As prioridades estratégicas para o ano de 2024 serão sempre de assegurar, em primeiro lugar, a sustentabilidade financeira, social, política, económica e ambiental da Misericórdia do Porto.

Concluída que está a negociação do contrato programa do Hospital da Prelada com o SNS, chega o tempo de se poder realizar uma profunda reforma na abordagem do nosso hospital à prestação de serviços de saúde, aos nossos clientes, utentes e doentes. Esse processo será decisivo para o futuro do nosso hospital.

No ano de 2024 deveremos ter concluído o processo de alienação do Campo do Senhora da Hora, deveremos ter a colocação em concurso do Campo do Candal, cuja expressão financeira será fundamental para o quadro de investimentos necessários no Hospital da Prelada, e no património de arrendamento. Encontrada uma solução para o Rodrigues Semide e para o Parque da Prelada estamos convictos que o ciclo de ajustamento mais difícil pode ser ultrapassado com esforço e dedicação.

Sempre focados em novas receitas e num melhor modelo de operacionalização, acreditamos que, a exemplo das gerações anteriores, saberemos honrar as gerações vindouras e aqueles que mais precisam de nós no ano em que vamos celebrar os 525 anos de vida.

Uma palavra final de agradecimento a todos pela confiança da Irmandade e aos que servem e trabalham no quotidiano da Misericórdia para se cumprir essa missão.

5.3. PARTE I





Atividade Operacional



5.3.1. Saúde

5.3.1.1. Hospital da Prelada | Dr. Domingos Braga da Cruz

O Plano de Atividades e Orçamento de uma organização é um instrumento orientador e previsional de gestão, fundamental à tomada de decisão, no qual se declaram as estratégias gerais de atuação, analisada a envolvente interna e externa, e se determina o orçamento necessário à consecução das atividades programadas e da afetação de recursos indispensáveis à sua operacionalização.

O Hospital da Prelada tem por missão tratar a doença e a pessoa doente, proporcionando melhor qualidade de vida pela conjugação de cuidados de excelência, desenvolvimento científico e atenção às necessidades de quem nos procura.

A consecução desta missão é orientada por uma visão centrada no empenho na manutenção e desenvolvimento da marca de Hospital de referência pela qualidade dos cuidados de saúde prestados, pelos indicadores de resultado produzidos, pela elevada satisfação das expectativas dos doentes, pelo reconhecimento pela comunidade que serve e, pela eficiência e eficácia na utilização dos recursos disponíveis.

Na altura em que elaboramos o plano de atividades para 2024 para o Hospital da Prelada, há uma incógnita, omnipresente, que determina em boa medida todo o planeamento do ano que se avizinha – a negociação do novo acordo de cooperação com o SNS.

Do ponto de vista regulador consideramos relevante identificar as mudanças que, ao longo do tempo, introduziram a possibilidade de não utilização da totalidade ou parte das respostas em cuidados de saúde existentes fora da rede do Serviço Nacional de Saúde, onde o Hospital da Prelada se situa:

- A primeira revisão da Lei de Bases da Saúde, em 2019, pela aprovação da Lei n.º 95/2019 de 04 de setembro, sendo determinado pela Base XXV que *“Tendo em vista a prestação de cuidados e serviços de saúde a beneficiários do SNS, e quando o SNS não tiver, comprovadamente, capacidade para a prestação de cuidados em tempo útil, podem ser celebrados contratos com entidades do setor privado, do setor social e profissionais em regime de trabalho independente, condicionados à avaliação da sua necessidade;*

- A criação da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (DE-SNS), prevista no artigo 9.º do Decreto-lei n.º 52/2022 de 04 de agosto, à qual compete, entre outros, *“garantir a melhoria contínua do acesso ao SNS, bem como assegurar a gestão do sistema de acesso e tempos de espera e do sistema de inscritos para cirurgia.* Neste âmbito foi iniciada a alteração do modelo organizativo do SNS, criando trinta e nove Unidades Locais de Saúde, as quais visam claramente **melhorar o acesso do cidadão** aos cuidados de saúde dentro da rede SNS, pelo **aumento da capacidade para a prestação de cuidados em tempo útil.**

- A atribuição à DE-SNS de *“propor à ACSS, I. P., sempre que necessário para garantir a realização do direito à proteção da saúde, a celebração de contratos com entidades do setor privado e social e com profissionais em regime de trabalho independente”,* nos termos do artigo 29.º do Estatuto do SNS” retira a proximidade de negociação e possibilidade de influência, existente anteriormente com a ARS Norte, no processo de negociação do novo contrato de cooperação.

- A competência da DE-SNS de assegurar o funcionamento articulado de todos os níveis de cuidados (cuidados de saúde primários, cuidados hospitalares, cuidados continuados integrados e cuidados paliativos), coordenando a criação, revisão e gestão das diferentes Redes de Referência Hospitalar introduz uma forte preocupação ao Conselho Executivo do Hospital da Prelada e que colocamos em formato de pergunta: onde se poderá inserir o Hospital da Prelada neste novo modelo organizativo, que metodologia de articulação com a rede SNS e, de que serviços / cuidados necessita a rede SNS?

Linhas Orientadoras

Ao longo dos últimos cinco anos, desde outubro de 2018, mantivemos uma relação contratual com o nosso principal cliente, o SNS, baseada num acordo de cooperação ao abrigo do decreto lei 138/2013. Esse acordo, com término previsto para outubro de 2023, representa, ainda, cerca de 80% do volume de negócios em cada ano pelo que a sua renovação e os termos em que o mesmo será renovado são da maior importância para a sustentabilidade do Hospital da Prelada e da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Apesar desta incógnita e de alguma instabilidade política e económica que ainda se vive e afeta a atividade do HP, mantêm-se as principais linhas orientadoras dos últimos anos:

- Crescimento do volume de negócios para além do acordo de cooperação com o SNS;
- Diferenciação da carteira de serviços;
- Alteração gradual do modelo organizativo e de funcionamento interno;
- Aposta no capital humano;
- Qualidade como foco;
- Parcerias.

Crescimento da atividade para além do acordo de cooperação com o SNS

Com o objetivo de aumentar o volume de negócios em 2024, deve ser concretizada a aposta na vertente comercial do HP que permita identificar novos clientes, novos produtos, novas formas de promoção e implementar uma nova estratégia de preços.

Uma ferramenta fundamental para a captação de novos clientes é a institucionalização do sistema de “ponto único de contacto” em que o doente encontra, via telefone ou canal virtual, uma resposta integral para todas as suas questões sem necessidade de repetir, vezes sem conta, a sua necessidade perante diferentes pontos de contacto no hospital.

Afigura-se ainda relevante, a prestação de serviços a doentes não residentes no território nacional, consolidando a procura iniciada em 2022 com doentes ingleses e que, em 2023, já se alargou a doentes provenientes de Angola. Esta captação de doentes será concretizada através de parcerias com entidades que se relacionam com as comunidades de proveniência dos doentes. Estas parcerias são um instrumento relevante no objetivo de aumentar o volume de negócios para além do acordo de cooperação pelo que manteremos a abertura e o incentivo para consolidar as parcerias existentes e encontrar novas.

O crescimento da atividade que não contribui para o acordo com o SNS não é um dogma. É uma exigência de resposta às dificuldades que a dependência excessiva de um único cliente causa e que ninguém, em nenhuma empresa, gosta de enfrentar, mas que obedece à lógica da gestão em que os recursos disponíveis são afetos aos processos produtivos por forma a gerar os melhores resultados. Deste modo, em 2023, utilizaremos as ferramentas disponíveis para determinar quais as áreas de atuação mais rentá-

veis e dessa forma selecionar as que demonstram ser uma aposta de futuro e as que deixarão de estar disponíveis. O Conselho Executivo estabeleceu como indicadores de desempenho nesta área uma margem EBITDA de 3,5% e uma margem de RL de 2,5% que serão o referencial para 2024.

Diferenciação da carteira de serviços

Fazer sempre como sempre se fez e manter modelos de atuação iguais num mundo impregnado de mudança e de inovação permanente, com doentes expectantes de novas formas de fazer e atuar não permitirá a sustentabilidade que tanto necessitamos. Por isso, a diferenciação da carteira de serviços é uma estratégia que continuaremos a explorar e a revisão de metodologias de trabalho e de práticas uma inevitabilidade.

Na continuidade do realizado em 2023, com a inclusão da Ginecologia, da Oncologia e a Reabilitação Pediátrica na carteira de serviços, continuaremos a identificar a oportunidade de novas especialidades e de áreas de diferenciação das especialidades existentes, que possam responder a novas necessidades de cuidados dos doentes da nossa área de influência e, deste modo, oferecer uma carteira de serviços mais diversificada e que garanta a fidelização do doente ao seu Hospital da Prelada. Nas especialidades já existentes, pretendemos ainda uma maior diferenciação, indo ao encontro do que já se faz noutras latitudes em que a especialização em determinadas patologias e tratamentos é visto como uma vantagem competitiva. No que ao tratamento diz respeito estaremos atentos ao que de melhor se vai fazendo do ponto de vista tecnológico com uma maior automatização e robotização dos tratamentos e com a utilização da chamada “inteligência artificial”. Apesar de os fundos do PRR, que facilitam o acesso às tecnologias enunciadas, não estarem disponíveis para o HP como estão para outras instituições, estudaremos, numa lógica de avaliação de investimentos, o que poderá ser feito para que a robotização e a utilização da chamada “inteligência artificial” sejam uma realidade no nosso hospital.

Pretendemos ainda, uma diferenciação no serviço ao doente indo ao encontro das suas necessidades, garantindo que as deslocações ao hospital só ocorrem quando são mesmo necessárias, que estão disponíveis ferramentas tecnológicas que permitam um acompanhamento próximo do doente transmitindo uma sensação de segurança e qualidade. Pretendemos que o Hospital da Prelada seja identificado como um parceiro do percurso de saúde da Pessoa e não somente na situação de doença.



Alteração do modelo de funcionamento

Para além da já apresentada aposta na vertente comercial, é necessário alargar a disponibilidade temporal dos serviços, proporcionando aos doentes que nos procuram o acesso aos serviços de saúde que prestamos em qualquer horário, independentemente da entidade financeira responsável. O HP não pode continuar a “encerrar” a sua atividade diariamente às 17.00 horas e aos fins de semana, nomeadamente ao sábado.

Apenas com um alargamento da disponibilidade, promovendo o acesso dos doentes pela prestação de cuidados de saúde em horário compatível com a sua vida profissional, pessoal e familiar é que poderemos almejar atingir, em 4 anos, um equilíbrio entre cuidados prestados a doentes do SNS e a outras entidades.

Urge, por outro lado alterar o modelo de organização estrutural, o qual não pode continuar a acontecer em silos por especialidade médica, numa pseudoestrutura vertical, a qual está comprovada não ser o modelo de funcionamento que alavanca competência, desenvolvimento pro-

fissional, satisfação dos profissionais e, por consequência, dos doentes. A diferenciação atual e contínua de todos os profissionais de saúde exige, universalmente, um funcionamento assente no trabalho de equipa multiprofissional e interdisciplinar, no *skill mix* e *task-shifting*. Se não formos capazes de, gradualmente, alterar o modelo de organização e prestação de cuidados de saúde, aproveitando e rentabilizando competências diferenciadas existentes, a precaridade de recursos que se avizinha poderá perturbar seriamente a manutenção da atividade, pela falta de disponibilidade externa para trabalhar neste modelo.

Aposta no capital humano

Em 2021 e 2022, assistimos à aposentação de grande parte da equipa médica do HP. Em 2023, iniciamos a consolidação das novas equipas identificando ainda necessidades de contratação de outros profissionais que permitam manter a capacidade de produção e elevados níveis de eficiência. A contratação de novos profissionais poderá ocorrer em moldes diversos dos anos anteriores em que a contratação em regime de contrato individual de trabalho era a norma. A opção por modelos mais flexíveis, com recurso a regimes

de remuneração em função do resultado são opções em aberto e que devemos utilizar, conforme os restantes operadores, fazendo dos modelos de contratação uma vantagem competitiva na atração de profissionais.

A mudança geracional dos enfermeiros inicia em 2023, com a saída de seis enfermeiros, sendo o contexto mais atingido o Bloco Operatório. Esta constatação antecipada permitiu iniciar a integração gradual de novos enfermeiros neste contexto clínico, tendo como critério de mobilidade interna, a posse da certificação do perfil de competências especializado em enfermagem peri-operatória ou o perfil de competências diferenciado em enfermagem de anestesia, doente crítico ou instrumentação cirúrgica. Deste modo, cumulativamente tem vindo a ser construído o upgrade de competências desta equipa, para além da preparação da substituição dos que estão no término da sua carreira profissional.

Contudo é imperativo olhar e analisar o que continua a acontecer com os recursos de profissionais de saúde não médicos, os quais não identificam a organização como a melhor instituição para trabalhar. Não temos conseguido fixar os profissionais mais novos e, muito menos reter os melhores.

A inexistência de uma cultura organizacional percebida como justa, inclusiva, e com estratégia de desenvolvimento e reconhecimento profissional são os motivos que continuam a fazer do HP a incubadora de enfermeiros e de outros profissionais de saúde não médicos.

A mudança do ambiente externo continua a acontecer e, se não formos capazes de antecipar o tsunami de carência de recursos de profissionais de saúde que se avizinha até 2030, seremos uma organização que sobreviverá com prestadores de serviços, sem vinculação à instituição, o que aporta um conjunto de constrangimentos e dificuldades à manutenção da imagem de qualidade e credibilidade da instituição.

A rentabilização do perfil de competências dos técnicos auxiliares de saúde e a sua contínua capacitação para trabalhar sob supervisão dos enfermeiros é uma estratégia já conceptualizada e que será implementada até ao final de 2023, sendo consolidada e alargada aos vários serviços clínicos em 2024.

Perante as mudanças que o ambiente externo sofreu, as exigências e expectativas dos clientes e dos doentes é também necessário dotar os profissionais de meios

para responder a esses desafios. Por isso, pretendemos aumentar a capacitação dos nossos profissionais disponibilizando formação nas mais diferentes áreas para que os nossos profissionais estejam capazes de abordar os diferentes problemas e as novas necessidades dos doentes com elevado empenho e eficiência. Em paralelo, continuaremos a avaliar todos os processos de trabalho numa lógica de melhoria contínua e de eliminação de tarefas sem valor acrescentado, inculcando na organização uma filosofia de *Lean Management*.

Qualidade como foco

No ano 2023, o gabinete da governação clínica e da qualidade deu lugar ao Gabinete da Qualidade e da Segurança do Doente (GQSD). Esta alteração representou uma mudança de paradigma na forma de atuar e no tipo de intervenção que a Qualidade terá no dia-a-dia do Hospital e que se segue à reacreditação pelo CHKS e à certificação pela norma ISO 9001.

Mantendo o mote “Fazer, à primeira, o que é certo, em todo o momento, por todos os profissionais” que nos acompanha desde 2021, é objetivo para 2024 que as questões relacionadas com a qualidade e a segurança do doente tenham uma abordagem integradora e que, com a equipa deste Gabinete em dedicação exclusiva, seja uma realidade de disseminação, apropriação e cumprimento por todos os profissionais das normas e boas práticas aplicáveis.

Em 2024 manteremos os trabalhos tendo em vista a certificação ISO 14001 relativa à certificação do Sistema de Gestão Ambiental e o acompanhamento da implementação e cumprimento, por todos os profissionais, do determinado pela DGS, desde maio/2022, no Documento Técnico para a Implementação do Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2021 – 2026.

Pretende-se, reforçar a ligação entre o GQSD e os serviços, melhorar o sistema de notificação de incidentes relacionados com o risco clínico e não clínico, manter a realização sistemática de auditorias internas e a monitorização do cumprimento dos normativos reguladores e *guidelines* aplicáveis.

Nas áreas não clínicas, queremos implementar uma cultura de *Lean Management* suportada numa robusta gestão de processos, tendo em vista aumentar a eficiência da organização e a eficácia de todas as atividades de suporte.

Parcerias

O estabelecimento de parcerias é prática recorrente no HP e com resultados positivos na medida em que permitem ganhos de eficiência, oferecer serviços que individualmente não estaríamos capazes de o fazer e aceder a uma modernização de serviços que os nossos parceiros, pela sua escala, conseguem atingir.

Às nossas parcerias tradicionais para os laboratórios, imagiologia e ambulatório de medicina física e reabilitação, acrescentamos a parceria para os exames de cardiologia e gastroenterologia. Fizemos essas parcerias, sem nunca desvirtuar os fundamentos da nossa atividade e sempre na lógica que é o Hospital da Prelada que se apresenta junto do doente. Estas parcerias são também concretizadas em áreas instrumentais às áreas tradicionais de prestação de cuidados no HP, nomeadamente a atividade cirúrgica e o internamento de fisioterapia.

Conforme já referimos anteriormente, há parcerias que vamos estabelecendo para a captação de doentes, nomeadamente doentes não residentes. Apesar de estarem a iniciar a sua atividade, estes parceiros vão dando passos seguros na implementação do modelo de negócio e escolheram o HP para o desenvolvimento do modelo. Porque acre-

ditamos que há um relevante potencial nesta área, definimos como objetivo ter 1% do total de volume da prestação de serviços proveniente de doentes não residentes.

Conclusão

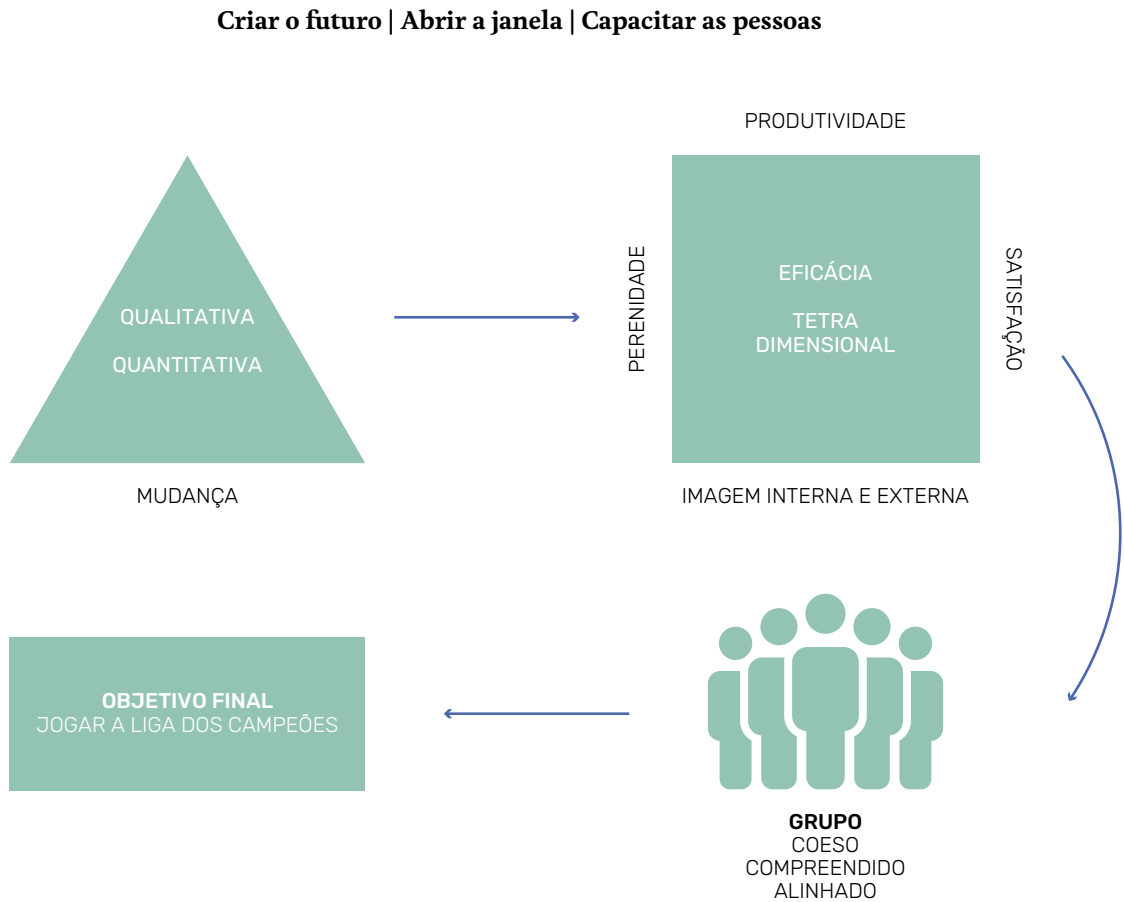
O ano que se avizinha, será decisivo para o Hospital da Prelada. Será o ano de um novo acordo de cooperação com novas regras e novas formas de relacionamento que poderão traduzir-se, no limite, numa verdadeira revolução. Em devido tempo, desde o final de 2022, que nos preparamos e incentivamos a negociação do novo acordo aguardando com expectativa as decisões do SNS. Acreditamos que os próximos cinco anos não serão nada semelhantes aos anteriores, e sabemos que possuímos a versatilidade que nos permite adaptar às exigências desse cliente tão especial.

Pela incógnita que representa o novo acordo, o exercício de previsão orçamental para 2024 será mais complexo, mas será sempre o compromisso que o HP assume perante a Mesa Administrativa.

Entendemos que a aposta na diferenciação da prestação de cuidados e nos nossos profissionais são os pilares que alicerçam o futuro do HOSPITAL DA PRELADA.



5.3.1.2. Centro Hospitalar Conde de Ferreira



Gestão | Contratualização

Ministério da Saúde

De acordo com o previsto na lei, recomendações do Tribunal de Contas e modelo de avaliação da ACSS, será oportuno, decisivo, estruturante e efetivo para ambas as partes, o processo de contratualização, entre a SCMP e o Ministério da Saúde, no que concerne ao papel da US CHCF no sistema do Serviço Nacional de Saúde.

O modelo a adotar deverá ser o previsto na lei, designadamente Acordo de Cooperação de cinco anos, com definição das linhas de produção e níveis de serviços, anualmente, em forma de contrato programa.

Companhias de seguros

Desenvolver e aprofundar os processos de parceria junto dos principais operadores/companhias de seguros, abordando a área da saúde mental, da prevenção, da manutenção e da reabilitação, através do desenho e criação de linhas de atividade e produtos, compagináveis em seguros.

OBJETIVOS | PROPÓSITOS DO CHCF PARA 2024

1. ÁREAS GERAIS

Criar | Plano de Investimento

- a) Portaria do Hospital
- b) Zonas de vestiário e pausa dos colaboradores

2. AMBULATÓRIO | HOSPITAL DE DIA

Implementar Estruturas | Desenvolver Processos

- a) Centro integrado terapêutico, para doentes do exterior;
- b) Apoio domiciliário de saúde mental
- c) Unidade socio-ocupacional

3. INTERNAMENTO

- a) Unidade para privados;
 - a. Reparar e equipar a unidade;

4. DIGITALIZAÇÃO

- a) Desenvolvimento e rentabilização dos processos clínico e administrativo de suporte às atividades assistenciais;
- b) Portal e sítio do CHCF, simples, intuitivo e prático

5. GESTÃO DA QUALIDADE

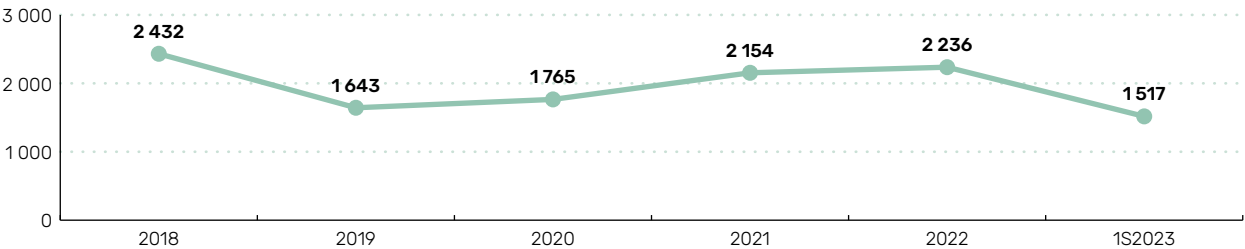
Manutenção | Administração

- a) Certificação do CHCF pelo NP – ISO 9001/2015
- b) Abordar a temática ambiental

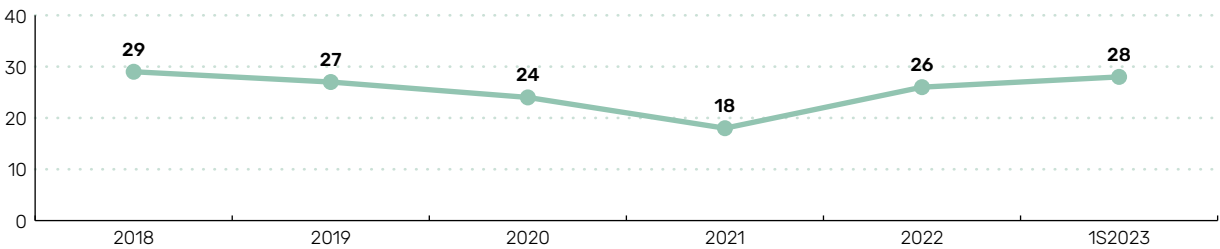
SÍNTESE DE INDICADORES/REFLEXÃO

Atividade | Produção Hospitalar

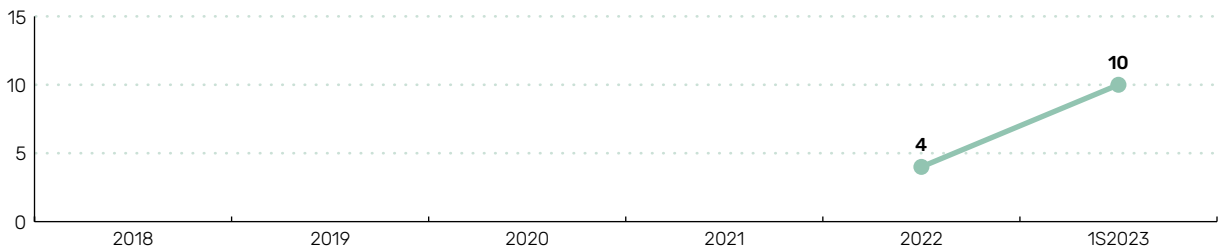
Consulta Externa



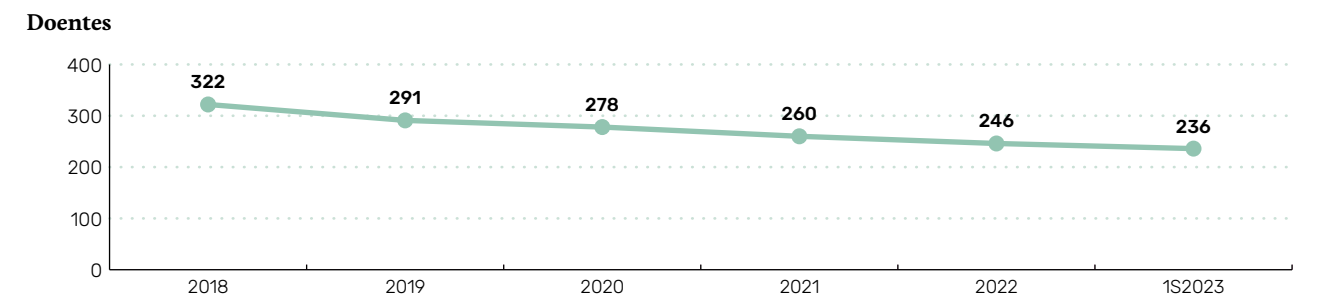
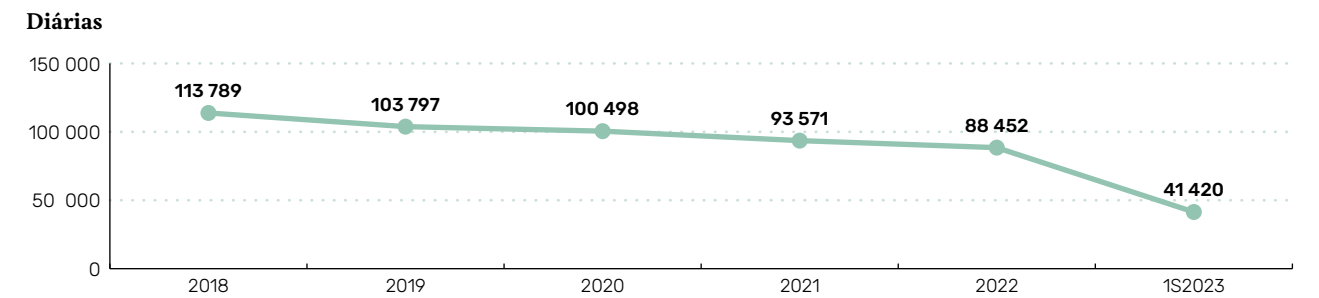
Centro de Dia de Alzheimer CHCF (Doentes)



CHCF Centro de Tratamento da Depressão (Doentes)



As áreas de atividade da Consulta Externa, do Centro de Dia de Alzheimer e do Centro de Tratamento da Depressão, serão para desenvolver e aumentar a oferta ao nível da prevenção, da manutenção e da capacitação.



O internamento de doentes deverá manter a trajetória/tendência definida desde 2018, de acordo com as melhores práticas e políticas preconizadas para a saúde mental.



RH's 1Semestre

Grupo profissional	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Administrativo	7	7	9	7	9	9	8	7
Aj. Lar/SAD/Enfermaria	1	1	2	2	3	3	4	3
Auxiliar	4	3	3	2	4	3	3	1
Auxiliar Ação Médica	90	97	93	100	94	90	79	69
Diagnóstico/Terapêutica	7	7	7	7	7	6	6	6
Dirigente	2	2	2	2	2	2	3	2
Enfermeiro	61	68	67	65	66	67	60	53
Farmacêutico	2	2	2	2	2	2	2	2
Nutrição/Dietética	0	0	0	0	1	1	1	1
Operário	5	5	5	5	5	4	4	3
Outros Técnicos Superiores	1	1	0	0	1	1	1	1
Pessoal Médico	5	6	6	6	5	5	4	4
Pessoal Técnico	2	2	1	1	0	0	0	0
Psicólogo	5	5	5	5	5	5	3	3
Serviços Gerais	2	3	2	1	1	1	1	1
Técnico Profissional	2	2	2	2	3	3	3	3
Técnico Serviço Social	2	4	2	3	3	2	2	2
Total Geral	198	215	208	210	211	204	184	161

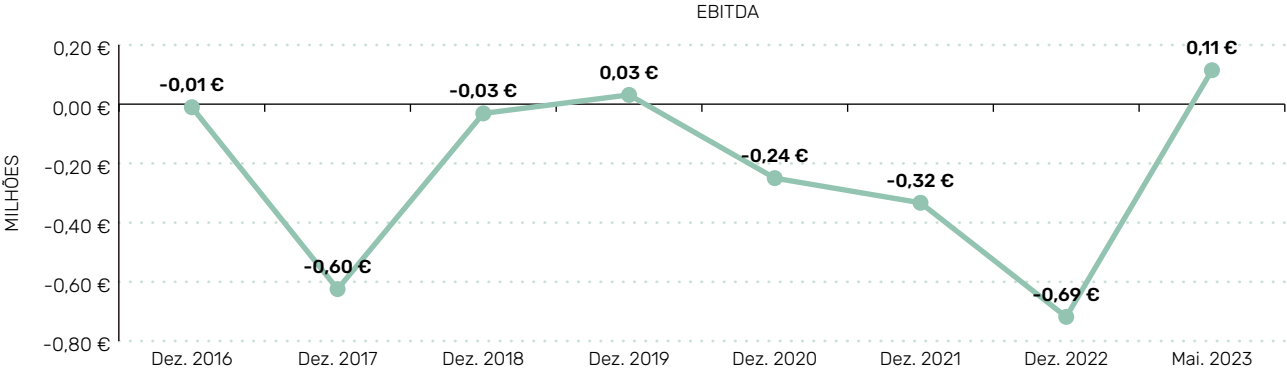
A estrutura que concorre e constitui o grupo e a equipa do CHCF, deve resultar de um processo em permanente aperfeiçoamento/ajustamento.

Ao núcleo central/estrutural, detentor do conhecimento e práticas adotadas ao longo dos diferentes ciclos, exige-se capacidade de inovação, de aprendizagem e de mudança, para através de experiências de ensino, formação e trabalho, ajudarem e contribuírem no processo formativo de novos recursos, que pela sua natureza, interesses e evolução das circunstâncias, têm um perfil volátil.

Dessa forma, asseguram-se padrões de qualidade, de segurança e de eficácia à prestação de cuidados, com maior capacidade e flexibilidade para ajustar as equipas | estruturas em função da dimensão das diferentes atividades | linhas de produção.

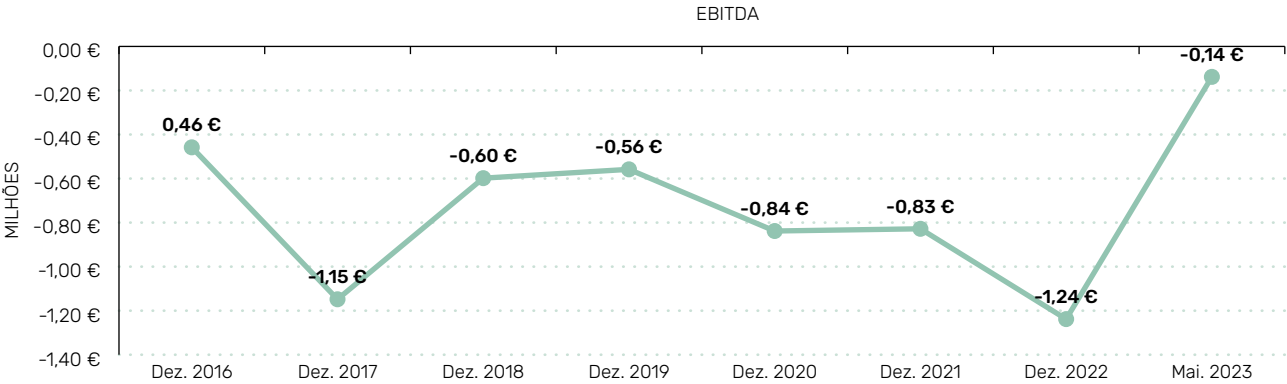
RESULTADO | EBITDA | DIRETO

Resultado | EBITDA | Direto



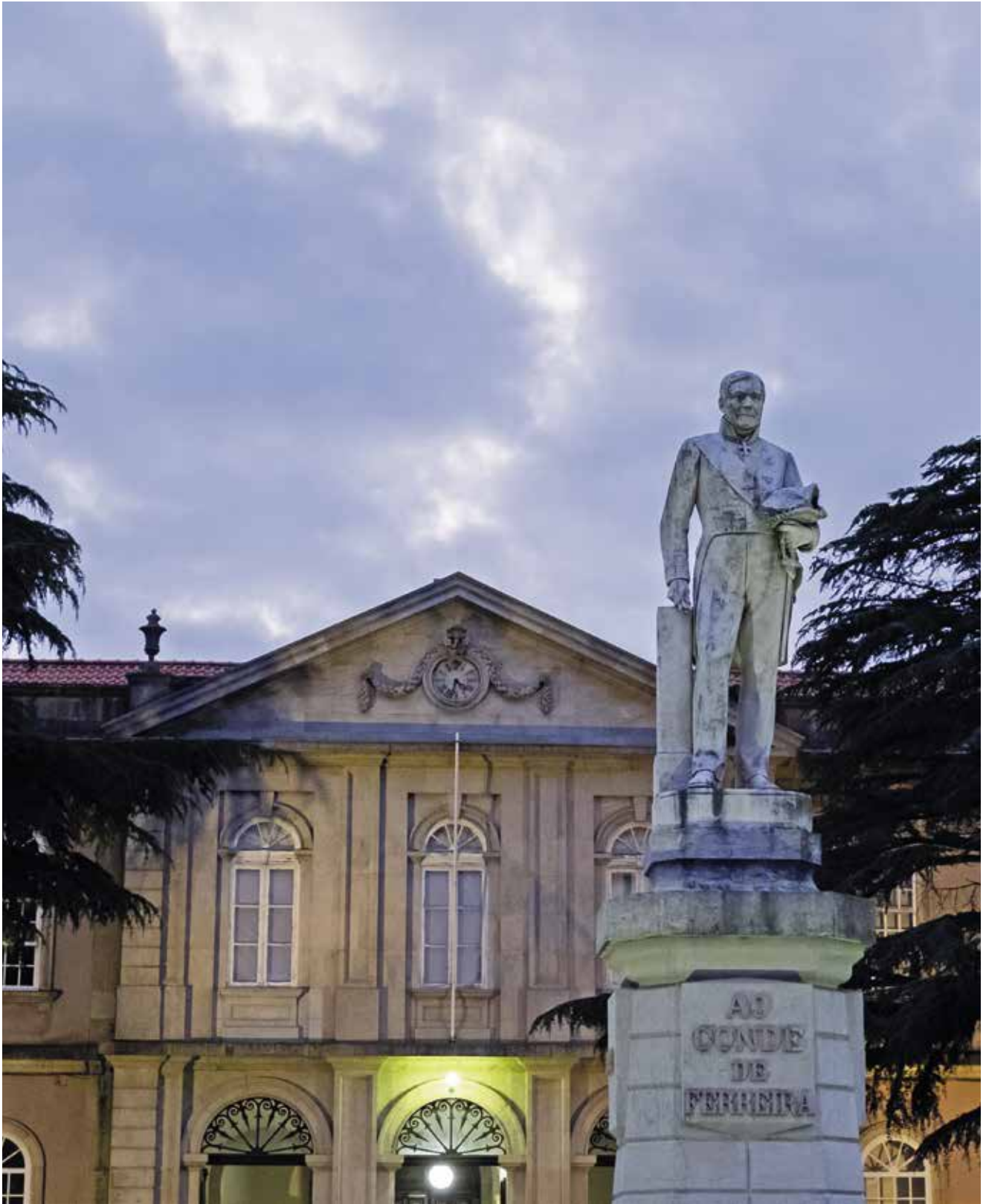
RESULTADO | EBITDA | INTEGRAL

Resultado | EBITDA | Integral



Atendendo às variáveis e ao contexto atual, o resultado registado em 2019, EBITDA direto positivo, por motivos extraordinários, parece estarem reunidas as condições/ oportunidades para permitir/viabilizar um modelo de negócio ao CHCF, com uma operação mais equilibrada com potencial para libertar meios/recursos.

A organização deverá ter a arte e o engenho para procurar, criar a nova visão do CHCF e adotar com convicção e consistência os planos e projetos desenhados e definidos para este novo ciclo projetado.





5.3.2. Social, Mulher e Juventude

O Departamento de Intervenção social (DIS) é a estrutura aglutinadora de todas as Unidades Operacionais, Serviços, Programas e Políticas de Intervenção Social no apoio a:

- Crianças e jovens em risco;
- Mulheres vítimas de violência doméstica;
- Pessoas com deficiência e/ou incapacidade;
- Pessoas idosas;
- Pessoas em situação de sem abrigo ou em situação emergência social.

São áreas de atuação do DIS, as seguintes:

Envelhecimento	Deficiência e Incapacidade	Risco - Emergência Social
Acolhimento Residencial ERPI Nossa Senhora da Misericórdia ERPI Pereira de Lima ERPI S. Lázaro	Acolhimento Residencial Lar Araújo Porto	Acolhimento Familiar Barão de Nova Sintra
Ageing in Place SAD Nossa Senhora da Misericórdia Chave de Afetos	Atividades Ocupacionais CACI S. Manuel I CACI S. Manuel II CACI S. Manuel III	Acolhimento Residencial Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica Centro de Alojamento Social D. Manuel Martins Casa da Rua D. Lopo de Almeida
Apoio Psicossocial EAPS Humaniza	Ensino Escola Especial	Atendimento à Comunidade SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
	Formação FP para pessoas com deficiência e incapacidade	Programas Incorpora Home4Homeless
	Reabilitação Centro Professor Albuquerque e Castro - Imprensa Braille	

CONTEXTO EM 2024

O processo de antevisão de um ciclo é, sempre, um desafio particularmente interessante, situado algures entre o “começar de novo”, em busca de soluções mais interessantes, e a consolidação de todos os elementos que se encontram a “funcionar”, numa lógica de crescimento cumulativo.

Não poderemos, no entanto, tratar 2024, como um ciclo idêntico aos anteriores. Trata-se de um ano terminal do atual Plano Estratégico da Área Social – 2019/2024. Um último momento para a concretização, ou não, de alguns dos objetivos traçados e aprovados para o ciclo em questão.

Contudo, independentemente do nível de concretização do plano, entende-se que 2024 é já um ano fundamental por, necessariamente, implicar uma profunda reflexão e tomada de decisões de fundo, concretamente acerca do que a Misericórdia do Porto:

- a) *Pretende*, enquanto agente social de intervenção e mudança;
- b) *Assume*, enquanto entidade (inovadora) e criadora de soluções alternativas;
- c) *Apresenta* como oferta de qualidade de serviços, representativos do seu ADN interventivo.

Temos consciência de que são inúmeros os desafios e constrangimentos que vão ocorrendo ao longo do devir interventivo e que implicam no inicialmente previsto. No entanto, independentemente dos mesmos, importa deixar claro que qualquer intervenção social implica, necessariamente, *processos de investimento*, seja para manter níveis de execução já consolidados e que respondam aos objetivos e pretensões, seja para realização de um *upscaling* de oferta e/ou qualidade. E estes processos deverão estar claros ao nível da sua abrangência, bem como do seu foco. Sem os mesmos, passa-se a assistir a um processo nocivo e implacável de deterioração da intervenção, em que o objetivo se torna, prioritariamente, o controlo de danos.

Contudo, a Misericórdia do Porto tem um largo lastro de qualidade interventiva, tendo consolidado uma reputação singular na intervenção social em Portugal. Esta, no entanto, poderá engeguecer alguns interlocutores, gerando falsos níveis de segurança. A reputação, *per se*, não estrutura ou firma a intervenção realizada. É necessário, para manter essa reputação, mas, fundamentalmente, para garantir uma qualidade dos serviços prestados, que a mesma seja acompanhada por condições que permitam igualar ou superar a concorrência. Importa sublinhar que, neste momento, se verifica na área social um fenómeno similar ao ocorrido na Saúde de há cerca de duas décadas para cá. Há cada vez mais agentes sociais, totalmente privados ou IPSS de dimensões mais pequenas, que, de forma ágil, conseguem criar níveis de operação superiores, com elevada capacidade de mobilizar e recorrer à comunidade e com políticas e práticas de recursos humanos extremamente ágeis e exigentes.

É neste contexto que consideramos que, em 2024, e com o argumento natural da elaboração do Plano Estratégico 2025/2030, se dê novo corpo a estas preocupações e processos, numa lógica de construção coletiva, iniciada de um modo *top/down*, com a apresentação das principais linhas de intervenção pela Mesa Administrativa, mas com um processo construtivo colaborativo de *bottom/up*. Este trabalho, necessariamente colaborativo, deverá ter o seu início na própria área social, com um alinhamento cabal das diferentes áreas da operação em torno daquilo que se define como estruturante no processo de construção coletiva da estratégia 25/30, mas deverá, igualmente, envolver os outros parceiros da Misericórdia do Porto, concretamente três grandes áreas: DRHFP, DGAP e GMC. Não adianta ter-se uma estratégia coerente e bem construída se a mesma se tornar inconsequente ou insuficientemente comunicada, interna e externamente.

É neste sentido que, já neste ciclo de 2024, cada UO ou Projeto se focou na apresentação de objetivos mais estruturais, deixando a componente mais operacional para uma análise mais interna, num processo de crescente alinhamento estratégico e enformador da etapa seguinte.

Apontamos, seguidamente, os desafios que, em 2024, estarão subjacentes às diferentes áreas da operação:

Envelhecimento

- Definição de um Plano Estratégico para o edificado da ERPI SL, por forma ajustar os níveis de investimento que orientem a ocupação daquele edifício para as próximas duas décadas, assente numa lógica de equilíbrio financeiro e sustentabilidade;
- Recuperação de um Banco de Ajudas Técnicas, através do Serviço de Apoio Domiciliário, visando responder a necessidades de envelhecimento em contexto natural, ao mesmo tempo que se rentabilizam equipamentos não utilizados das ERPI;
- Revisão do Programa Chave de Afetos que, não estando limitado por financiamento público, pode ser reconfigurado por forma a introduzir novas soluções que consolidem esta solução;
- Desenvolvimento de um pequeno Laboratório de Inovação Social dentro da área social visando estimular soluções alternativas a problemas do quotidiano.

Deficiência e Incapacidade

- Inclusão do CIAD/CPAC no Sistema de Gestão da Qualidade já implementado no DIS;
- Desenvolvimento de um programa de ação para Residências Autónomas para pessoas com deficiência;
- Início da operacionalização de um programa de modernização do Centro Professor Albuquerque e Castro que permita alargar a produção a novos mercados e produtos.

Risco/Emergência Social

- Certificação ISO 9001 das UO CAS-DMM, CR-DLA e CSA;
- Consolidar a intervenção em torno do acolhimento familiar, enquanto nova resposta de intervenção alternativa ao acolhimento residencial do Barão de Nova Sintra.

Pretende-se que estes desafios funcionem como unificadores e inspiradores, criando sinergias, reveladores da aposta contínua na intervenção na Área Social, sempre alicerçada na qualidade e na satisfação da população servida.



ÁREA DO ENVELHECIMENTO

UO: Nossa Senhora da Misericórdia; Pereira de Lima e S. Lázaro

De acordo com os últimos Censos, é possível perceber que o problema do envelhecimento social, já conhecido e antecipado há décadas, se encontra em crescente aceleração, implicando obrigatoriamente que se possa, sem rodeios, assumir como um dos problemas mais graves da sociedade portuguesa.

Cruzemos apenas dois indicadores:

- Idosos com 65 ou + anos: 2.423.639 (+ 20,6% em relação a 2011)
- Idosos por cada 100 jovens: 182 (128 em 2011)

O impacto deste problema faz-se sentir em todos os domínios, nomeadamente: no plano económico, social e, provavelmente mais importante, na qualidade de vida dos próprios idosos. Como resultado deste envelhecimento e de um enquadramento socialmente desigual, verifica-se que a população idosa está em risco crescente de pobreza e de vulnerabilidade, sendo frequente o isolamento e os acessos condicionados à própria comunidade.

É neste contexto que o Acolhimento Residencial para Pessoas Idosas contribui, de forma inquestionável, para um processo de nivelamento e de equidade (e responsabilidade) social. É neste sentido, que o DIS considera esta intervenção como socialmente prioritária ao nível da intervenção da Misericórdia do Porto.

Importa refletir sobre alguns dados desta subárea de intervenção. As ERPI da Misericórdia do Porto asseguram o acolhimento e a prestação de cuidados a 190 residentes. Esta atividade é assegurada por uma equipa multidisciplinar que representa cerca de 11% do total de colaboradores do universo da Misericórdia. Como se pode verificar, este domínio de intervenção implica um peso muito considerável na estrutura orgânica da SCMP, pelo que importa, e atendendo às alterações verificadas em 2023 ao Plano Estratégico da área social, consequentemente, refletir-se sobre *o que se pretende* para a componente residencial da área do envelhecimento.

Ao nível da operação, e com vista à obtenção dos melhores resultados, considera-se que a planificação de 2024 deva estar assente em alguns princípios orientadores, abordando quer um entendimento estrutural, mas, igualmente, a filosofia operativa, concretamente:

1. Não invalidando metodologias complementares e bem-vindas a esta área, como o *co-housing* ou estruturas residenciais de nova geração, o acolhimento residencial deve ser entendido como uma área de intervenção prioritária na Misericórdia do Porto, alvo de investimento infraestrutural e humano;
2. O acolhimento residencial de pessoas idosas apresenta inúmeros desafios e dificuldades. Estas deverão ser alvo de um processo transformacional, conduzindo-as a oportunidades;
3. Um processo de planeamento integrado, assente numa lógica participativa solidamente fundamentada, deverá ser o motor do processo de tomada de decisão, sempre visando assegurar a qualidade de vida dos residentes e significativos, bem como a reputação da Misericórdia do Porto;
4. Toda a intervenção deverá visar a qualidade de vida, cidadania e participação ativa na sociedade, independentemente da idade;
5. A intervenção das ERPI é sempre enformada por uma lógica multidisciplinar, assente no respeito e na promoção dos direitos dos seus residentes;
6. Os residentes têm direito de serem assistidos ou representados na tomada das suas decisões, operacionais do quotidiano e estratégicas para o seu fim de vida.

Objetivos

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2024, são os seguintes:

1. Assegurar um modelo de governança participativo, que promova o envolvimento dos residentes na gestão quotidiana da ERPI; na planificação do seu Plano Individual de Cuidados e de Desenvolvimento Pessoal. Este modelo é assente em momentos formais com diferentes interlocutores (direção, equipa técnica e cuidador de referência), devidamente planificados mas, igualmente, em momentos espontâneos, respeitando a naturalidade do processo participativo.

2. Aumentar, com vista a melhorar os níveis de participação e qualidade de vida dos residentes, em 5% as parcerias estratégicas no domínio da Saúde, da Cidades, da Cultura e Lúdico-Recreativas;

3. Garantir a manutenção do Certificado da Qualidade ISO 9001, visando a uniformização e transversalidade de boas-práticas, procedimentos e instrumentos de trabalho; assegurando, do ponto de vista da operação, que não se repetem não conformidades, de modo a consolidar o processo de melhoria contínua;

4. Consolidar o modelo de controlo de gestão, sempre visando o equilíbrio económico-financeiro das respostas sociais, recorrendo à implementação de instrumentos de gestão/monitorização disseminados pelas diferentes equipas;

5. Adaptar e/ou Manter a infraestrutura física e equipamentos adequados às necessidades dos residentes em acolhimento e às especificidades da operação, em termos de segurança, conforto e bem-estar.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024 ERPI NSM	Meta 2024 ERPI PL	Meta 2024 ERPI SL
Total de residentes em Acordo de Cooperação	60	25	50
Total de residentes em área residencial	>= 10	N.A.	>= 14
Total de residentes em vaga extra-acordo social	>= 7	N.A.	>= 13
Total de residentes em vaga extra-acordo hospitalar	>= 2	N.A.	>= 9
Taxa anual de Ocupação global	>= 95%	>= 95%	>= 95%
Taxa anual de Ocupação AC	100%	100%	100%
Taxa anual de Ocupação área residencial	>= 80%	--	>= 80%
Taxa anual de Ocupação vagas extra-acordo social	100%	--	100%
Taxa anual de Ocupação vagas extra-acordo hospitalares	100%	--	100%
# acolhimentos temporários	5	--	10
# dias de acolhimento temporário	35	--	70
Ações de capacitação da equipa dinamizadas	12	12	12
Taxa de avaliação de satisfação de utentes	>=4	>=4	>=4
Taxa de avaliação de satisfação de familiares	>=4	>=4	>=4
Total de parceiros	8	8	8
Total de parcerias	8	8	8

Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Verificou-se uma alteração de perfil no cliente que recorre ao apoio domiciliário. Trata-se de pessoas mais dependentes, mais isoladas e com menor retaguarda familiar. Se este facto já vinha a ser verificado anteriormente, com o confinamento ficou patente que os clientes recorrem ao SAD como último recurso, precisando assim, de mais cuidados, o que tem um impacto direto no tempo despendido pelas colaboradoras com cada cliente.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto assumiu que o SAD é um serviço de soluções para problemas sociais emergentes, nomeadamente aquelas geradas por falta de apoio por parte de outras entidades ou garantindo alguns serviços, indo além do protocolado com o ISS, de modo a garantir um efetivo encontro das necessidades reais dos seus clientes.

Objetivos

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2024, são os seguintes:

- Retomar o desenvolvimento e implementação de metodologias de auscultação e experimentação social, com vista ao desenvolvimento de um SAD Privado que venha a responder, efetivamente, aos objetivos/ necessidades específicas de cada candidato;
- Garantir, recorrendo ao GMC, abordagens de divulgação orientado deste serviço na Comunidade envolvente, por forma a aumentar a procura dos serviços prestados;
- Implementar um novo serviço, no âmbito das atividades de animação e socialização, (animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade), com vista a melhor responder às necessidades dos utentes;
- Complementar a oferta de serviços base com os serviços de carácter facultativo e com uma componente de retribuição financeira, promovendo condições que beneficiem a sustentabilidade da UO;
- Implementar um Banco de Ajudas Técnicas, de forma a responder às necessidades da comunidade e melhorar a sustentabilidade da resposta social.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024
Total de utentes em Acordo de Cooperação	60
Média anual de Utentes	>= 54
Taxa anual de Ocupação	>= 90%
Total de utentes extra Acordo de Cooperação	>= 3
Média anual de Utentes extra Acordo de Cooperação	>= 3
Taxa de utentes com Plano Individual de Cuidados	100%
Taxa de registo dos cuidados prestados/recusados conforme PIC	>= 95%
Taxa de avaliação de satisfação de utentes	>= 4
Taxa de avaliação de satisfação de familiares	>= 4

Humaniza Equipa de Apoio Psicossocial

A Equipa de Apoio Psicossocial da Santa Casa da Misericórdia do Porto é uma das onze equipas de apoio Psicossocial (EAPS) que integram o Programa de Apoio Integral a Pessoas com Doenças Avançadas - Programa Humaniza, impulsionado pela Fundação “la Caixa” /BPI (FLC), e que trabalham em todo o território português para melhorar a qualidade de vida das pessoas com doenças avançadas e das suas famílias.

É entendimento do Programa que, num contexto de envelhecimento crescente, todos os doentes com doença crónica, sem resposta à terapêutica curativa e com prognóstico de vida reconhecidamente limitado, devem ter acesso a cuidados paliativos, maximizando a qualidade de vida até ao último instante. Complementarmente, o apoio à família do doente é uma dimensão igualmente importante, sendo um objeto complementar de intervenção, proporcionando apoio para os momentos anteriores e após a perda do familiar.

O Programa Humaniza oferece apoio integral, proporcionando um acompanhamento personalizado emocional, social e espiritual a pessoas com doenças avançadas e às suas famílias, ao mesmo tempo que procura sensibilizar a sociedade para a importância dos cuidados paliativos às especificidades do fim da vida.

O programa está a ser dinamizado pela Misericórdia do Porto desde 2018, centrando a intervenção da equipa EAPS-SCMP em duas Entidades Recetoras Externas: ULSM- Unidade Local de Saúde de Matosinhos e Centro Hospitalar Universitário de S. João. Desde 2023, a intervenção foi alargada a duas Entidades Recetoras Internas: ERPI S. Lazaro e ERPI Nossa Senhora da Misericórdia.

É entendimento da Misericórdia do Porto que a intervenção dedicada ao final de vida deva ser uma prioridade, dentro e fora deste programa. Neste sentido, prevê-se que 2024 seja um ano de particular importância para a consolidação do trabalho realizado, particularmente tendo em consideração as alterações na equipa verificadas recentemente. Estas implicam um cuidado particular, por forma a garantir condições aos novos técnicos que visem manter os níveis de desempenho a que a SCMP já habituou os seus parceiros. Considera-se, ainda, determinante que o programa possa escalar o seu trabalho, com o alargamento a outras entidades externas da área do envelhecimento.

Objetivos Globais

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2024, são os seguintes:

- Garantir o cumprimento do Plano de Ação, a recontratar atualizar com a Fundação La Caixa em janeiro de 2024, num nível de execução mínimo de 95%;
- Alargar a cobertura a outras equipas recetoras nas Entidades Recetoras, mediante reforço de equipa técnica, com um Psicólogo a 50%, cabimentado no âmbito do convénio principal;
- Elaborar Plano Estratégico 2025/2030 para a implementação do Programa de Apoio Integral a Pessoas com Doenças Avançadas, definindo-se as entidades recetoras chave e respetivo cronograma de implementação;
- Desenvolver uma ação de esclarecimento com os principais intervenientes do sector da saúde, social e a nível político, com objetivo de informar e consciencializar as diferentes partes interessadas sobre a importância do apoio psicossocial e espiritual no final da vida como um direito.
- Promover a especialização dos elementos da EAPS da SCMP em áreas específicas de atuação: pediatria, luto, espiritualidade, Esclerose Múltipla, Esclerose Lateral Amiotrófica, num mínimo de cinco ações de formação anuais.
- Implementar o Apoio Espiritual nas ERPI, mediante alocação de RH especializado a alocar ao projeto.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024*
Total de doentes atendidos (novos e seguimentos)	1730
Total de familiares atendidos (novos e seguimentos)	2150
Total de situações de luto acompanhadas (novos e seguimentos)	260
Total de Profissionais atendidos (novos e seguimentos)	9
Total Grupos de Apoio (novos e seguimentos)	7
Total Grupos de Apoio no luto (novos e seguimentos)	9
Total de Intervenções de gestão	300
Total de atendimentos realizados	4565
Total de ações de formação/sensibilização a voluntários	2
Total de voluntários envolvidos nas ações de formação/sensibilização	10

* Dados previsionais baseados no histórico contratualizado com a FLC, sujeitos a revisão com a entidade financiadora em janeiro de 2024.

Chave de Afetos

O Chave de Afetos (CdA) é um Programa que disponibiliza uma solução de componente tecnológica e humana, para o isolamento sénior, validada e reconhecida como empreendedora e de inovação social. Propõe três eixos de intervenção que se complementam: a criação de uma rede de trabalho, onde se promove a sinalização das situações e o reforço da rede de suporte, a disponibilização de um serviço de teleassistência com acesso a diferentes tipos de dispositivos e acompanhamento proativo, e a promoção da socialização através de voluntariado de proximidade.

Com início em 2011, o Chave de Afetos, conta com uma vasta experiência de atuação nesta área, quer pela admissão e acompanhamento de 2.400 pessoas idosas isoladas, quer pela capacidade de adaptação da solução, à realidade local. O seu potencial de escalabilidade foi validado através da sua implementação em 6 municípios, envolvendo, mais de 60 Juntas e Uniões de Freguesia, 80 técnicos e outras entidades locais estratégicas, como a PSP, IPSS e Associações de Voluntariado, entre outros.

No entanto, a SCMP tem consciência de que o CdA já teve maior abrangência e impacto do que a sua ação atual. Tal deveu-se à necessidade de, após o término do financia-

mento do Portugal Inovação Social, se ter reconfigurado o serviço e a sua equipa de suporte. Neste sentido, e por esta solução da Misericórdia do Porto continuar a ser particularmente relevante no combate ao isolamento sénior, 2024 apresenta-se como um ano de profunda introspeção que deverá culminar num novo plano de ação estratégica.

Até ao final de 2024, as Câmaras Municipais de Vila Nova de Gaia, Maia, Valongo e Vila do Conde, asseguram a manutenção de 1000 vagas, sendo que, em Matosinhos e no Porto a solução, foi adaptada para política municipal. A meta mantém-se na abrangência de 1400 idosos em situação de isolamento social e carência económica, com um plano financeiro de sustentabilidade assente no esforço financeiro das autarquias e recursos da SCMP.

Prevê-se que seja necessário avançar para outros parceiros/clientes para a implementação do Programa, por forma a manter a meta estabelecida.

Objetivos

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2024, são os seguintes:

- Alargar a solução Chave de Afetos a mais duas novas autarquias, por forma a exponenciar a ação do programa;
- Desenvolver um programa piloto com a implementação do CdA em IPSS;
- Aumentar o número de clientes privados em 20%, por forma a robustecer o Plano de Sustentabilidade;
- Desenvolver e implementar um processo de auscultação aos parceiros-chave com vista à recolha de inputs acerca das necessidades que poderão ser contempladas na reestruturação do CdA;
- Desenvolver um plano de ação estratégica para 2025/2030;
- Potenciar o serviço de voluntariado do CdA, formalizando a ligação do mesmo a estruturas de voluntariado já implementadas na comunidade.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024
Média anual de beneficiários	>= 1400
Média anual de clientes (particulares)	>= 100
Nº de visitas domiciliárias realizadas	>= 600
Nº de voluntários ativos	>= 50
Nº de ações de capacitação/ acompanhamento para técnicos	8
Nº de ações de capacitação/ acompanhamento para voluntários	8
N.º de novos parceiros	>= 2
N.º novas parcerias	>= 2

Sempre Acompanhados

O Sempre Acompanhados é um Programa da Fundação “La Caixa” (FLC), com origem em Espanha em 2014, que pretende oferecer uma resposta inovadora às situações de solidão não voluntária, dirigida à população sénior.

O Programa Sempre Acompanhados (PSA) em Portugal, está a ser implementado numa perspetiva de projeto piloto, em quatro freguesias – Alvalade e Olival em Lisboa e, Bonfim e Centro Histórico no Porto.

Em novembro de 2022, a Misericórdia do Porto foi selecionada como entidade responsável pela implementação do PSA na freguesia do Bonfim, através de uma equipa constituída por dois técnicos, com acesso à formação e acompanhamento da FLC, para promover a metodologia validada.

Propõe uma metodologia baseada em três eixos de intervenção:

1. Individual: acompanhamento individualizado ou em grupo – intervenções grupais, com o objetivo de empoderar as pessoas que enfrentam a solidão, reconhecendo o sénior, como sujeito ativo no seu processo de envelhecimento, promovendo o seu autoconhecimento, autonomia, dignidade e autoestima, e considerando a sua capacidade de adaptação e resposta face ao desafio da solidão.
2. Comunitária: criação de parcerias com entidades locais na área social e da saúde, potenciando uma dinâmica de trabalho em rede, para promover o bem-estar das pessoas, criando e facilitando oportunidades de vínculo, dando resposta a necessidades concretas

com base nos recursos existentes, sempre numa lógica de facilitar o empoderamento da pessoa idosa.

3. Sensibilização: sobre o tema da solidão, dirigida a toda a comunidade, nomeadamente a importância das relações sociais.

Objetivos

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2024, são os seguintes:

• Garantir o cumprimento do Plano de Ação, a recontratar com a Fundação La Caixa em janeiro de 2024, num nível de execução mínimo de 95%;

- Desenvolver, pelo menos, dois ciclos de formação para técnicos da área da saúde e social, com objetivo de capacitação sobre o fenómeno da solidão;
- Implementar um ciclo formativo dirigido à capacitação de voluntários, a serem ativados no âmbito do PSA;
- Desenvolver um plano de intervenção que suportará as sessões de dinâmica grupal com beneficiários das instituições do território intervencionado;
- Realizar um seminário aberto aos *stakeholders* da área do envelhecimento da Rede Social do Porto acerca dos processos de envelhecimentos.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024*
Nº de sinalizações rececionadas para o PSA	150
Nº de pessoas admitidas no PSA	150
Nº de sessões grupais	---
Nº de participantes nas sessões em grupo	---
Nº de voluntários envolvidos	10
N.º de sessões de capacitação para voluntários	>=5
Nº de sessões de apresentação do PSA /capacitação	10
N.º de novos parceiros	>=5
N.º de novas parcerias	>=5

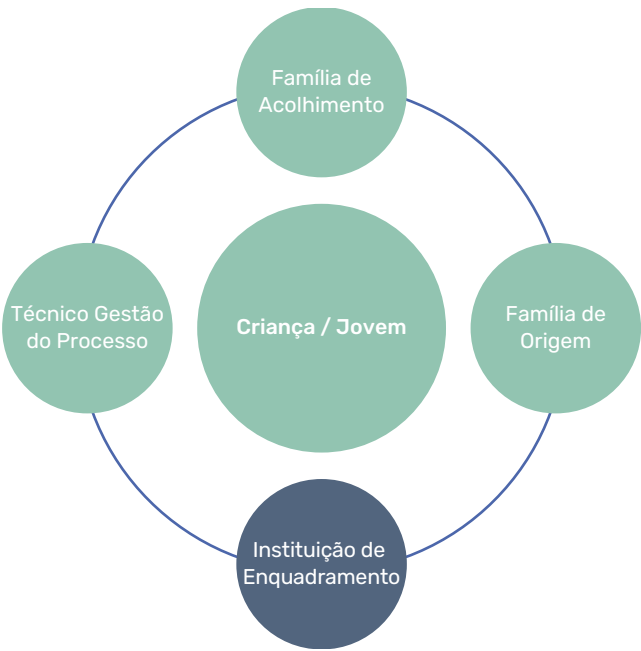
* Dados previsionais, sujeitos a revisão com a entidade financiadora em janeiro de 2024.

ÁREA DO RISCO E EMERGÊNCIA SOCIAL

UO: Colégio do Barão de Nova Sintra – Acolhimento Familiar

O acolhimento de crianças e jovens, em Portugal, está em processo de mudança estrutural. O paradigma de intervenção encontra-se a ser deslocado do modelo de acolhimento institucional para o modelo de acolhimento familiar. O acolhimento institucional em estrutura especializada está a ser utilizado, maioritariamente, para situações entendidas como “final de linha”. Neste sentido, respostas de contexto natural ou normativo encontram-se a ser privilegiadas e neste enquadramento que a SCMP reorienta a intervenção do BNS para o acolhimento familiar.

O Acolhimento Familiar consiste numa prática interventiva em contexto não institucionalizado, mediada por uma Instituição de Enquadramento, visando a implementação de um plano de intervenção que promova a melhoria da qualidade de vida das crianças/jovens em perigo e as suas respetivas famílias, quando aplicável. Trata-se de uma medida de colocação de carácter temporário centrada no acolhimento, prestado por pessoa singular ou família habilitada para o efeito, de forma a acolher uma criança em meio familiar, de modo a lhe prestar os cuidados adequados a um desenvolvimento integral. Alicerça-se numa relação ativa entre:



2024 vai ser um ano fundamental por consistir no primeiro ciclo funcional completo desta resposta operacional. Para tal é fundamental a mobilização da comunidade, antevendo-se um processo moroso, exigente, mas, esperamos, altamente gratificante.

Objetivos

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2024, são os seguintes:

1. Desenhar e implementar um plano de abordagem à comunidade, assente na identificação de públicos-alvo e contextos de disseminação, com vista à criação de uma bolsa de famílias de acolhimento;
2. Implementar metodologias de articulação estreita com as equipas gestoras de processos de promoção e proteção e equipas de acompanhamento às famílias de origem, assentes em momentos períodos de trabalho conjunto;
3. Implementar um plano de formação inicial e contínua, com vista à capacitação das famílias de acolhimento e das famílias de origem;
4. Desenvolver um acompanhamento regular às famílias de acolhimento, assente em metodologias de grupo;
5. Criação de uma rede de parceiros (na área da justiça, espiritualidade, educação, intervenção comunitária e saúde) com vista à potenciação da intervenção;
6. Desenhar, com o apoio e colaboração do GMC, abordagens regulares à comunidade, assentes numa comunicação rigorosa, apelativa e estratégica.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024
Total de utentes em Acordo de Cooperação	30
N.º de famílias em bolsa	>= 10
Tempo médio de permanência em AF	1 ano
Total de saídas (reunificação, adoção, autonomia)	--
Número de ações Informativas dinamizadas	20
Número de ações de capacitação dinamizadas	15
Taxa de avaliação de satisfação de FA	≥80%
Total de parcerias	6

UO: Casa da Rua D. Lopo de Almeida

A Casa da Rua – D. Lopo de Almeida (CR-DLA) é uma Comunidade de Inserção (CI) orientada para o apoio a cidadãos em situação de vulnerabilidade social, com especial enfoque nas Pessoas em Situação de Sem Abrigo. Fundada em 1999 e com um forte enraizamento na comunidade, atualmente conta com um conjunto de serviços, nomeadamente:

- Alojamento – com capacidade para acolher 20 pessoas;
- Refeitório/Cantina Social – através do qual se garante o almoço e jantar para utentes da comunidade e que se encontrem em situação de exclusão social e/ou económica;
- Balneário – direcionado para pessoas que necessitem de realizar a higiene pessoal;
- Lavandaria – num modelo de self-service disponibiliza equipamentos e produtos para a lavagem de roupa;
- Correio/Interlocação de Correspondência – cedência de morada do Estabelecimento para pessoas em situação de sem abrigo;

Este trabalho é assente numa Equipa Técnica que procura sempre um trabalho de intervenção visando a autonomização dos utentes.

Ao abrigo da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo, esta UO desenvolve o seu trabalho num ecossistema de Entidades Públicas e Privadas, nomeadamente com uma rede de parceiros locais que constituem o NPISA Porto e que, através do trabalho colaborativo e em rede, pretendem potenciar os recursos da comunidade e maximizar a qualidade da intervenção social, de forma a promover a integração social dos seus utentes.

Neste contexto e perspetivando o ano de 2024, identificamos 3 grandes desafios: (1) um primeiro relacionado com a melhoria das condições do edifício da CR-DLA; (2) numa perspetiva de melhoria contínua, solidificar a qualidade da resposta e eficácia da intervenção técnica; e, por fim e com especial relevância, (3) aumentar a capacidade da valência de alojamento.

Destacamos em especial este último desafio devido ao significativo incremento do número de pessoas em situação de sem abrigo, nomeadamente da comunidade migrante. Além da situação em que as pessoas de encontram (sem teto), de referir que este fenómeno tem desencadeado uma sobrecarga sobretudo no serviço de balneário e lavandaria, o que pontualmente coloca em causa a normalidade da operação.

Objetivos

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2024, são os seguintes:

1. Continuar a melhorar o contexto físico onde é desenvolvida a operação da CR-DLA, em particular:

- Dar continuidade ao projeto em parceria com a Escola de Belas Artes da UP, cujo objetivo é humanizar os espaços comuns da UO e criar um ambiente mais familiar e acolhedor;
- Renovar o parque assistencial, nomeadamente o mobiliário dos 20 quartos, numa dinâmica de melhoria das condições de acolhimento mas, igualmente, da capacidade de organização dos pertences pessoais dos utentes;
- Colaborar com o DGAP e com o Gabinete de Assuntos Europeus por forma a tentar potenciar linhas de financiamento que permitam investir na eficiência energética do edifício e na sustentabilidade económica da UO.

2. Apostar na modernização e eficácia da intervenção:

- Implementar o Sistema de Gestão da Qualidade, visando uma uniformidade formal com outras áreas de operação da SCMP, tornando os processos e procedimentos mais uniformes e transparentes;
- Maximizar a utilização do programa ANKIRA, enquanto ferramenta de registo, de partilha e trabalho transversal a todos os serviços da UO;
- Capacitar a equipa ao nível das especificidades da intervenção na área da emergência social, mediante o desenvolvimento e frequência de módulos de formação (interna e externa) específicos;
- Continuar a desenvolver um processo de capacitação dos utentes em diferentes domínios facilitadores dos seus processos de autonomização, assente na implementação de um programa de capacitação individual desenvolvido em módulos temáticos.
- Implementar a plataforma ANKIRA enquanto estrutura formal da intervenção e registo;

- Promover momentos de *benchlearning* e *benchmarking* com instituições congéneres, num mínimo de dois encontros anuais.

3. Explorar a possibilidade de alargamento da capacidade de reposta da CR-DLA, tendo por base quer a mais recente Portaria que regula as Comunidades de Inserção, que permite o alargamento da resposta até ao máximo de 30 vagas na valência alojamento, quer a abertura de concursos específicos para o financiamento destas respostas.



Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024
Total de Utentes em Acordo de Cooperação	80
Média anual de Utentes em Alojamento	>= 19
Média anual de Utentes em Refeitório	---
Média anual de Utentes em Balneário	---
Média anual de Utentes em Lavandaria	---
Média anual de Utentes do serviço de Correio/Morada	---
Taxa de Ocupação Alojamento	>= 95%
Taxa de Ocupação Refeitório	>= 95%
Tempo médio de permanência (meses) em Acolhimento	6
Percentagem de autonomizações	>= 70%
Ações de capacitação dinamizadas	12
Taxa de avaliação de satisfação de utentes	>= 80%

UO: Centro de Acolhimento Social D. Manuel Martins

O Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins (CAS-DMM), é uma Unidade Operacional (UO) da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), dedicada à Exclusão e à Emergência Social, com capacidade para 40 utentes (30 vagas temporárias e 10 vagas de emergência para a Linha Nacional de Emergência Social – 144). Tem como objetivos: promover o acolhimento de emergência e/ou temporário de indivíduos autónomos adultos ou famílias em situação de vulnerabilidade e desproteção social; prevenir uma situação temporária de sem-abrigo; desenvolver competências ao nível da organização de vida; disponibilizar um tempo e espaço de reflexão para o desenvolvimento de um plano de (re)inserção social e, consequentemente, melhorar a autoestima.

Uma estrutura como o CAS-DMM, num contexto social como aquele que, atualmente, está a ser vivido na cidade do Porto, torna-se essencial, assumindo-se como uma resposta de primeira linha, devidamente articulada com a gestão de vagas do Núcleo de Intervenção Social do Instituto da Segurança Social. O CAS-DMM tem registado uma ocupação plena, fazendo com que decline pedidos de acolhimento com enorme regularidade. Neste sentido, parece-nos importante que se reflita acerca da possibilidade de resposta que a SCMP pretende continuar a dar neste mo-

mento conjuntural do nosso desenvolvimento coletivo. Os indicadores macrossociais apontam, a nível nacional e europeu, para um agravamento das condições de vida, remetendo, crescentemente, indivíduos e agregados familiares para situações de pobreza e emergência. Paradoxalmente (ou não) a Europa continua a ser um porto de destino particularmente apetecível, pelo que os fluxos migratórios empobrecidos continuarão a aumentar, contribuindo, também, para uma relevância destas estruturas.

Desta forma, consegue-se perceber que a solução desenhada, pioneiramente, pela SCMP já não responde de forma adequada quer à tipologia de utentes que, atualmente são acolhidos, quer à quantidade e rotação dos mesmos. A título de exemplo, o CAS-DMM, em 2023, até junho, acolheu já 96 utentes. Ora, tendo como objetivo ser muito mais do que uma resposta hoteleira, na qual é expectável que sejam trabalhados objetivos de reestruturação pessoal/familiar e de inclusão social, com ações bem definidas no âmbito da gestão de tarefas delineadas pelos Gestores de Caso, percebe-se que é necessário rever as condições, a nível de recursos humanos e do modelo de gestão e financiamento, de suporte ao investimento técnico realizado. Todo este trabalho é realizado apenas para uma equipa de dois elementos, sendo que um acumula funções de direção técnica. Afigura-se como relevante iniciar-se um processo de *benchmarking* e *benchlearning* com entidades congéneres

para, em conjunto, podermos dar início a uma articulação com o ISS, devidamente suportada em factos e evidências operacionais.

É neste seguimento de articulação com entidades externas, que alargamos a oferta de atividades do CAS-DMM. Consideramos que esta partilha interorganizacional é particularmente frutífera e mutuamente benéfica. Neste sentido, o alargamento da rede de parceiros irá ser um foco de particular atenção em 2024.

Internamente, e por forma a podermos continuar a pausar-nos por níveis de acolhimento aceitáveis e condignos, é necessário revermos uma metodologia de intervenção e acompanhamento à estrutura física onde decorre a operação

Pelo exposto, 2024 afigura-se como um ano de particular exigência, determinante para o processo de revisão do acolhimento realizado.

Objetivos

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2024, são os seguintes:

- 1. Aumentar a rede de parceiros e parcerias em 10% (domínio da Saúde, da Cidadania, da Cultura e Lúdico-Recreativas), com vista a aumentar a oferta de atividades disponibilizadas pelo CAS-DMM;
- 2. Implementar o modelo de Gestão de Qualidade definido para o DIS, garantindo a certificação ISO 9001, visando a uniformização e transversalidade de boas-práticas, procedimentos e instrumentos de trabalho;
- 3. Promover as condições para a revisão do Acordo de Cooperação, visando o alargamento da capacidade para 46 utentes, implicando, igualmente, o alargamento da equipa técnica em um elemento;
- 4. Consolidar o modelo de controlo de gestão, sempre visando o equilíbrio económico-financeiro da UO, recorrendo à implementação de instrumentos de gestão/monitorização disseminados pela equipa e na articulação com o DIS/SPeC;
- 5. Implementar dinâmicas de *benchmarking* e *benchmarking* com parceiros, assentes em, pelo menos, dois momentos de trabalho bianual.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024
Total de utentes em Acordo de Cooperação	40
Média anual de Utentes	>= 38
Taxa anual de Ocupação	>= 95%
Taxa de avaliação de satisfação de utentes	>= 75%
Taxa de avaliação de satisfação de colaboradores	>= 90%
Total de parceiros	>= 2
Total de parcerias	>= 2

UO: Casa de Santo António

A CSA é uma resposta de fim de linha que visa proporcionar condições para que a mulher vítima de violência doméstica possa definir um novo projeto de vida, garantindo sempre a confidencialidade e segurança no processo de empoderamento e autonomização. Para a definição do projeto de vida os agregados acolhidos contam com uma equipa multidisciplinar para a trabalhar as áreas: da justiça, trabalho, social, saúde, educação e formação.

Sendo um fenómeno universal, a Violência Doméstica necessita de um olhar atento e flexível, visando a reconfiguração e/ou complexificação das respostas disponibilizadas. A experiência adquirida ao longo destes anos coloca-nos na exigente posição de dar continuidade ao acompanhamento após saída em condições que, efetivamente, promovam a independência da mulher/agregado vítima de VD. Uma resposta para um primeiro momento de autonomização (casa de autonomização) seria facilitadora de todo um trabalho com a vítima de violência doméstica, minimizando as falhas recorrentes do sistema, nomeadamente na área jurídica e de habitação. Esta necessidade não é recente, tal como não são as tentativas de a implementar. Contudo, a Misericórdia do Porto, neste processo, tem vindo a tentar ultrapassar, sem grande sucesso, o que considera serem condições geradoras de dependência por parte do próprio sistema de proteção. Neste sentido, a equipa da CSA pretende continuar este processo, em articulação estreita com a CIG, de modo a serem desenvolvidas respostas adequadas, mediante as linhas de financiamento que forem sendo disponibilizadas.

Objetivos

Considerando o longo know-how na área da Violência Doméstica e tendo como orientação global a promoção de um acolhimento de excelência que permita o empoderamento e autonomização da mulher e seus filhos e a sustentabilidade da resposta, a CSA considera pertinente a implementação dos seguintes objetivos:

1. Garantir a ocupação máxima da resposta social;
2. Garantir a certificação, no âmbito da implementação do sistema de gestão da qualidade, da certificação ISO 9001;
3. Continuar a desenvolver um processo de capacitação das utentes em diferentes domínios facilitadores dos seus processos de autonomização, assente na implementação de um programa de capacitação individual desenvolvido em módulos temáticos;
4. Capacitar a equipa ao nível das especificidades da intervenção na área da violência doméstica, mediante o desenvolvimento e frequência de módulos de formação (interna e externa) específicos;
5. Promover momentos de *benchlearning* e *benchmarking* com instituições congéneres, num mínimo de dois encontros anuais;
6. Alargar a rede de parceiros, implementando novos projetos e parcerias, num mínimo de 10% em relação a 2023;
7. Desenvolver e implementar uma metodologia de avaliação da satisfação do processo de acolhimento.



Principais indicadores e metas

Indicadores *	Meta 2024
Total de Utentes em Acordo de Cooperação	15
Média de Utentes	15
Taxa de Ocupação	>= 95%
Tempo médio de permanência (meses)	6
Número de acolhimentos em vaga de emergência	12
Tempo médio de permanência em vaga de emergência (dias)	3
Percentagem de autonomizações	70%
Ações de capacitação dinamizadas	12
Taxa de avaliação de satisfação de utentes	>= 80%

* No contexto de Casa Abrigo existem mais indicadores que não se traduzem em metas quantificáveis, nomeadamente, percentagem de nacionalidades, menores, dependentes com ou sem deficiência, habilitações, entre outros. Os dados referentes a estes indicadores serão analisados no RA de 2023.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL

No âmbito da descentralização de competências do Estado para as autarquias locais em matéria da Ação Social (Lei 50/2018 de 16 de agosto), o Município do Porto, no dia 28 de março de 2023, celebrou um protocolo específico de colaboração com a Misericórdia do Porto com o objetivo da implementação de uma resposta piloto no âmbito da intervenção social, com a duração de 18 meses.

Este projeto de experimentação social, no que diz respeito à zona de ação da Misericórdia do Porto, assenta a sua intervenção em dois territórios da cidade: União de Freguesias do Centro Histórico e União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Com a ativação deste protocolo, a atual resposta da Misericórdia do Porto, destinada ao acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, complementa-se com novas áreas de intervenção, nomeadamente alargando o seu âmbito aos beneficiários de RSI - Rendimento Social de Inserção, passando, assim, a Unidade Operacional (UO) a denominar-se por SAASI.

Com esta ampliação, a Misericórdia do Porto reforçou significativamente a sua equipa técnica especializada, de modo a garantir a mesma qualidade, eficácia e eficiência da UO.

O atendimento/acompanhamento social é um processo que pretende contribuir, através do apoio psicossocial, da informação, orientação, aconselhamento e encaminhamento, para o bem-estar e inserção progressiva dos indivíduos e famílias, contrariando processos geradores de desigualdades e vulnerabilidades sociais.

É neste contexto que as pessoas e suas famílias são apoiadas na construção de projetos de vida inclusivos, formalizados através de Contratos de Inserção ou Acordos de intervenção com o pressuposto da responsabilidade partilhada pela sua inserção (indivíduos e famílias e entidades). A contratualização pressupõe a elaboração prévia de diagnósticos, identificando claramente as vulnerabilidades e as potencialidades, tendo também em conta as competências e expectativas das famílias. Todas as diligências efetuadas deverão ser registadas no processo familiar, através do acesso à plataforma informática (ASIP), disponibilizado pela Segurança Social.

A Misericórdia do Porto, desde 2017, apresenta-se como um dos principais players da cidade no âmbito da Ação Social e com tal, em 2024, a equipa procurará colmatar

alguns dos problemas sociais emergentes (carência alimentar/desemprego, entre outros), através da elaboração de candidaturas.

Objetivos

Considerando o enquadramento anterior, apresentam-se os objetivos fundamentais para 2024:

1. Garantir a ocupação máxima da resposta social;
2. Garantir uma taxa de resposta ao contratualizado a nível de atendimentos com a Autarquia maior ou igual a 95%;
3. Responder às sinalizações da Linha de Emergência Social (LNES), num tempo médio máximo de 48 horas;
4. Realizar os Relatórios Sociais solicitados num tempo médio máximo de 10 dias úteis;
5. Promover momentos de *benchlearning* e *benchmarking* com instituições congéneres, num mínimo de dois encontros anuais;
6. Desenvolver um sistema de avaliação de impacto acerca da intervenção realizada.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024
Número de atendimentos	≥ 3000
Número de articulações	≥ 3500
Celebração de Acordos de Intervenção (AIS)	≥ 300
Celebração de Acordos de Intervenção (CI)	900
Taxa de conclusão com sucesso de CI/AI	≥ 90%
Número de visitas domiciliárias	≥ 600
Número de ações de âmbito coletivo	≥ 1

Home 4 Homeless

A UO Home4Homeless é uma resposta de Apartamentos Partilhados, com Acordo de Cooperação com o ISS, IP, e enquadra-se no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Misericórdia do Porto e Benéfica e Previdente, no âmbito da intervenção do NPISA, com pessoas em situação de sem abrigo.

Visa promover uma oferta de habitação estável e integrada, através da disponibilização de apartamentos partilhados, de diferentes tipologias e com caracter, transitório, contribuindo para a integração socioprofissional de pessoas em situação de sem abrigo.

Esta tipologia de respostas assume particular relevância no contexto atual, atendendo à complexificação do problema da população sem abrigo na cidade do Porto. O investimento em soluções *housing first* está longe de ser priorizado pelo governo, pelo que os apartamentos partilhados de longa duração se apresentam como as principais respostas de autonomização.

Neste sentido, em 2024, prevê-se um reinvestimento e reestruturação na equipa de acompanhamento a esta resposta social, o que irá permitir um acompanhamento mais próximo e personalizado, visando, sempre, um maior nível de autonomização de utentes.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024
Total de Beneficiários Inseridos na Resposta	20
Total de beneficiários empregados	>= 12
Total de beneficiários em formação	>= 8
Ações de Capacitação / Dinâmicas de grupo	3
Tempo médio de permanência (meses)	12
Total de autonomizações anuais	>= 10

Objetivos

Considerando o enquadramento anterior, apresentam-se os objetivos fundamentais para 2024:

1. Consolidar a equipa de trabalho multidisciplinar, com a redefinição de uma metodologia de intervenção técnica, assente nos princípios do SGQ já implementado em algumas respostas do DIS;
2. Desenvolver grupos de promoção de competências sociais de capacitação psicossocial, mediante a criação de metodologias e materiais próprios, a implementar ao longo do ciclo interventivo, organizando-se num programa modular (previsivelmente 8 módulos);
3. Consolidar mecânicas de acompanhamento laboral, com acompanhamentos bimensais ao contexto trabalho;
4. Aumentar em 10% a rede de parceiros e parcerias estabelecidas;
5. Promover a qualificação da intervenção técnica, através do desenvolvimento de ações de *benchmarking* e *benchlearning*, com equipas congéneres, no mínimo com duas ações anuais.

INCORPORA

O Programa Incorpora surgiu com o desafio de melhorar a integração sociolaboral das pessoas em situação ou em risco de exclusão social. O Incorpora pretende combinar as necessidades do tecido empresarial e social para, por um lado, garantir o sucesso da integração laboral de pessoas em situação de vulnerabilidade graças ao apoio e acompanhamento dos técnicos do Programa e, por outro lado, ajudar as empresas participantes a encontrar os melhores candidatos para as suas vagas, desenvolvendo a sua política de Responsabilidade Social.

Num contexto social crescentemente desafiante, em que a população fragilizada ultrapassa, largamente, a tipificada em anos anteriores, com novas formas de pobreza e exclusão social, o Incorpora necessita de alargar o âmbito da sua visão, adaptando-se a uma realidade crescentemente mutável. Neste sentido, importa reforçar os cuidados com a intervenção realizada, garantindo que a abrangência necessária é tida em consideração nas ações quotidianas do Incorpora.

Um elemento relevante e de elevada potenciação deste programa é poder contribuir para uma política socialmente responsável e operacionalmente apoiada às instituições (com um acompanhamento de proximidade, particularmente nas primeiras semanas de inclusão laboral). Salientamos que, dentro da Misericórdia do Porto, o Incorpora tem espaço para contribuir nos processos de recrutamento, apoiando o DRHFP na criação de uma base inicial de candidatos que poderão responder às necessidades identificadas. Assim, a aproximação funcional entre o Incorpora e o universo da SCMP assume-se como uma etapa relevante para 2024. Acreditamos que as empresas podem ser cada vez mais protagonistas e ter um papel relevante na criação de territórios socialmente responsáveis. O Programa Incorpora pode, sem dúvida, contribuir para facilitar esta mudança.

Objetivos

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2024, são os seguintes:

- Garantir o cumprimento do Plano de Ação, a recontra-tualizar com a Fundação La Caixa em janeiro de 2024, num nível de execução mínimo de 95%;
- Alargar a cobertura operacional, expandindo o número de empresas contactadas em, pelo menos, 10%;
- Desenvolver ações conjuntas com as diferentes equipas técnicas Incorpora, concretamente com as geograficamente mais próximas, com objetivo de melhorar metodologias de trabalho e abordagens territoriais;
- Promover a especialização dos elementos da equipa em metodologias de promoção da empregabilidade e outras áreas específicas de atuação;
- Dinamizar, pelo menos, 10 ações de colaboração entre os agentes sociais, associações empresariais e outras entidades de relevo por forma a promover a sensibilização social na integração laboral de pessoas com dificuldade de integração;
- Implementar o programa do +Digiaula, da Fundação ACCENTURE a, pelo menos, 20 utentes.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024*
Total anual de beneficiários (pessoas atendidas)	≥ 110
Empresas visitadas	≥ 40
Ofertas geridas	≥ 70
Ofertas partilhadas	≥ 50
Inserções	≥ 45
Empresas contratantes habituais	≥ 15
Empresas contratantes novas	≥ 7

* Dados previsionais baseados no histórico contratualizado com a FLC, sujeitos a revisão com a entidade financiadora em janeiro de 2024.





5.3.3. Educação

5.3.3.1. Colégio de Nossa Senhora da Esperança

O presente documento apresenta-se como um contributo para o Plano de Atividades da Santa Casa da Misericórdia do Porto para o ano 2024.

Deve ter-se em consideração a especificidade desta Unidade Operacional, que, sendo uma escola, apresenta o seu Plano de Atividades Pedagógicas para o ano letivo, isto é, de setembro de 2023 a agosto de 2024.

O Plano Anual de Atividades 2024 visa a consecução dos seguintes objetivos:

- Prestar uma educação e um ensino de qualidade;
- Aumentar os níveis de satisfação dos nossos alunos e potenciar as suas capacidades;
- Aprofundar a aplicação da flexibilidade curricular;
- Desenvolver as práticas pedagógicas recorrendo à inovação tecnológica;
- Incrementar o uso da tecnologia na relação com os encarregados de educação e nos serviços de apoio;
- Consolidar os resultados obtidos em provas nacionais;
- Continuar com a renovação/requalificação da cozinha;
- Requalificar os espaços exteriores;
- Promover um atendimento de proximidade e qualidade;
- Aprofundar os procedimentos de gestão e controlo da área financeira;
- Equilibrar o resultado financeiro do Colégio. O relatório apresenta duas áreas: a situação atual e o plano para 2024.

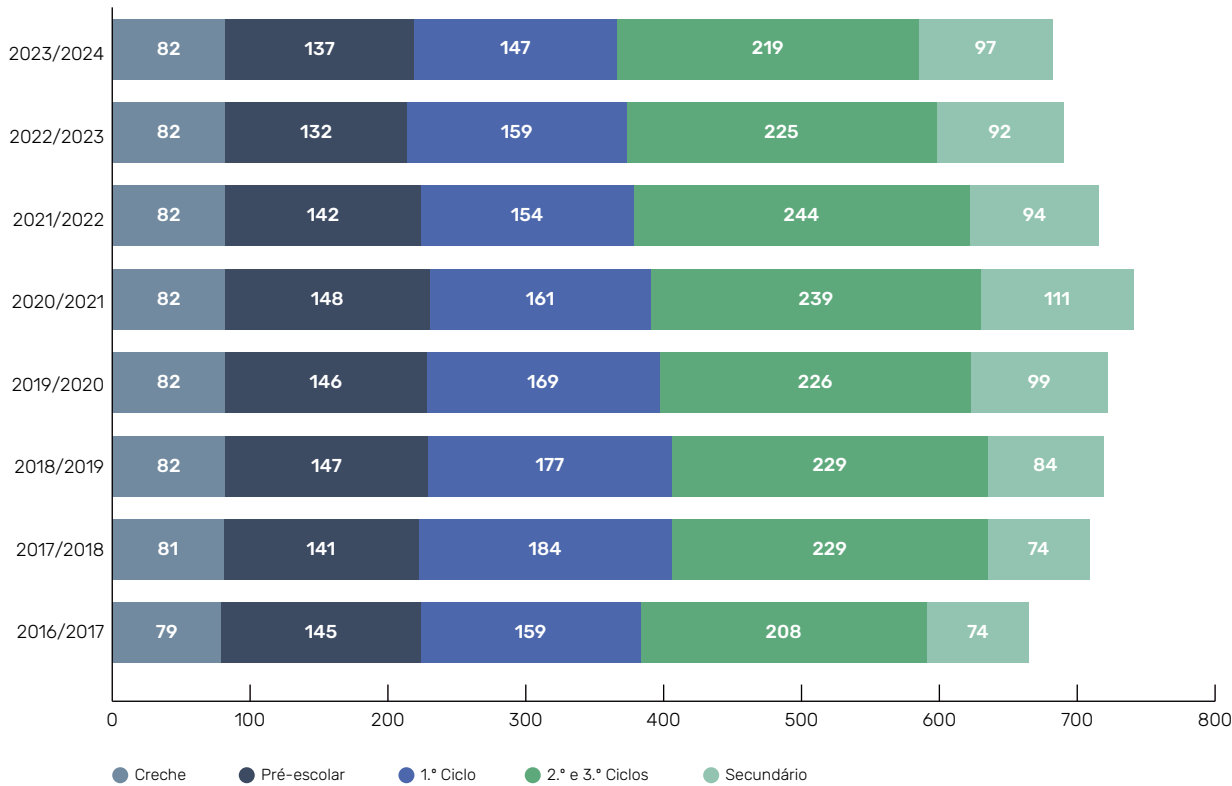
O ano letivo 2023/2024 iniciou com uma redução de cerca de 8 alunos (aproximadamente 1%), resultado sobretudo de uma transição em menor número do pré-escolar para o 1.º ano de escolaridade. Ao nível da Creche, o CNSE conseguiu uma taxa de ocupação total; no pré-escolar evidencia uma recuperação relativamente ao ano letivo anterior, com mais 5 alunos matriculados. Como referido, há uma redução de 12 alunos no 1.º ciclo, de 6 alunos no 2.º e 3.º ciclos, acompanhado da redução de uma turma, e um crescimento de 5 alunos no ensino Secundário.

O Colégio preparou-se para o ano 2023/2024 mantendo os seus dois objetivos fundamentais: desenvolver de forma integral cada uma das suas crianças e dos seus alunos, contribuindo para a autonomia de cada um e para a consolidação de um cidadão responsável e interventivo na sociedade, e promover a qualidade e a excelência das aprendizagens dos seus alunos. Mantém as suas características fundamentais: promover a estabilidade, criar mais e melhores condições nas infraestruturas e assentar intervenção em cada criança / aluno, na sua identidade, nas suas capacidades e competências. A qualidade do nosso ensino é atestada com o reconhecimento, no final ano letivo 2022/2023, novamente pelos resultados obtidos nos exames nacionais. Nas 637 escolas secundárias do país, ficamos na 35.ª posição geral; com o 6.º melhor registo em Português e 29.º melhor registo em Matemática A.



Alunos

Poder-se-á observar a evolução do número de alunos desde 2016/2017 através do gráfico seguinte:



	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024
Creche	79	81	82	82	82	82	82	82
Pré-escolar	145	141	147	146	148	142	132	137
1.º Ciclo	159	184	177	169	161	154	159	147
2.º e 3.º Ciclos	208	229	229	226	239	244	225	219
Secundário	74	74	84	99	111	94	92	97

Recursos Humanos

Iniciámos o ano letivo 2023/2024, dando cumprimento a um plano de redimensionamento do quadro de pessoal do Colégio, alterado em função da necessidade de dar cumprimento a todas orientações inerentes à pandemia de Covid19. Desta forma, foram realocados a outros serviços da SCMP cinco profissionais da área de suporte. Também entre os docentes, registou-se a redução de um docente contratado a termo certo.

O ano de 2023/2024 dá continuidade a uma estrutura hierárquica assentada numa linha horizontal que agrega cada área de intervenção do Colégio.

Plano para 2024

Atingir o objetivo do equilíbrio financeiro do Colégio, implica um crescimento substancial das receitas e a redução possível das despesas. O aumento da receita far-se-á pelo aumento das mensalidades e da promoção de serviços acessórios à nossa atividade principal. A aposta na

diversificação das atividades extracurriculares, nas visitas de estudo, nos programas de atividades de férias, nos serviços de alimentação, reprografia e papelaria visam a captação de mais alunos e um efeito positivo na receita. A redução da despesa procurar-se-á com um controlo mais efetivo sobre todos os gastos, procurando usar de toda a parcimónia nas aquisições necessárias e de uma extrema responsabilidade nos mais variados consumos.

Os dois acordos da Creche e os dois acordos do Pré-escolar mantêm-se praticamente no máximo da sua lotação. No que concerne ao 1.º Ciclo mantem-se a dificuldade em garantir a transição integral dos alunos do pré-escolar. Desenvolver-se-ão ações de promoção da nossa oferta, procurando reverter a diminuição dos mesmos neste ciclo de ensino. No que concerne aos 2.º e 3.º Ciclos e Secundário também procuraremos um incremento do número de discentes, um objetivo possível e expectável. Quer pela saída natural de uma turma com um número reduzido de alunos no 12.º ano, quer pelo desenvolvimento de ações que visam mostrar os resultados do nosso trabalho, já atestados externamente.





Os investimentos efetuados nas instalações, a aposta na constituição de um quadro de docentes com experiência e a aposta ao nível da formação/requalificação dos colaboradores visam contribuir para recolocar o colégio entre os estabelecimentos que melhor condição oferece na zona central do Porto. Temos como projeto próximo a criação de mais um espaço de recreio e um campo de jogos, junto ao atual parque de estacionamento. Prevê-se ainda o arranque das obras da terceira fase da recuperação integral do edifício antigo, com a constituição das creches no rés-do-chão.

A qualidade do serviço prestado é o aspeto mais importante para a atração de alunos. Manter-se-á a oferta de formação complementar em Expressão Musical, Expressão Físico-Motora e Educação Científica, no Pré-escolar. Ao nível do 1.º Ciclo, a aposta em áreas fundamentais como as Ciências e Matemática, concretiza-se com a disciplina de oferta de escola CienciaMat, complementada com atividades de enriquecimento curricular que visam uma formação mais completa. Orquestra Orff, no âmbito da música; Olhares Artísticos, na área das Artes Visuais, Programação

e Som e Imagem, no âmbito da utilização das novas tecnologias. Nos 2.º e 3.º Ciclos, 2023/2024 mantém a aposta na promoção de clubes e com abrangências diferenciadas, como momentos de formação complementar e diversificada. O enfoque estará na consolidação de conhecimentos cuja aprendizagem tenha sido afetada com as condições especiais vividas pelos nossos alunos no período de pandemia. Ao nível do ensino secundário, continuar-se-á um caminho que visa aproximar os nossos alunos do ensino universitário. Pretende-se “trazer” o conhecimento para o Colégio e “transportar” os nossos alunos até ao conhecimento. Pretende-se apresentar diferentes abordagens, em contextos distintos do habitual, para trabalhar áreas de extrema importância, concretizando-se a diferenciação pedagógica que se exige para o alcance do sucesso.

Manter-se-á a participação em projetos como o Eco-Escolas, Coração Verde, Projeto Matemática Ensino (Universidade de Aveiro) ou Olimpíadas da Matemática, História, Química, Física, Biologia e Economia. Como forma de promover a leitura, ampliar-se-á o projeto “10 minutos a ler” a várias



disciplinas, garantindo que todos os alunos dedicam um pequeno período diário à leitura. Cientes da importância de áreas emergentes como a programação e a robótica, manteremos uma parceria com a Academia de Robótica, que traz uma primeira abordagem aos nossos alunos do 3.º ao 12.º ano. Cumprindo com a dimensão da formação integral de um aluno do Colégio de Nossa Senhora da Esperança, promover-se-ão programas de solidariedade, levando os nossos alunos a experienciar verdadeiras ações de promoção do bem social, bem como atividades diversas com o intuito de fomentar o respeito pelo próximo, a sensibilidade para com o meio ambiente, materializando ainda momentos que promovam as datas festivas e a relação escola-família.

Com os alunos do ensino secundário concretizar-se-á um projeto de acompanhamento, que visa a monitorização, a ajuda na descoberta do caminho de cada um e o fomento do valor do trabalho, do empenho e da resiliência.

Com o intuito de aproximar o Colégio às famílias e elevar o nível de formação de toda a comunidade educativa, os

Serviços de Orientação Vocacional vão promover ciclos de debates, para os quais convidarão profissionais qualificados para dinamização.

Para além das regulares atividades letivas e de enriquecimento curricular, o Colégio proporcionará atividades extracurriculares potenciadoras de incremento da receita. Em 2024 funcionarão aulas de *ballet, karaté, inglês, dança criativa, ioga, babyioga, musicoterapia, introdução à patinagem, introdução à robótica, futsal* e ensino de diversos instrumentos musicais.

As atividades desenvolvidas no Colégio de Nossa Senhora da Esperança expectam a concretização da missão do estabelecimento, cumprindo com as obrigações perante os seus utentes e alunos. Procurando a sustentabilidade financeira por via do crescimento, da redução da despesa e da eficácia dos seus serviços, a evolução em cada uma das áreas atrás expostas visa a prossecução dos referidos desideratos.



5.3.4. Deficiência e Incapacidade

5.3.4.1. CIAD | Centro Integrado de Apoio à Deficiência

O CIAD presta apoio a 150 clientes nas suas diferentes valências, visando sempre operacionalizar os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promovendo uma inclusão plena e efetiva dos seus clientes na sociedade, proporcionando atividades que promovam o desenvolvimento pessoal, social e profissional. A prossecução destes objetivos é realizada em quatro grandes respostas:

- No Lar Residencial (LaR), o CIAD apoia 28 residentes na prestação de cuidados, suporte e alojamento, promovendo um ambiente seguro, acolhedor e inclusivo, onde os residentes possam viver com dignidade e receber os cuidados adequados ao desenvolvimento das suas potencialidades.
- No Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), ainda em processo de transição de CAO para CACI, o CIAD tem, atualmente, 90 clientes que frequentam atividades ocupacionais dentro e fora das instalações e que variam de acordo com as potencialidades e necessidades individuais de cada um.
- A Escola Especial (EE), atualmente com 4 alunos, presta apoio individualizado e personalizado a alunos com necessidades educativas especiais e visa a promoção do seu desenvolvimento integral e harmonioso e a sua inserção social.
- A Formação Profissional (FP), vocacionada para o desenvolvimento de cursos de Formação especialmente destinados a pessoas com deficiência e/ou incapacidades ou outros problemas no domínio da inserção socioprofissional, dá resposta a 60 jovens e adultos, em formações de percurso C e percurso B.

Todas estas valências recorrem a uma equipa multidisciplinar de profissionais, que oferecem apoio personalizado de acordo com as necessidades individuais de cada cliente e ainda com uma lista de parceiros que permitem o desenvolvimento alargado de atividades diferenciadas em contextos naturais e comunitários. Esta equipa interna do CIAD é constituída por cerca de 70 profissionais, correspondendo a 7,5% dos recursos humanos da SCMP.

Ao longo da última década, o CIAD centrou a sua atuação na reestruturação da sua intervenção, transformando o seu modelo interventivo num modelo centrado na relação comunitária e, fundamentalmente, nas capacidades dos seus clientes. Contudo, com a incerteza dos últimos anos, muito materializada na incapacidade de se manter uma equipa constante, fruto da conjuntura e políticas de RH em vigor, sentimos que o trabalho que estava a consolidar-se, regrediu em algumas dimensões. Assim, pretende-se, em 2024, voltar a investir em dinâmicas (entretanto já iniciadas) de capacitação de RH e reorganização interna, visando reforçar a intervenção técnica e humana realizada. Complementarmente a esta preocupação de base, e por considerar-se que a verdadeira evolução só ocorre em partilha, pretende-se dar continuidade ao elemento distintivo da atuação organizacional do CIAD: a participação em parcerias e projetos, nacionais e estrangeiros, visando uma reflexão continua sobre modelos e procedimentos de atuação.

Objetivos

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2024, são os seguintes:

1. Reiniciar um processo de certificação de qualidade, desta vez recorrendo à ISO 9001, alinhando o CIAD com a metodologia interventiva e de certificação definida pela Misericórdia do Porto;
2. Alargar em 5%, com vista a aumentar os níveis de participação e qualidade de vida dos residentes, o número de parcerias estratégicas no âmbito da operação (domínio da Saúde, da Cidadania, da Cultura e Lúdico-Recreativas);
3. Desenvolver dinâmicas de negócio adicional, contribuindo para uma maior eficiência económico-financeira, como:
 - a. Aluguer de espaços e equipamentos específicos (e.g.: sala de snoezelen);
 - b. Desenvolver estratégia de inserção no mercado, com vista à venda dos materiais desenvolvidos nos diferentes ateliês ocupacionais

4. Reestruturar a resposta de CACI de acordo com o novo enquadramento legal, quer através da adaptação das dinâmicas ocupacionais na comunidade, como através da reformulação do quadro de recursos humanos definidos pelo novo enquadramento jurídico;
5. Operacionalizar as dinâmicas de trabalho do CIAD, concretamente os procedimentos, genéricos e específicos, para a prestação de cuidados e para o acompanhamento das atividades, mediante um manual de procedimentos para as diferentes respostas.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024 LaR	Meta 2024 CACI	Meta 2024 EE	Meta 2024 FP
Total de clientes em Acordo de Cooperação	28	90	5	60
Taxa anual de Ocupação	>= 95%	>= 95%	>= 95%	>= 95%
# acolhimentos temporários		---	---	---
# dias de acolhimento temporário		---	---	---
Taxa de sucesso do Plano Individual/Formativo	≥ 85%	≥ 85%	≥ 85%	≥ 85%
Ações de capacitação da equipa dinamizadas				
Taxa de avaliação de satisfação de utentes				
Taxa de avaliação de satisfação de colaboradores				
Taxa de avaliação de satisfação de significativos				
Taxa de avaliação de stakeholders				
Total de parceiros				
Total de parcerias				
Total de cursos com financiamento aprovado	---	---	---	6
Volume anual de formação (horas)	---	---	---	80.000

5.3.4.2. Centro Professor Albuquerque e Castro

Ainda que integrado, organicamente, no CIAD, o Centro Professor Albuquerque e Castro – Imprensa Braille, pela sua especificidade, apresenta a sua planificação de forma autónoma, para melhor compreensão do leitor e mais fácil acesso a informação, para memória futura.

A reabertura da economia após a pandemia, sustentada por políticas económicas de apoio à atividade, levou a uma recuperação célere caracterizada por uma elevada procura de bens que as cadeias de abastecimento não conseguiram satisfazer.

Além disso, a invasão da Ucrânia pela Rússia, levou a um aumento dos preços de importação de produtos energéticos e alimentares, aumentando as restrições do lado

da oferta. Assim, o aumento dos custos das mercadorias, traduziu-se diretamente em preços mais elevados para o consumidor. De uma forma macro, pode afirmar-se que o output emergido, levou a que a inflação em Portugal aumentasse (bastante) alcançando níveis como não se viam há mais de três décadas. E, na sequência desta expansão inflacionista, o BCE adotou uma política de subida das taxas de juro (de referência) com o objetivo de estancar a subida do nível de preços através da restrição da procura, o que, em simultâneo, originou dificuldades ao acesso ao crédito por parte das empresas e Organizações tornando o serviço da dívida mais caro. Este fator constitui um forte entrave à realização de (eventuais) investimentos considerados necessários executar, por forma a tornar as Instituições mais eficientes. Para 2024, apesar de algum otimismo por parte do Governo, este contexto não deverá sofrer alterações significativas.

Assim, e sendo o CPAC uma (pequena) unidade Braille da Santa Casa da Misericórdia do Porto cuja missão é, desde 1956, a Promoção da Inclusão produzindo, livros, publicações e outros materiais em Braille de forma a tornar acessível a informação, a cultura e a literacia às Pessoas que padecem de deficiência visual, não fica imune aos constrangimentos acima expostos.

O seu “stock” de equipamentos (ao serviço) está obsoleto/ desadequado da realidade atual, é bastante antigo e o seu método de produção não permite a obtenção de ganhos de eficiência o que significa que o seu potencial de crescimento fica sempre limitado.

O seu edificado também não apresenta condições, quer ao nível do espaço físico, quer em termos de eficiência energética. Em período de primavera/verão é extramente quente e no outono/inverno, é o oposto, extremamente frio com consequências, face aos elevados índices de humanidade, nos equipamentos e no papel.

Objetivos

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2024, são os seguintes:

Para 2024, os objetivos do CPAC podem definir-se da seguinte maneira:

- 1. Garantir, da parte da SCMP, as melhores condições à eventual revisão do Acordo de Cooperação;
- 2. Manter a parceria estratégica com a WOOK, alargando as plataformas de divulgação das obras produzidas pelo CPAC no âmbito do e-commerce.
- 3. Manter a parceria por forma a continuar o projeto Visão Braille, muito apreciada pelos leitores cegos;
- 4. Manter a produção da revista Enigma, produção própria do CPAC e revista única no mundo no âmbito do lazer (jogos e passatempos);
- 5. Potenciar possíveis linhas de financiamento com vista à renovação dos equipamentos (operacionais e informáticos), atendendo a que os atuais estão obsoletos e condicionam o desempenho do CPAC.
- 6. Implementar estratégias com vista ao desenvolvimento de novas parcerias que potenciem a atividade e sustentabilidade do CPAC.

Principais indicadores e metas

Indicadores	Meta 2024
Total de Clientes (ativos)	1 400
Revista Poliedro (Unidades/Ano)	8 000
Revista Enigma (Unidades/Ano)	300
Revista Rosa-dos-ventos (Unidades/Ano)	5 500
Revista Visão (Unidades/Ano)	9 000
Produção de novos Livros (Unidades)	40
Produção de novos Livros (Volumes)	160
Reimpressão de livros previamente produzidos	200
Reimpressão de livros previamente produzidos (Volumes)	600
Calendário Civil 2024	900
Calendário Desportivo Época 2023/2024	600



5.3.5. Desenvolvimento Agrícola

5.3.5.1. Quinta d'Alva

No atual contexto económico mundial a produção competitiva, qualidade dos produtos e exigências legais determinam uma gestão competitiva, é necessário garantir padrões de qualidade e produtividade.

A nível mundial, vivemos um momento complexo, desafiante e nunca anteriormente vivido, vai ser o grande desafio futuro, com um planeta em alteração climática.

Apesar das contínuas modificações verifica-se a necessidade de reinventar constantemente o processo produtivo, como resposta às novas exigências. O planeamento e ações a implementar, vão requerer monitorização e melhoria contínua.

Analisando custos de produção e valor de venda do fruto, não há crescimentos homólogos, os custos de produção evoluíram drasticamente, obrigando a uma gestão mais cuidada, refletida e com alguma calma.

A dimensão e complexidade da Quinta d'Alva em simbiose com a diversidade climática de cada ano, impedem corrigir as imperfeições no curto prazo, tratando-se de um processo moroso.

A necessidade de mão-de-obra e custos elevados obrigam-nos a refletir, a produção competitiva, obriga-nos a implementar uma política de gestão sustentável, reduzindo custos, mão-de-obra e apostar em tecnologia.

Nos últimos 10 anos a Quinta d'Alva viu-se obrigada a reduzir para metade o número de colaboradores e apostar em tecnologia.

Analisando os resultados anuais ao longo dos anos é possível constatar que foi imperativo baixar a despesa, e foi conseguida fruto da substituição de colaboradores por tecnologia e gestão rigorosa.

A receita apresenta alternância de resultado, um ano melhor, outro menos bom. Isto é fruto de plantas esgotadas por carência de água (ineficiência dos sistemas de rega), podas e nutrição.

Nos últimos anos o foco tem sido colmatar lacunas que existem de forma a equilibrar despesa, o processo e estabilidade produtivo será o nosso foco futuro.

Deve-se realçar que os anos têm sido muito secos e quentes, provocando desgaste nas plantas, mas em contrapartida o inverno passado foi muito chuvoso e possibilitou o armazenamento de água e acumulação de reservas por parte das plantas, que por sua vez apresentaram uma resposta positiva em termos de frutificação.

Analisando cada ano e cada inverno poderemos criar uma relação entre produtividade, acumulação de reservas e frutificação.

As medidas já implementadas permitiram reduzir despesa, assegurando o normal funcionamento da Quinta d'Alva, mas foi absorvida pela subida vertiginosa dos custos de produção.

As vinhas estão na idade que produzem qualidade e baixa quantidade, o que só interessa a quem faz vinho e engarrafa.

A reconversão das vinhas, plantações de amendoal, adubações das culturas, melhorias nos sistemas de rega, alteração do processo produtivo, simplificação de processos e gestão da água passam a ser o fator chave.

A ausência de produção e a crescente subida dos fatures de produção, levou-nos a adiar investimentos planeados e apostar em podas de renovação das oliveiras e resolução de problemas de rega de forma a inverter o contexto.

Em 2024 acreditamos que os custos com contratação de Serviços externos para elaboração de podas da vinha venham reduzir para metade por aquisição de tesouras de poda elétricas.

Em 2023 foram realizadas análises a 3 pontos da vinha de forma a traçar um plano de adubação como medida de aumento da produtividade.

A despampa/Desladroar são custos que vamos ter de manter para assegurar melhores condições e sucesso da vinha.

Estas medidas contribuem para a quantidade e qualidade das produções no curto e médio prazo.

No olival devem continuar a implementar-se medidas de recuperação para atingirmos a produtividade desejada.

Os citrinos têm apresentado produção abaixo do espetável resultante de problemas de nutrição, será efetuada análise ao solo e corrigir eventuais carências nutricionais. Pretende-se colmatar a falha de 200 laranjeiras que morreram e nunca foram substituídas em 2024.

O amendoal está decrépito, os porta enxertos apresentam-se no fim de vida, mas estamos a criar novas áreas e replantar as falhas com plantas dos nossos viveiros. Para 2024 esperamos plantar 5000 amendoeiras dos nossos viveiros.

Em 2024 será retirada de cortiça virgem e poda dos restantes.

Quanto ao improdutivo e áreas abandonadas que todos os anos requerem manutenção sem retorno devido aos incêndios, foram traçadas medidas no plano estratégico a longo prazo, mas a área será gradualmente plantada com recurso a plantas de amendoeira criadas em viveiros na própria Quinta.

A ausência de capacitação tecnológica até ao momento tem impedido de apostar em força em novas plantações, pois agravaria a situação com efeito bola de neve de sobreposição de trabalhos, daí se projetarem novas plantações para momento posterior.

O lagar é um equipamento que deve laborar em contínuo para obter rentabilidade, as pequenas colheitas diárias levam-nos a perdas de tempo de limpezas entre laborações e azeites sem grande qualidade. Pretende-se em 2023 a criação da marca para rotular o azeite e azeitona de conserva de modo a gerar valor acrescentado.

Uma vez que a quinta possui um vasto número de oliveiras centenárias poderia elaborar-se um azeite apenas dessas oliveiras e vender-se a um preço bastante elevado, pois além de vender o azeite vendia-se a história, pois pretende-se recriar as histórias da Quinta ou locais para marketing dos produtos.

Todo este processo de modernização é necessário pois uma quinta desta dimensão não possuiu uma marca, o que lhe retira valor.

A transformação do azeite e azeitona embalada sempre foram vendidos sem ter em consideração qualquer legislação, se a transformação é a forma de conseguir o maior

retorno económico a legalização seria uma mais-valia para a loja on-line e criação de novos mercados.

Os painéis foto voltaicos têm vindo a amortizar o seu investimento, mas começa a justificar o autoconsumo ao invés da venda, em 2024 serão estudadas medidas para valorizar a produção de energia por autoconsumo.

A par destes problemas funcionais a rega é de extrema importância o mau aproveitamento de tanques, dimensionamento dos sectores, pressões desadequadas dentro dos sectores, incorporação de resíduos no sistema e mau aproveitamento da água das nascentes são situações a resolver.

As problemáticas da rega traduzem-se em diferente porte das plantas com igual idade, bem-estar da planta, quantidade e qualidade do fruto. É necessário um furo e dar resolução os desequilíbrios de caudal e pressão.

O efeito bola de neve gerado por sobreposição de trabalhos tem vindo a promover a falta de valorização destes equipamentos e obtenção de retorno em vida útil.

Na vertente dos apoios agrícolas devemos acompanhar o seu ritmo, tirando o máximo proveito em função do contexto e enquadramento da exploração e estudar um projeto de renovação do sistema de rega do olival velho.

Temos conseguido nos últimos 8 anos a distinção em modo de produção biológico, mas a cultura da vinha perde produtividade por falta de nutrição e competição com ervas daninhas. Em 2023 passamos a vinha para proteção integrada e vamos estudar o novo quadro comunitário de modo a valorizar a quinta.

A par da componente agrícola temos o hotel composto por 5 quartos e uma envolvente única, necessário alargar horizontes e perscrutar todo o potencial e recursos, nomeadamente: transformação de produtos, hotelaria, lazer.

Devem ser avaliadas variedades com produções planeadas, rentabilizando ao máximo de produtos hortícolas através do envio para os departamentos centrais da SCMP.

A fruta que não se consegue enviar para os departamentos centrais da SCMP será transformada em compotas, sendo mais um produto à disposição na loja on-line.

Uma vez que o hotel se reveste de alguma beleza, localização díspar e espaço envolvente com características histó-

ricas, paisagísticas, ambientais, onde são servidos pratos típicos da região deve ser valorizado.

A falta de divulgação do hotel leva à ausência de clientes sendo necessário dinâmica, promovendo a divulgação interna através da página WEB da SCMP e loja on-line, podendo-se criar pacotes ou fins-de-semana temáticos.

Em 2023 percebeu-se que os problemas elétricos deveriam estar relacionados com as resistências dos cilindros que 3 delas estavam a dar passagem. Mas, para o hotel se tornar atraente de proporcionar bem-estar e o ar condicionado têm vindo a condicionar em muito a frequência e divulgação do espaço.

Está a ser estudada uma parceria com uma empresa de turismo para receção, lanche, jantar, venda de produtos da Quinta/ outros gourmet, visitação da Capela e lagar.

Em 2023 houve uma grande quebra no turismo do douro o que se acredita na recuperação em 2024.

Esta medida irá criar uma dinâmica diferente e valorativa da Quinta e dos seus espaços e equipamentos realizando receita para amortizar os investimentos realizados.

Sabemos onde estamos e onde queremos chegar, urge a necessidade de planejar fixar metas e resultados, monitorizar para poder melhorar continuamente.

Apesar de se implementarem melhorias ano após ano, estamos muito longe da competitividade e produtividade, perdurando falhas no processo produtivo, especificamen-

te relacionadas com ausência de meios tecnológicos, fatores de produção e colheita.

A gestão dos trabalhos com a melhoria tecnológica e mudança no quadro de Recursos Humanos conduz-nos a:

- Colheita de azeitona (Outubro Novembro, Dezembro)
- Poda da vinha (Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março) – Em 2024 esperamos não ter custos externos;
- Despampa da Vinha extensa (Abril, Maio, Junho) – Em 2024 os custos irão manter-se.

A par dos trabalhos anteriores:

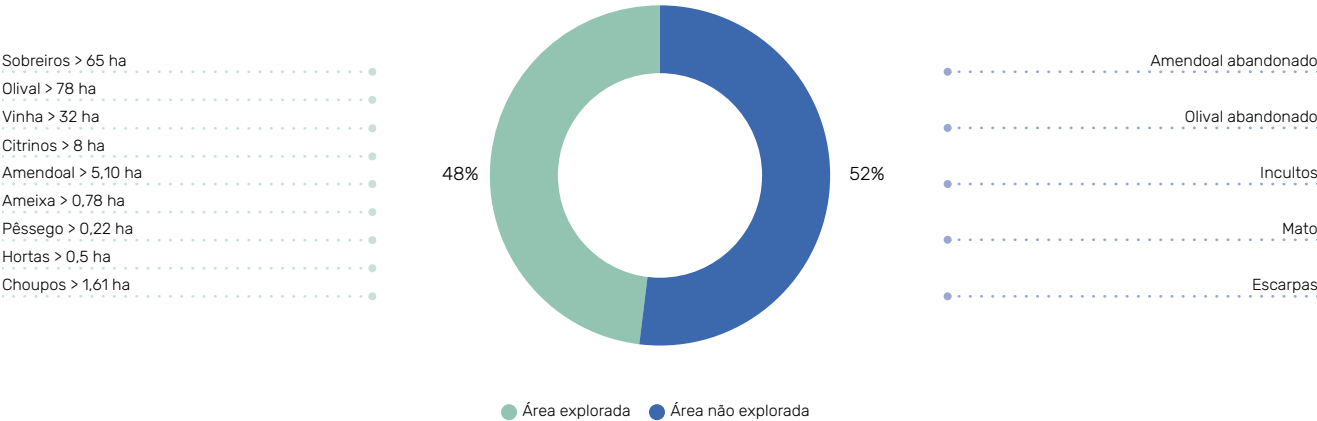
- Substituição de arame e postes partidos da vinha;
- Replantação das falhas de plantas e enxertias;
- Adubações;
- Lavouras;
- Correção de anomalias no sistema de rega;
- Arranjos nas paredes caídas;
- Corte de bravos do olival;
- Podas do olival, citrinos, amendoal, ameixeiras, pessegueiros e figueiras;
- Tratamentos fitossanitários;
- Manutenção de jardins e espaço envolvente às casas;
- Arranjo e limpeza de caminhos;
- Manutenção diária do sistema de rega;
- Novas plantações;
- Avarias no sistema de rega;
- Avarias em tratores;
- Trabalho de escritório;
- Trabalho de hotel;
- Limpeza das nascentes;
- Plantação e manutenção de hortas;
- Manutenção dos tratores.



A Quinta d’Alva situada em pleno Douro vinhateiro e coração do Parque Natural do Douro Internacional apresenta uma área de aproximadamente 400 hectares.

No sentido de perceber a realidade da Quinta d’Alva é de extrema importância perceber que dos 400 hectares: **193 hectares são explorados (SAU) e 207 hectares não são explorados**. No seguimento do presente trabalho serão analisadas em separado a área explorada e não explorada.

Áreas exploradas e não exploradas



Área cultivada improdutiva com cultura

A cultura do sobreiro pode ser encarada como improdutivo, na exposição a sul não se verifica aptidão ao desenvolvimento da cultura, com exceção de 9 hectares que se situam na serra que têm exposição a norte.

Perante o atual estado de arte torna-se insustentável a manutenção da área 65 hectares de sobreiros expostos a Norte devido à reduzida densidade e porte. Deste modo, é impreterível uma decisão uma vez que o abandono cria área a mato e um incêndio pode por em causa as outras culturas.

A substituição da cultura mediante autorização do ICNF seria a melhor solução.

Área Improdutiva por falta de cultura ou cultura abandonada

No que concerne à área improdutiva por falta de cultura existem 3 tipos, áreas de caminhos, áreas sem qualquer cultura onde foi arrancada vinha, áreas de olival e amenoidal abandonados.

Alem das ilustrações aqui apresentadas são de notar que existe ao longo de toda a extensão da quinta 3 caminhos paralelos entre a vinha e o olival, pelo que não contabilizam para os subsídios, mas que carecem de limpeza, logo custos de manutenção sem qualquer benefício.

Salienta-se que além destas áreas existem muitas outras com viabilidade para plantar, mas devido às áreas selecio-

nadas apresentarem melhores condições, os restantes terrenos poderão ficar para anos posteriores.

Área improdutiva devido a fatores geológicos, e orográficos

O Douro vinhateiro devido à sua orografia remete a atividade agrícola para exploração do terreno em socalcos, já noutros casos as **escarpas e afloramentos rochosos impossibilitam de todo a atividade agrícola.**

É de referir que a quinta não se pode focar apenas na vertente agricultura, deve olhar para todas as possibilidades nomeadamente explorar o turismo de natureza, aliado ao hotel, culto e gastronomia.

A Quinta e seu espaço envolvente revestem-se de um património histórico, paisagístico e Biodiversidades únicos, que aliados ao lazer (pesca, caminhadas, passeios de barco e participação em atividades agrícolas) podem fazer da visita um palco de sensações único.

A observação de aves em muitos países é um complemento perfeito para a agricultura, sem grandes custos e nos rochedos da Quinta nidificam várias espécies em vias de extinção.

No que diz respeito às hortas é de salientar que existem 0,5 hectares que têm sido aproveitados para hortícolas para suprir necessidades do hotel e venda aos colaboradores.

Ao longo destes anos viemos a realizar experiências e sabemos quais os produtos agrícolas com boa aptidão e escoamento assegurado na instituição.



Área de olival em recuperação



Áreas de horta

CULTURAS

OLIVAL | Área: 78 hectares

A recente aposta tecnológica vem alterar o paradigma da cultura do olival, libertando mão-de-obra para a realização de tarefas que anteriormente não havia capacidade de realizar.

Pretende-se executar podas e corte de ramos ladrões em aproximadamente 30 hectares ano, ou seja, afolhamento a 3 anos. A ausência de podas, adubações e corte dos bravos conduz a um esgotar progressivo das plantas, declínio e alternâncias de produções.

Desta forma, pretende-se que as plantas proporcionem o seu máximo rendimento, para tal é imprescindível executar podas de renovação devido ao excesso de madeira envelhecida o que dificulta a passagem da seiva e morte da rama produtiva.

A ausência de plantas em algumas áreas não impede que os custos e os trabalhos sejam quase os mesmos, mas, com rentabilidade inferior. Os custos de rega e lavoura são os mesmos, o que difere são os custos de poda, limpeza dos bravos e colheita.



Fraca densidade do olival

Existiam áreas que não apresentam qualquer cultura no meio do olival, o que acabava por ser lavrado anualmente ou bianual para não criar mato evitando incêndios, mas temos vindo a fazer plantações de amendoeiras.

Existem períodos críticos em que a rega é imprescindível, para obter maior quantidade e qualidade. A reduzida pluviosidade no Inverno impede das plantas de se recompor entre a colheita e a floração. Os invernos e primaveras chuvosos são favoráveis ao desenvolvimento da azeitona.

Atendendo que o número de colaboradores é reduzido definiam-se prioridades, apesar de haver trabalhos que deveriam ser executados, nomeadamente podas do olival, corte de ladrões, despampa da vinha e adubações.

A manutenção do olival pelo atual processo pós melhoria tecnológica apresenta custos mais reduzidos e esperamos melhorias no produtivo:

Havia uma decisão a tomar ou se contratavam mais colaboradores de forma a executar os trabalhos ou se muda o sistema de exploração. Salienta-se que a contratação de mais mão-de-obra para a colheita em nada iria resolver o problema, apenas aumentar custos de exploração.



Olival com necessidade de corte de ladrões



Área de olival abandonado em recuperação, antes e depois.

Um dos pontos-chave e sem o qual não era possível rentabilizar a Quinta era o sistema de colheita de azeitona que foi resolvido em 2022.

Apesar de 2022 não poder servir de exemplo porque não havia azeitona.

A aquisição de um trator e novo vibrador para colheita de azeitona com apara frutos foi a chave que abre a porta do sucesso da quinta, através da economia de mão-de-obra, valorização da totalidade do fruto e execução de trabalhos no momento certo.

O futuro será focado em adubações, melhoria do sistema de rega, poda e corte de ramos ladrões.

VINHA

Dos atuais 32 hectares, apenas 25 hectares são detentores de produção de mosto generoso, os quais valem a pena explorar devido ao retorno proporcionado.

No que diz respeito aos restantes 7 hectares, são de uva de mesa (2 hectares) e vinho de consumo (5 hectares), apesar de darem para a despesa o retorno proporcionado não é tão aliciante.

A cultura da vinha apesar de não ser das áreas mais significativas é aquela que apresenta maior retorno, maiores custos e maior necessidade de mão-de-obra.

Em 2023 como projetado tentou-se apresentar um vitis para a reconversão de 5 hectares de vinha e percebemos que a maioria da vinha estava com problemas burocráticos e uma área de 1,18 hectares está ilegal e tem de ser arrancada para se poder efetuar a reconversão da restante.

O envelhecimento das vinhas traduz-se em perda de produção, é necessário reconverter as vinhas com apoios Vitis.

Pretende-se a realizar correções nutricionais de acordo com as análises ao solo realizadas em 2023.

A poda e despampa absorvem toda a mão-de-obra desde dezembro até julho, com a aposta tecnológica (trator e equipamento de colheita de azeitona) está a ser possível libertação de mão-de-obra que realiza a poda sem contratação externa.



Ramada junto ao hotel



Falha de plantas na vinha e primeira área a reconverter

Na despampa da vinha em tempo útil é impreterível a contratação de mão-de-obra para preparar a vinha para melhor desempenho das mesmas. A despampa realizada nas fases iniciais economiza tempo e dinheiro uma vez se desenvolve muito trabalho, em contrapartida com plantas já desenvolvidas demora até 5 vezes mais tempo, promove desgaste, dificuldade de se vestir novamente e risco de escaldão.



Área de vinha com lavoura a necessitar de desladrimento.



Despampa em valados alternados de forma a poder realizar tratamentos fitossanitários. Forma adotada de forma a evitar contratação externa em períodos mais críticos.

AMENDOAL | ÁREA ATUAL: 5,10 HA

O amendoal é a cultura do Douro que menos mão-de-obra requer e que atualmente melhor retorno proporciona. O Amendoal é das culturas que apresenta baixo custo de manutenção o que por sua vez acaba por se tornar uma cultura rentável, e ao fim do 3º ano pode começar a produzir.

Para se perceber melhor a cultura do amendoal:

- não necessita de podas todos os anos ou se necessárias são rápidas;
- necessita de lavoura;
- o período de colheita é antes da vinha;
- pode ter ou não rega;
- colheita;
- valor do fruto baixou drasticamente.

O amendoal existente na quinta apresenta uma área reduzida e o escoamento da amêndoa produzida apenas era em grão dentro da Santa Casa da Misericórdia do Porto e Organização de produtores para obter maior valorização nos projetos.

É de salientar que a encosta dos sobreiros com 65 hectares é um pleno amendoal bravo espontâneo, o que significa que o terreno é favorável à cultura.

Até ao momento por mais plantações de amendoal ou outro tipo de cultura que se realizasse não era solução para o atual problema uma vez que iria agravar e sobrepor trabalhos. Uma vez resolvida a parte tecnológica de colheita do olival a mão de obra libertada pode realizar outros trabalhos.

Em 2024 pretende-se plantar 5000 amendoeiras os viveiros da Quinta d' Alva pois estava programado para 2023 mas as chuvas de inverno não permitiram.



Amêndoa quase pronta para a colheita

CITRINOS | ÁREA ATUAL: 8HA

Os citrinos apesar do valor comercial ser bastante reduzido, apresenta baixos custos de manutenção e bons subsídios agrícolas anuais.

É de salientar que existiam cloroses (azoto, ferro e magnésio), plantas decrépitas e ausência de podas, o que levou a progressivas reduções de produção.

O facto do abandono progressivo do pomar levou a um estado muito caótico e que juntamente com a desregulação nutricional foi difícil de inverter a situação, mas com os esforços que temos feito são neste momento evidentes melhorias nomeadamente na coloração e renovação.

As podas realizadas promoveram um renascer e uma nova vida, para 2024 espera-se resolver os problemas nutricionais e plantar 200 falhas de citrinos com variedades Anco-re, Daumau, Dom João e Baia.



Área sem qualquer tipo de cultura entre 2 pomares de laranjeiras



Problemas nutricionais nos citrinos

SOBREIROS

A área de sobreiros é uma das mais significativas em termos de área, mas não se adaptou ao clima e exposição com exceção dos sobreiros expostos a norte.

A plantação foi efetuada em 1994 e após várias retanchas o insucesso perdurou e que levou a uma reposição 60.000,00 euros ao Ministério da Agricultura devido à fraca densidade, com exceção dos sobreiros expostos a Norte.



Área de sobreiros exposição sul- fraca e com baixa densidade



Área de sobreiros com 20 anos exposta a norte

A manutenção da área de sobreiro é difícil e demorada por se encontrar em patamares acarretando custos que nunca serão amortizados pelo lucro, o que se deve ao pequeno porte que apresentam com 30 anos

Em 2024 iremos retirar a cortiça virgem da área exposta a Norte. No que diz respeito à exposição Sul é um bom povoado onde se irão iniciar os trabalhos de retirar cortiça virgem e poda nos restantes.

Será solicitada autorização ao ICNF para abate de toda a área exposta a sul.

CHOUPOS

A área de choupos atualmente apresenta uma área de 1,61ha, sem grande significado, mas que pode proporcionar algum rendimento através da venda da madeira.



Choupos junto ao rio

Uma vez que os choupos se encontram em desenvolvimento os trabalhos realizados e a realizar são basicamente de manutenção dos caminhos envolventes de forma a minimizar os riscos de incêndio.

O corte será realizado em 2023 ou 2024 assim que seja permitido e que a empresa de corte tenha disponibilidade.

POMAR DE ABRUNHOS E PESSEGUEIROS

As plantas encontra-se em plena produção, mas apresenta algumas falhas, outras ainda não entraram em produção.

O único problema que se observa é existirem várias plantas da mesma variedade o que dificulta o seu escoamento, que coincide com as férias dos clientes.

Estamos a realizar plantações de pequena envergadura, mas com diferentes variedades de modo a tentar valorizar o fruto.



Figueira em plena produção

PLANTAÇÃO DE OUTRAS ÁRVORES DE FRUTO

A plantação de árvores de fruto pode ser uma boa solução em subsídios agrícolas e novos rendimentos através da plantação de novas frutas de diferentes variedades que produzem em diferentes épocas do ano.

Salvaguarda-se sempre que sem resolver os problemas atuais não se deve pensar em grandes plantações porque apenas estaremos a agudizar o problema.

Deve proceder-se à replantação das falhas das laranjeiras, amendoeiras e olival.

SISTEMA DE REGA

O sistema de rega apresenta várias debilidades nomeadamente na distribuição do caudal nos setores, diferenças de pressão dentro dos setores, incorporação de resíduos no sistema ausência de ligação entre os motores.

Tem vindo a ser criada uma planta do sistema de rega, mas ninguém sabe a dimensão e localização de algumas condutas.

Nos últimos anos foram corrigidas inúmeras anomalias e lacunas relacionadas com problemas de pressão e distribuição de água, mas ainda existem várias áreas a necessitar resolução.

A instalação do sistema de rega foi feita sem quaisquer conhecimentos técnicos, não tendo em conta caudais, pressões e cotas, visível pela diferença de tamanho das plantas que eram regadas das não regadas.

Devido ao caudal ser insuficiente tem que se deixar de regar o olival para regar a vinha, a resolução passa pela elaboração de um furo e melhoria das pressões dentro dos setores.

A distribuição de água dentro de cada sector é desigual, atendendo que a pressão é maior nos pontos de menor cota onde menos é precisa, o que se deve à ausência de redutores de pressão.

No que diz respeito à rega da vinha a abertura de sectores era comandado por electroválvulas, mas nenhuma funciona, logo as mudanças de sector têm que ser realizadas manualmente. Verifica-se deficiência de caudal em alguns setores.

A água das nascentes que apresenta um caudal de 50 m³ por dia ao longo do inverno não está totalmente aproveitada, existindo tanques e charca ao abandono a uma cota estratégica capazes de regar qualquer ponto da quinta por gravidade.

Uma vez que existem 3 motores no rio a bombear água para rega, estes deveriam estar interligados para evitar ausências de rega em momentos de avaria.

No ano 2022 quando se partiu uma tubagem demos conta que a entrada de água de um dos motores no sistema de rega da vinha, que deveria entrar em 63 mm estava a entrar por 25 mm, promovendo pressão antes da entrada e ausência de caudal no sistema.

À medida que vamos procedendo à resolução de problemas vamos deparando-nos com situações inesperadas que carecem de resolução.



Regulação de caudal à entrada no setor

Uma vez que a orografia do terreno é caracterizada por montanhas e vales, os cumes são as áreas que necessitam maior quantidade de água. A distribuição de água dentro do setor é realizada com tubo 16mm e gotejador canelado que se divide ao meio.

Quaisquer excessos de pressão desligam-se, nas cotas inferiores há desperdiçando água e os cumes ficam sem regar, controlável regulando a pressão dentro do setor que em 2022 está a ser alvo de resolução.

Uma vez que a água do rio acumula muito lixo nas tubagens na entrada de cada setor estarem instaladas torneiras de duas polegadas apenas é ser necessário abrir uma pequena ranhura que facilmente entope, causando dificuldade de acerto da pressão e caudal, levando a redução de caudal, filas do topo sem rega.

Em ambas as duas situações anteriores levam a desperdícios de água, consumo de energia elétrica (maior tempo de rega para compensar as que não teriam regado).

Os custos de bombagem de água são elevados, mas existem nascentes naturais na encosta a cota superior à das culturas instaladas e haver vários tanques sem qualquer serventia poderia armazenar-se água para o momento em que é necessário.

Existem 4 tanques e 1 charca que podem servir para armazenar água bem como implementar a condução da água dos telhados da chuva para dois dos tanques.

Deve efetuar-se a manutenção da envolvente de saídas de água, casas de rega, cabos elétricos e livres de vegetação.

Em 2023 era para ser executado um furo à cota mais alta da vinha no sentido de reduzir os custos de bombagem do rio, mas em virtude do Inverno chuvoso e as reservar estarão um pouco acima do normal poderemos fazer o furo a uma profundidade que em anos mais secos o furo seque.

Pretende-se a recuperação de todos os tanques da Quinta d'Alva.

COLABORADOR

Nos últimos anos reduziram-se 3 colaboradores e apenas foi contratada 1 colaboradora, foi dada preferência a contratação de serviço externo para os momentos de maior pico de trabalho. Deste modo foi reduzida em 25 % o número de colaboradores e dos quais apenas pretendemos gastar 12,5 % em contratação de serviço externo.

Existe necessidade de criação de espírito de equipa e responsabilização.

Pretende-se fazer a poda com recurso aos colaboradores da Quinta por economia de mão-de-obra das apostas tecnológicas, mas a despampa em virtude de ser muita área e ser um trabalho que deve ser realizado num curto espaço de tempo tem de se recorrer a mão-de-obra externa.

MÁQUINAS E ALFAIAS

Na vertente das máquinas Agrícolas os dois tratores adquiridos mais recentemente têm vindo a demonstrar que com máquinas operacionais se desenvolve mais trabalho sem paragens.

Em 2024 é necessário encristar 2 tratores de rastros para evitar substituir as telhas na totalidade, o que fica a meta-de do preço.

A capacitação tecnológica veio mudar todo o paradigma da Quinta d'Alva, acreditamos que 2023 será o ano de toda a mudança e início de melhoria das receitas.

De forma a dar continuidade à aposta tecnológica e redução de custos de mão-de-obra, torna-se necessário a aquisição de 6 tesouras de poda elétricas de modo a poupar tempo na elaboração da poda da vinha e corte de ramos das oliveiras.

APOIOS AGRÍCOLAS

No âmbito dos apoios agrícolas é necessário acompanhar as tendências e a frisar que em 2023 iniciou um novo quadro comunitário sobre o qual ainda não existe informação disponível e que deve ser estudado em profundidade de modo a valorizar ao máximo a Quinta d'Alva

A agricultura Biológica apesar de não poderem ser aplicados determinados fitofármacos, adubos e regras de elaboração dos trabalhos, é muito vantajoso em termos de apoios agrícolas e referencia para o mercado, perdendo o seu valor quando aplicado à cultura da vinha.

Relativamente ao tipo de culturas exploradas na Quinta d'Alva são as corretas, pois as grandes culturas do Douro são a vinha, amendoal, olival, laranjal e algumas frutas, com exceção do sobreiro.

A Quinta d'Alva apenas necessitava de uma área mais extensa de amendoal de sequeiro, olival (sequeiro) e fruteiras (sequeiro e regadio), obtendo um retorno muito superior quer via dos apoios agrícolas, quer pela venda do fruto dentro da SCMP.

A nova plantação além do rendimento proporcionado pela produção de fruto permite uma receita de apoios agrícolas.

Em 2023 e 2024 acreditamos que os apoios agrícolas possam reduzir por alteração do quadro comunitário.

TRANSFORMAÇÃO DO FRUTO

O azeite e azeitona produzidos são embalados e devem cumprir a legislação, sendo declarados nas guias de transporte emitidas podendo resolver-se pela criação de uma marca que será criada ainda em 2023 e sala de embalagem a criar em 2024.

A certificação do lagar em modo de produção biológico é de total interesse criando valias para venda do azeite biológico, criando novos mercados e valor acrescentado.

Este processo pode ser a base para colocação do azeite produzido no mercado e ir buscar valor acrescentado, e por outro lado poderá ser o ponto de partida para a independência em relação a intermediários da azeitona.

A transformação vai permitir a existência de produtos para venda na loja online, bem como a criação de um pequeno espaço para venda de produtos no hotel.

No que concerne às culturas já existentes é necessário explorar a vertente da transformação, criando valor acrescentado. Um dos casos concretos é curtir a azeitona, que atualmente são curtidos 1500 a 2000 kg, que apresentam a mesma rentabilidade que 8000 kg vendida ao armazeneiro.

No que concerne às frutas existe alguma quantidade que acaba por se estragar uma vez que existe um desfasamento do momento de produção com as vindas da carrinha à Quinta pelas quantidades reduzidas e não justificar a vinda da carrinha.

A elaboração de compotas é uma forma de dar valorização ao fruto que não pode ir para a SCMP devido às pequenas quantidades e ausência de transporte em alguns períodos.

TURISMO E LAZER

No que diz respeito ao turismo e lazer existe um leque variado, desde o pedestrianismo, observação de paisagem, religioso, observação de aves e pesca.

Atendendo que a Quinta d'Alva tem boas condições para quem pretende relaxar em contacto com a natureza exemplifica-se um conjunto de fotografias colhidas em propriedade da Quinta d'Alva.



Verifica-se ausência de clientes, conexão do hotel com o espaço envolvente e ausência de produtos disponíveis ao cliente.

A opinião dos clientes que frequentaram o hotel até ao momento é sempre a mesma, pensavam que estava fechado, não sabiam da existência.

O processo de reserva além de burocrático, não dispõe de uma carta de ementas ou vinhos, sendo necessários inúmeros telefonemas ao cliente até chegar a um consenso.

Apesar de não estar aberto ao público em geral e sabendo que a SCMP tem 1300 funcionários além de irmãos, bastava que 10% frequentassem o hotel.

Os pacotes turísticos podem ser a chave para atração de clientes.

PLANO DE AÇÃO HOTEL

A estratégia segue a seguinte ordem:

- Melhoria do sistema elétrico e ar condicionado
- Simplificação do processo de reserva e escolha da ementa;
- Criação de dinâmica e criação de pacotes de fim-de-semana;
- Criação de ementa;
- Reservar um pequeno espaço no salão para venda de produtos da quinta.

Propostas / Estudo de rentabilidade do hotel

- Criação de uma ementa a disponibilizar na loja on-line (Arroz de Pato, Carne no tacho com batata no forno e arroz, Javali estufado com batata cozida/frita/aloiada, Bacalhau à Casa, cozido à Portuguesa, Feijoada à transmontana e Vitela estufada com batata frita/cozida/aloiada e arroz).
- Aumento dos preços da dormida e refeições;
- Reservar um pequeno espaço do salão para mostra e venda dos produtos da Quinta aos clientes do hotel a ser pago juntamente com a estadia;
- Pacote de 24:00 Horas na Quinta d'Alva que inclui 1 dormida, 1 pequeno-almoço e 2 refeições; (single 65:00 euros e duplo 115,00 euros) desconto de 10 % para irmãos;
- Aquisição de um frigorífico;
- Aquisição de 7 ar Condicionado; 7000,00 euros.

Plano de ação Agricultura

1. Capacitação tecnológica que irá permitir redução de tempo pela eficiência e eficácia;
2. A mão-de-obra libertada permitirá realizar os trabalhos que anteriormente não eram realizados, preparando as plantas para produções dentro da média das outras explorações;
3. Contratação de mão-de-obra para a poda (em último recurso) e despampa da vinha, a fim de realizar outros trabalhos necessários dentro do período correto;
4. Melhoria nos sistemas de rega para melhorar saúde das plantas e qualidade e quantidade do fruto;
5. Armazenamento de água para poupança de energia que irá ser empregue na rega das novas plantações. Medida mitigadora de alterações climáticas.
6. Libertação do tempo do responsável para realização e acompanhamento de outros trabalhos;
7. Reconversão das vinhas e plantação das áreas entre culturas; e
8. Plantação das áreas mais afastadas e resolução da ausência de produtividade dos sobreiros. Poda dos sobreiros e retirar cortiça virgem.

Propostas / Estudo de rentabilidade Agricultura

- Explorar novas formas de elaboração dos trabalhos da quinta que coincidam com a mão-de-obra existente;
- Melhoria da produtividade de todas as culturas;
- Criação de planos de prevenção de riscos;
- Apostar na poda e corte de ramos ladrões do olival;
- Nutrição das plantas;
- Valorização e retorno de equipamentos dentro da vida útil;
- Capacitação tecnológica que irá permitir funcionalidade, operacionalidade, eficácia e eficiência, reduzindo tempo de execução de tarefas para trabalhar as novas plantações sem acréscimos de custos em relação aos custos atuais.
- A economia global não será refletida nos custos, uma vez que serão aplicados nas novas áreas a plantar da presente proposta.
- As novas plantações permitirão diluição de custos do investimento a realizar e realizado no passado, aumentar a receita via subsídios e venda do fruto.
- Melhor aproveitamento da água;
- Redução dos custos com eletricidade na bombagem de água de rega;
- Resolução dos problemas com diferenças de pressão dentro dos setores do olival;

- Resolução com problemas de acerto de caudal e passagem de lixo nas torneiras de entrada dos setores do olival e valorização e retorno do investimento na vida útil;
- Legalização da venda do azeite e azeitona de mesa.

Propostas:

- Apresentação de uma candidatura à medida 3.2.1- Investimentos na Exploração Agrícola – com o objetivo de promover capacitação e competitividade
- Criar plano de fertilização anual de 5000,00 euros ano. (3840,00 euros de 10-10-10 e 980,00 euros de aminoácidos);
- Aquisição de fitofármacos 5000,00 euros;
- Criar plano de rega até final de 2022 economizando 10% de energia por ano;
- Resolução dos problemas de pressão e distribuição de água;
- Manutenção e revisão de máquinas de 1000,00 euros;
- Aquisição de 6 tesouras elétricas. Total 3000,00 euros.
- Elaboração de um furo à cota superior da vinha (incluindo compra de bomba, eletrificação e tubagem), 10000,00 euros.
- Encristar os tratores Landini Trekker 75F e Landini Trekker 105M. Custo 3500,00 euros;
- Armazenar água nos momentos de chuva. Custo 50,00 euros;
- Plantação de amendoal e criação de novos viveiros de amendoeiras e oliveiras;
- Plantação de 200 laranjeiras 1500,00 euros;
- Aquisição de 100 postes para a vinha 500,00 euros;
- Criação de uma marca, certificação do lagar para produção biológica e criação de sala de embalamento; (Enchedor de azeite de 1 bico (800,00 euros), 3 bancadas em inox (600,00 euros), converter o lagar a biológico (500,00euros anuais));
- Apresentação de candidatura à reconversão de 5 hectares de vinha 150.000,00 euros;
- Contratação externa para poda (pode não ser necessário) e despampa.
- Impermeabilização dos tanques;
- Estudo de mudança de painéis solares para junto do hotel.

Os resultados económicos serão graduais e refletidos nos anos seguintes

Monitorização de resultados e Processo de melhoria continua

Após implementação do plano de ação os resultados devem ser monitorizados, assegurando que vão de encontro com o resultado esperado, avaliar o desvio, implementando um plano de medidas corretivas assegurando a melhoria contínua.

A capacitação tecnológica veio mudar todo o paradigma da Quinta d'Alva quer pela capacidade de colheita em tempo útil da azeitona, quer pela redução do número de colaboradores necessários.

A contratação de mão-de-obra para poda da vinha e despampa permitirá a realização das tarefas em tempo útil e haver tempo para a execução de outras tarefas imprescindíveis não realizadas até ao momento.

Ao nível da cultura de citrino além dos trabalhos de manutenção está previsto um estudo de reformulação do sistema de rega, criação de um plano de adubações de modo a resolver as carências nutricionais, o que no curto prazo irá aumentar a quantidade e qualidade das produções. Os citrinos necessitam de um sistema de rega independente das outras culturas pela necessidade de água antes das outras culturas e substituição das falhas.

A cultura do amendoal deve ser valorizada replantando falhas e plantar novas áreas, pois não carece de grande mão-de-obra e aumenta a área produtiva. O escoamento está assegurado através da SCMP e organização de produtores. Espera-se a plantação de aproximadamente 5000 amendoeiras em 2024.

Para a cultura da ameixa, pêssego e figo a fruta não valorizada através do envio deve seguir para transformação em compota. Devem continuar-se a avaliar variedades com produções planeadas, rentabilizando ao máximo juntamente com produtos hortícolas através do envio para a sede da SCMP.

Relativamente à cultura dos sobreiros, as lavouras e limpezas de aceiros serão realizadas a fim de minimizar o impacto por incêndio e será iniciada a retirada de cortiça virgem e poda dos restantes.

Os choupos devem sofrer corte ainda em 2023 mas na impossibilidade deverá realizar-se em 2024.

Quanto ao improdutivo e áreas abandonadas é necessário ressalvar que a área está progressivamente a reduzir dando lugar a área cultivada.

Para a replantação de falhas de olival e amendoal a criação de viveiros economizará muito dinheiro e criará além de maior produção outra valorização à Quinta. A ausência de plantas em algumas áreas não impede que os custos de rega e lavoura são os mesmos, mas com rentabilidade inferior, o que difere são os custos de poda, limpeza dos bravos e colheita.

Relativamente ao sistema de rega é necessário um furo, impermeabilização de tanques/charca, para armazenamento de água no inverno.

As alterações climáticas que estamos a viver devem ser tidas em consideração e mitigadas, ao mesmo tempo reduzimos custos de eletricidade por bombagem de água do rio.

No contexto da racionalização e otimização esperamos armazenar água a cota onde os custos de bombagem são significativos para fazer face às necessidades de água das culturas de cota mais elevada.

As adubações e melhorias a introduzir no sistema de rega com dimensionamento dos sectores, pressões desadequadas, incorporação de resíduos no sistema e mau aproveitamento da água das nascentes, sobreposição de motores para bombeamento a cotas inferiores ao segundo motor são situações a resolver e que irão contribuir para a quantidade e qualidade das produções.

Espera-se que as medidas a implementar no sistema produtivo seja capaz de aumentar em 30 a 40 % as produções e receita anual de cada cultura em 3 anos.

A transformação do azeite e azeitona embalada sempre foram vendidos sem ter em consideração qualquer legislação, a transformação é a forma de conseguir o maior retorno económico e a legalização será uma mais-valia para a loja on-line, criação de novos mercados resultando num acréscimo de vendas.

Na vertente dos apoios agrícolas devemos acompanhar o seu ritmo, tirando o máximo proveito em função do contexto e enquadramento da exploração no novo quadro comunitário.

Temos conseguido nos últimos 8 anos a distinção em modo de produção biológico, mas a cultura da vinha deixou de ser vantajosa devido às fracas produções neste sistema e custos de manutenção.

A par da componente agrícola temos o hotel composto por 5 quartos, salão e uma envolvente única, é necessário alargar horizontes e perscrutar todo o potencial e recursos, nomeadamente: transformação de produtos, hotelaria e lazer.

Uma vez que o hotel se reveste de alguma beleza, localização díspar e espaço envolvente com características históricas, paisagísticas, ambientais, onde são servidos pratos típicos da região deve ser valorizado.

É necessário criar dinâmica, promovendo a divulgação interna através da página WEB da SCMP e loja online, podendo-se criar pacotes ou fins de semana temáticos.

Esperamos oferecer um serviço único, capaz de atrair e que haja regresso e a satisfação sentida pelos clientes seja transmitida aos colegas e amigos.

Uma vez que somos aproximadamente 1300 colaboradores queremos cativar no mínimo 10 % para clientes, permitindo a venda de produtos da quinta.

O objetivo geral desejado é obter menores custos de produção e conseguir ter capacidade tecnológica capaz de criar: Eficiência, Eficácia, Funcionalidade, Operacionalidade, Racionalização e Otimização

Estes são os pontos-chave que medem o sucesso ou a sua falta com a implementação do plano de ação.

Sabemos onde estamos e onde queremos chegar, urge a necessidade de planejar fixar metas e resultados, monitorizar para poder melhorar continuamente.



D. Ana Magdalena de
Alba, esposa de D. Juan de
Alba, en su casa de
Madrid, el 10 de Julio de
1702.

5.3.6. Culto e Cultura

5.3.6.1. Gabinete Religioso e Culto

Desde 1499, a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) cumpre as 14 Obras de Misericórdia; 7 Corporais e 7 Espirituais. Esta é uma matriz que esteve incessantemente presente neste percurso de 524 anos.

É missão principal do Gabinete Religioso e Culto (GRC) zelar pela perseverança institucional da SCMP no seu ideário espiritual e pela iniciação e formação de Utentes e Servidores no horizonte do humanismo cristão. Neste sentido, o GRC propõe uma reflexão sobre a possibilidade de incluir nos órgãos de decisão da SCMP de algum contributo de ética teológica que possa orientar as grandes decisões da instituição.

O GRC está envolvido e pretende continuar no processo de Humanização no sentido em que as necessidades emocionais, sociais e espirituais dos Utentes e Colaboradores devem estar na linha da frente das prioridades da Instituição.

O uso de técnicas de comunicação efetiva, a criação de um ambiente de cuidado seguro e confortável, fornecimento de cuidados clínicos eficazes, a oferta de suporte emocional e social aos doentes, colaboradores e famílias criam benefícios ímpares.

Para o ano de 2024, o GRC apresenta as seguintes linhas de ação:

1. Incluir ainda mais, nesta missão, os utentes e outros servidores da SCMP. Deste modo, devem ser multiplicados os espaços de oração e reflexão, mesmo quando os capelães não têm disponibilidade para comparecer, por constrangimentos conjunturais, nas unidades respetivas. Dar formação aos outros servidores da SCMP para poderem desenvolver um serviço que inclua também a componente espiritual e religiosa. Prestar o serviço espiritual também em favor dos cuidadores da SCMP e não apenas dos utentes. E, visando o futuro, capacitar os capelães no sentido de usarem os meios tecnológicos para a sua ação. Ao promover a vivência espiritual e religiosa, também para lá do culto, estamos a imbuir os espaços da Misericórdia com uma faceta que, mais do que fundacional, é expectável e aguardada.
2. No que concerne à redistribuição dos capelães, após a descontinuação das valências que está em curso, o GRC fará as propostas que foram convenientes para a recolocação das pessoas. Quanto à atual falta de Capelão no CIAD (Centro Integrado de Apoio à Deficiência) e no CAS (Centro de Alojamento Social), o Gabinete está a envidar esforços para colmatar estas ausências, a partir do mês de setembro de 2023.



3. É também imperioso cuidar do património promovendo o zelo, preservação, organização, utilização e divulgação dos espaços de Culto, dando relevância aos dois magníficos órgãos de tubos, na Igreja Privativa e na Igreja de Nossa Senhora da Esperança, mantendo o acompanhamento musical das Missas dominicais, que tanto agrado e enaltecimento propiciam.
4. Produzir conhecimento na área da espiritualidade cristã, do cuidado e da relação de ajuda. Impõe-se a necessidade de pensar a identidade cristã da SCMP, sem prejuízo de ter em conta as novas exigências a Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-religioso.
5. Estando a Igreja Privativa da instituição integrada no percurso museológico do Museu e Igreja da Misericórdia do Porto (MMIPO), temos de continuar a boa articulação com a área da Cultura, a qual tem sido muito frutífera, tanto para a instituição, como para o público em geral.
6. Continua a parceria com o Parque Avides Moreira (PAM), no sentido de dignificar os espaços de culto obviando os custos em termos de adornos florais, aproveitando os recursos internos.
7. Um trabalho de dignificação e reestruturação está a ser levado a cabo e continuará em 2024 no que diz respeito ao talhão Privativo da SCMP do Cemitério do Prado do Repouso.
8. Em 2018, o Observatório Internacional de Direitos Humanos (OIDH) escolheu a SCMP para acolher o “Centro Mundial de Solidariedade Humana”. O Dia Internacional da Solidariedade Humana (20 de dezembro), passou a ser assinalado universalmente, numa ação conjunta, entre o OIDH e a SCMP, por intermédio desta representação do OIDH. Sendo a responsável pelo GRC a secretária-geral do “Centro Mundial de Solidariedade Humana”, os laços entre estas duas entidades continuarão, em 2024, a ser fortes e concertados.
9. A responsável pelo GRC supervisiona e assegura as condições necessárias para a realização das reuniões da Comissão de Ética da SCMP, que se realizam, mensalmente, na Rua das Flores.
10. Para o ano de 2024, o Gabinete Religioso e Culto seguirá o mote definido pela Diocese do Porto, ***“Vamos com Alegria! Juntos por um caminho novo”***. Durante o corrente ano, a Igreja portuguesa está empenhada na realização, em Lisboa, da Jornada Mundial da Juventude. Por sua vez, a Diocese do Porto quer dar sequência ao dinamismo resultante da JMJ 2023 em Lisboa. O GRC vai estar atento aos aspetos em que poderá contribuir.



5.3.6.2. MMIPO | Museu e Igreja da Misericórdia do Porto – Conde de Samodães

No ano em que completará o seu 9.º aniversário, o MMIPO – Museu e Igreja da Misericórdia do Porto afirma-se como meio fulcral para a visibilidade e reconhecimento da instituição junto dos seus parceiros, utentes, colaboradores e da sociedade em geral.

Dar a conhecer a relevância da Misericórdia do Porto, o seu peso histórico e legado de humanismo é fundamental para a continuação da sua Missão e perenidade da identidade e da memória coletiva.

O Plano para 2024, visa, cada vez mais, conjugar os benefícios reputacionais e culturais que o museu traz para a Misericórdia do Porto, com a sustentabilidade financeira necessária.

a. Programação

Com um hercúleo esforço de contenção orçamental, sacrificando o menos possível a qualidade e elevação da programação, o MMIPO prevê conseguir as seguintes exposições temporárias na Galeria dos Benfeitores:

“Não Isto Não É Um Ovni. A Condição Pós-Moderna na obra de Manuel Casimiro” com inauguração a 14 de dezembro de 2023 e término a 25 de fevereiro de 2024.

“Galeria das Rainhas Portuguesas: Misericórdia do Porto 525 anos” com Curadoria da Matriz Portuguesa – Associação para o Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento. Com a inauguração por volta do aniversário da Instituição, com o objetivo de dar ênfase ao papel da Rainha D. Leonor, fundadora das Misericórdias.

Esta exposição estará patente até ao verão, com uma programação paralela de apresentação de prémios, concertos, recitais e conversas.

As Parcerias com marcas Portuguesas e Portuenses com o objetivo de aliar a Cultura com a missão de empresas com preocupações educativas reveste-se de suma importância e revela-se benéfica para ambas as partes. Assim, existem profícuas parcerias, que esperamos continuar em 2024, com:

- Robbialac, tintas e métodos de restauro, possível formação aberta ao público;
- Castelbel, fragrâncias da cidade.

Assim como alargar a mais parceiros.

Programação de Natal entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025:

- Oficinas Educativas;
- Horas do Conto, utilizando a mascote do museu – o Tri-pinhas;
- Concertos Festivo.

b. Gestão de Coleções e Misarte

O serviço Gestão de Coleções faz o tratamento do acervo dos bens móveis da SCMP, com preocupação pelo bem-estar físico e pela segurança a longo prazo. Inclui conservação, acesso e utilização, inventário e registo, movimentação e exposição, assim como a gestão da composição geral do acervo em relação à missão e objetivos do MMIPO. Organizado por coleções tipológicas e temáticas, o acervo encontra-se maioritariamente reunido no museu e nas suas Reservas, mas também nos diversos edifícios da SCMP, e em instituições externas como o Centro Hospitalar Universitário do Porto e o Museu Nacional da Imprensa, nestes últimos, ao abrigo de contratos de depósito de longa duração.

Paralelamente, colabora em várias fases dos projetos de exposições temporárias que se realizam na Galeria dos Benfeitores do MMIPO, quer nas iniciativas internas, quer nas parcerias externas.

No ano de 2024, o serviço de Gestão de Coleções vai dedicar-se ao projeto de digitalização da Coleção de Retratos da SCMP, cuja candidatura ao Programa Promuseus, foi validada pela Direção Geral do Património Cultural. Este projeto visa a criação duma base de dados digital da coleção, com acesso público.

Misarte | Conservação e Restauro 2023

O espaço Misarte tem como função primordial o restauro do acervo da SCMP, que décadas de inoperância remeteram para um estado de vulnerabilidade. São ainda largas dezenas de telas pintadas a óleo que aguardam a intervenção que as coloque em Bom Estado de Conservação. A realização de exposições temporárias no MMIPO e os pedidos de observação das peças têm ditado as prioridades da larga lista.

A disponibilidade para os clientes externos promove o Misarte, o MMIPO e a SCMP, mas os trabalhos têm de ser coordenados com as necessidades internas.

A aposta em formação não académica tem-se revelado profícua, pois permite acompanhar a investigação e os avanços científicos realizados na área do restauro.

A política social dum museu passa pela promoção do conhecimento e desenvolvimento da comunidade. O Misarte pretende continuar a promover a salvaguarda do património privado através de ações de formação em Conservação Preventiva, convidando especialistas de diversas áreas, e simultaneamente fazer receita.

c. Estudos e Investigação

O SEI – Serviço de Estudos e Investigação do MMIPO tem como principal propósito aprofundar o conhecimento sobre o rico e multifacetado acervo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, conferindo mais conteúdos e novas perspetivas de entendimento das coleções, do património arquitetónico e integrado da instituição.

A investigação levada a cabo tem permitido, também, uma maior contextualização do acervo com a história local e nacional.

Através de ações colaborativas com entidades externas (Universidades, Centros de Investigação e Museus congéneres) tem sido possível o desenvolvimento de projetos específicos, concretizados em exposições temporárias, por vezes com a curadoria do Serviço, na participação em colóquios e conferências, na produção de conteúdos digitais, na edição de livros, de brochuras e outras publicações, e na realização de visitas e percursos temáticos dirigidas não só ao público em geral, mas também a públicos específicos.

Não obstante, importa salientar ações como a orientação de investigações académicas, o apoio técnico aos vários serviços do Museu, do Arquivo Histórico e do Gabinete Religioso e Culto, e a representação no projeto – Rota Porto Liberal.

Deste modo, e dando continuidade a algumas atividades encetadas no ano transato, o SEI prevê para 2024:

- a elaboração de um guião para uma exposição temporária com o título provisório de “500 Anos de Arquitetura na Cidade. O património arquitetónico da Misericórdia do Porto”, a realizar por ocasião dos 525 anos da fundação da SCMP. Trata-se de um mostra de maquetes, projetos, fotografias, desenhos, cartografias, pinturas, etc. sobre as arquiteturas religiosas, palacianas, residenciais, fune-

rárias, hospitalares e educativas, cuja construção foi promovida pela instituição ou rececionada por esta através de doação.

- a investigação sobre peças do acervo da Misericórdia para as exposições e destaques expositivos calendarizados em 2024, e no âmbito da renovação de conteúdos da exposição permanente;
- a redação de conteúdos para as redes sociais do Museu e da Misericórdia, enquadrados em efemérides e em datas festivas, nos projetos em curso e na apresentação de novas peças.
- o acompanhamento e apoio científico a projetos e estágios académicos;
- o estudo histórico e artístico da coleção de retratos da Misericórdia do Porto, enquadrado na candidatura à Pro-Museus 2023 – Área 2 – Inventário, documentação de digitalização de coleções: “Catálogo Digital dos Retratos do MMIPO”.

d. Serviço de Públicos

Para o ano de 2024, o Serviço de Públicos compromete-se em manter as já consolidadas atividades junto dos diferentes públicos, nomeadamente:

• Visitas e percursos orientados:

1. À Descoberta do MMIPO;
2. O Misterioso Fons Vitae;
3. Leve o MMIPO para a sala de aula.

• Peddy-Paper:

1. “À Descoberta do MMIPO”;
2. “Descobrir os animais nas obras do MMIPO”;
3. “A Misericórdia e o Liberalismo”;
4. Descobrir a Quinta da Prelada.

- Espetáculos Teatrais: Sermão de Santo António aos Peixes, de António Vieira

• Comemoração de datas e efemérides:

- Dia Nacional dos Centros Históricos (março);
- Dia Nacional dos Monumentos e Sítios (18 abril)
- Dia Internacional dos Museus (18 de maio);
- Dia Mundial da Criança (1 junho);
- Aniversário do MMIPO (15 de julho);
- Jornadas Europeias do Património (setembro).

- Reuniões com instituições de ensino, nomeadamente, escolas, universidades, universidades seniores;
- Reforçar parcerias junto de entidades culturais e turísticas/guias intérpretes;
- Atividades Educativas Férias Escolares (Páscoa, Natal, Férias de Verão);
- Realização 2.º Encontro de Serviços Educativos no MMIPO;
- Conversas no MMIPO;
- Visitas d'Autor.

e. Publicações

Durante o ano de 2024, continuarão os esforços de escoamento de stock e preparados novos projetos nesta área. Um reforço de ofertas como incentivo de participação em atividades pagas da área da Cultura, tanto no MMIPO e Misarte, como na Casa da Prelada e outros estabelecimentos da instituição, sendo importante ainda maior aposta no sentido de fornecer mais bibliotecas e arquivos municipais, escolares e paroquiais com livros que enalteçam o percurso e importância da Misericórdia.

Continuará a ser dado apoio e acompanhamento técnico em novas publicações da instituição, que na definição temática, na articulação com autores, nos processos concursais e na interação com as Gráficas.

f. Gestão Operacional

A gestão operacional e comercial trabalha em estreita colaboração com as várias áreas do museu no sentido de concretizar e assegurar o cabal funcionamento logístico das demandas, mormente a elaboração das escalas dos colaboradores de *front office*, o controlo de entrada em stock e vendas de produtos na loja, tanto próprios como à consignação, controlo do cumprimento da limpeza no espaço do MMIPO e no edifício D. António Francisco dos Santos, dos consumos de água e eletricidade, internet, limpeza (MMIPO, Edifício 12, ViniPortugal e Rooftop), elaboração e assentamento de algumas ofertas, controlo do fundo de manuseio, articulação direta com entidades externas de controlo de stocks, comunicação aos serviços competentes de qualquer tipo de anomalia nos dois edifícios, ViniPortugal e Rooftop. Também é prestado acompanhamento a estagiários.



5.3.6.3. Casa da Prelada | D. Francisco de Noronha e Menezes

A Casa da Prelada é um espaço cultural e de representação institucional que acolhe o Arquivo Histórico da Misericórdia do Porto, integra uma biblioteca especializada de acesso livre, salas de leitura e consulta da documentação, um ponto de venda de publicações da Misericórdia, e algumas áreas (interiores e exteriores), que estão preparadas para a realização de iniciativas de natureza lúdico/cultural e formativa. Desde 2019 a Casa da Prelada gere o Arquivo Intermédio então constituído, situado na Rua da Alegria e tem assegurado a coordenação técnica do arquivo do Centro Hospitalar Conde Ferreira e do Hospital da Prelada.

O acervo documental da Santa Casa da Misericórdia do Porto é constituído por toda a documentação reunida pela Misericórdia desde a sua fundação em 1499, no exercício direto da sua atividade, independentemente do suporte, do formato ou da data, e por documentação proveniente de instituições extintas que também lhe pertenceram. A documentação é conservada para servir de testemunho, prova ou informação, contribuindo de forma decisiva, para a preservação da memória da Instituição.

Compete ao Arquivo Histórico a gestão da documentação com valor permanente, tendo presentes princípios de eficácia, economia e racionalidade. No Arquivo Histórico são garantidas as condições de guarda, preservação e valorização da documentação reunida, compatibilizadas com a acessibilidade do público aos documentos e com a divulgação do acervo nomeadamente através da publicação de inventários e outros instrumentos de pesquisa, de trabalhos científicos e da realização de exposições. Nas salas de leitura, o acesso à informação é garantido, por prévia marcação, através da consulta direta da documentação ou, sempre que possível, pela sua digitalização.

O Arquivo Intermédio é a infraestrutura arquivística destinada a gerir a documentação em fase semi-ativa, devendo apoiar também os arquivos correntes existentes nos diversos Departamentos e Unidades Operacionais e que contêm a documentação em fase ativa. A correta gestão do Arquivo Intermédio, permite entre outras a redução do espaço destinado a arquivo, quer através de ações de eliminação programada, quer pelo recurso a acondicionamento em caixas *acid free*, garantindo a normalização de procedimentos na produção documental em estreita articulação com os diferentes setores produtores, com es-

pecial relevância para os chamados Grandes Produtores - DCF, DRHFP e DGAP.

No ano de 2024 prosseguiremos com a realização de ações de carácter permanente, tendo em vista o reforço da qualidade dos serviços prestados, norteado pelo cumprimento das seguintes linhas orientadoras:

- Tratamento técnico dos acervos documentais dos Arquivos Intermédio e Histórico, incluindo o Arquivo de Fotografia e Imagem;
- Atualização permanente dos Inventários, Planos de Classificação e Folhas de Registo de dados e sua gestão em suporte digital;
- Realização de ações de sensibilização e de formação direccionadas aos diversos departamentos da SCMP;
- Manutenção das rotinas anuais de eliminações programadas;
- Disponibilização dos acervos documentais dos arquivos Intermédio e Histórico, para consulta presencial mediante marcação prévia;
- Expansão e aprofundamento da descrição arquivística da documentação histórica custodiada na Casa da Prelada e sua disponibilização na plataforma AtoM;
- Atualização e carregamento progressivo de imagens na plataforma AtoM;
- Conservação e restauro de documentos gráficos, recorrendo a empresas da especialidade;
- Digitalização de fundos documentais através de parcerias com entidades de reconhecida competência técnica.

A Casa da Prelada para além de ser sede das funções arquivísticas já referidas, é igualmente um lugar aberto à cidade e aos cidadãos. Tem por isso uma constante atenção aos patrimónios construído e ambiental de forma a proporcionar condições de acolhimento adequadas à realização de atividades formativas, culturais e lúdicas. Teremos nestes domínios as seguintes orientações:

- Manutenção da Casa da Prelada como equipamento cultural aberto ao público nas suas valências de arquivo, biblioteca, espaço de realização de eventos, jardim e edifício classificados como de interesse patrimonial;
- Cedência de espaços por aluguer, desde que compatível com os patrimónios em presença e de acordo com a tabela em vigor;
- Continuidade das ações de manutenção e valorização dos jardins, visando a salvaguarda do património ambiental classificado como "Jardim Histórico";
- Monitorização do funcionamento de instalações e equipamentos que garantam a segurança e as condições de preservação dos patrimónios aqui reunidos.



Serão igualmente desenvolvidas as ações necessárias à concretização em 2024 de dois Projetos Especiais ou seja: projetos no âmbito do património documental, cuja conceção e implementação é balizada no tempo (2 a 3 anos), dando resposta a orientações da Mesa Administrativa que deste modo procura responder a “novos desafios” ou a situações que ainda não tenham sido integradas no “normal” funcionamento dos serviços. Será o caso da conclusão da catalogação de publicações técnicas existentes no Hospital da Prelada, com o objetivo da constituição de uma biblioteca/centro de recursos nesta unidade de saúde e ainda da realização do Colóquio de História das Misericórdias por historiadores especialistas, aberto ao público que pretenda assistir, para assinalar os 525 anos da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Este evento esteve inicialmente previsto para ter lugar no ano de 2023, mas foi reagendado para o próximo ano.

Numa perspetiva mais estratégica e de alteração da atual arquitetura funcional no domínio dos arquivos, o ano que se inicia poderá permitir, atingir um novo patamar de maturidade e uma renovada forma de continuar a garantir a sua missão.

Como sabemos “A Instalação de um arquivo institucional centralizado e organizado tem inúmeras vantagens. Por um lado, alivia os vários espaços administrativos, onde devem ser conservados apenas os documentos do arquivo corrente, necessários às atividades diárias das instituições; por outro lado, apresenta a documentação centralizada num único espaço. O facto de todos os documentos estarem descritos em bases de dados faz com que rapidamente se localize qualquer informação, independentemente da instituição que a produziu. A forma simples como a informação se encontra organizada permite que o acesso e a consulta sejam fáceis.” Foram estes alguns dos motivos subjacentes à constituição do Arquivo Intermédio temporariamente instalado na Rua da Alegria desde 2019. No entanto a Administração tinha à época total consciência de que esta situação deveria evoluir o que se veio a verificar com a decisão em dezembro de 2022 de externalização do Arquivo Intermédio. Esta decisão foi tomada na sequência de um estudo realizado internamente pelo DGSI, com a participação empenhada da Casa da Prelada. Neste foram avaliadas em alternativa diversas possibilidades, quer tendo como referencial os recursos internos (espaço e recursos humanos) da SCMP, quer o eventual recurso a aquisição de serviços a empresas da especialidade instaladas na Área Metropolitana do Porto. A decisão recaiu na segun-

da opção pelo que se prevê que ao longo do ano 2024 se operacionalize a transferência da documentação em arquivo intermédio para uma entidade especializada selecionada por concurso. Esta alteração no modo como se garantirá a guarda e disponibilização da documentação dos últimos 50 anos, só agora é possível concretizar já que tem por base todo o tratamento organizativo que foi desenvolvido ao longo dos últimos sete anos. Prevê-se a aquisição de serviços de custódia da documentação, bem como das anuais ações de incorporação e eliminação. Tal como vinha acontecendo, os serviços produtores de documentação manterão as (recentes) rotinas de classificação e entrega da documentação, naturalmente acompanhadas e mediadas pela Casa da Prelada, mas agora dialogando com uma empresa externa e garantindo o correspondente custo das ações realizadas. Será uma alteração substancial e um salto qualitativo ao nível dos diversos departamentos produtores. Por isso tem havido uma especial atenção na identificação e na formação (formal e informal) em cada Departamento de interlocutores capacitados, a qual prosseguirá.

Por último duas referências ainda respeitantes aos arquivos existentes nos estabelecimentos de saúde da SCMP.

No que respeita ao Hospital da Prelada, trata-se de uma unidade de saúde com cerca de 30 anos, onde a documentação produzida é por isso relativamente recente, não existindo documentação classificada como histórica. A documentação existente abrange duas realidades muito distintas, uma relativa aos Processos Clínicos e a outra relativa a toda a restante documentação. A primeira está instalada em muito boas condições técnicas no piso -1 do HP e na sua total dependência técnica e administrativa. É documentação que nunca foi avaliada ou analisada pelo setor cultural da Santa Casa. A restante documentação, está instalada desde 2019 no 9º piso, na sequência do tratamento de massas documentais acumuladas então realizado. Mais recentemente, e já no decorrer do ano 2023, foi assegurada pela Casa da Prelada nova campanha de tratamento técnico na sequência do acumular, sem critério perceptível, de “papeis” que ao hospital importava retirar de gabinetes e arrecadações. Por este motivo e porque importa tomar decisões que dificultem a repetição de situações semelhantes, a Casa da Prelada pretende em 2024 participar na definição de um modelo de funcionamento do arquivo não clínico do Hospital da Prelada, que garanta por um lado os meios necessários ao seu funcionamento, e por outro a sua dependência técnica do setor cultural.

Relativamente ao Centro Hospitalar Conde Ferreira, a situação é muito diferente. Estamos perante uma unidade hospitalar cuja documentação se manteve in situ desde a fundação, e que abarca no campo da psiquiatria, os processos clínicos desde 1883, os relatórios médico-legais desde o século XIX e ainda relatórios produzidos por alunos do curso de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto que ali fizeram as suas provas, baseados em consultas efetuadas. Chegaram igualmente aos nossos dias “boletins diários de movimentos dos doentes” o que permite avaliar o crescimento do movimento do hospital ao longo dos anos. No que diz respeito à Administração, atas e correspondência de todas as décadas de existência do hospital. Enfim, um vastíssimo acervo histórico que acreditamos irá despertar grande curiosidade por parte da comunidade científica quer sejam profissionais de saúde ou historiadores. É necessário aproximar e uniformizar os procedimentos deste arquivo histórico (que inclui dados sensíveis) dos já existentes no arquivo da Casa da Prelada, enquadrado no domínio de ação do setor cultural da Santa Casa.

Complementarmente existe documentação mais recente nomeadamente a produzida após 2002 ano em que terminou um período de gestão do Estado iniciado na pós-revolução de 1974. Essa documentação estende-se até à atualidade e enquadra-se na tipologia de arquivo intermédio em tudo semelhante ao arquivo do HP. Daí ser necessário assegurar uma abordagem transversal ao setor “saúde” garantida pela uniformização de critérios e pela adoção de medidas práticas de apoio à manutenção do arquivo, uma vez que a instituição continua a produzir informação. Por esta ordem de preocupações a Casa da Prelada prevê a participação na definição de um modelo de funcionamento dos arquivos do CHCF, de forma a garantir os meios necessários ao seu funcionamento e assegurando a sua dependência técnica na esfera de competência do setor cultural. Esta preocupação é extensível à biblioteca, como forma de possibilitar o acesso ao seu acervo, sem colocar em risco o profundo trabalho intelectual e físico concluído em 2022, nomeadamente a catalogação de espécies, a elaboração do inventário em suporte digital e a sua ligação em rede à biblioteca da Casa da Prelada.





5.3.7. Ambiente

5.3.7.1. Parque da Prelada

Consolidada que está a parceria com a Associação de Futebol do Porto para ali se criar uma estrutura desportiva que permita não só a reabilitação do parque como a obtenção de receitas que permitam sustentar o desenvolvimento da Casa da prelada.

Ao mesmo tempo o projeto prevê ainda a instalação de um parque de autocaravanas e de um projeto de outro equipamento desportivo de menor dimensão. Encontra-se em revisão o protocolo com o Sport Club do Porto.

5.3.7.2. Parque José Avides Moreira

Continuará a sua integração no complexo do Conde Ferreira permitindo o equilíbrio daqueles ecossistemas na sua interação com os utentes.





5.3.8. Justiça e Reinserção Social

5.3.8.1. Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

O Sector Laboral tem como missão proporcionar à população reclusa uma experiência de trabalho idêntica a um emprego no meio exterior para dotar as reclusas com competências e hábitos de trabalho. Pretende-se, também, minimizar o empobrecimento provocado pelo cumprimento da pena de prisão ao possibilitar às reclusas alguma independência económica fase ao exterior. A fim de dar o seu contributo para o tratamento penitenciário o Sector Laboral trabalha em articulação com os restantes serviços do EP.

PROGRAMA / PROJETO/ACTIVIDADE	
Ocupação Laboral	
Introdução/Fundamentação	
Para 2024 o objectivo do Sector Laboral consiste em organizar e promover a ocupação laboral e aumentar a taxa de ocupação laboral no EP (Estabelecimento Prisional). Para tal, propõe-se a subcontratar todos os espaços existentes no Setor Oficial (composto por 7 salas e complementado pelo uso da sala do parlatório 1/2).	
População alvo	
Reclusas que pretendam ter uma actividade laboral	
Actividade	Operacionalização do Setor Laboral.
Quem	Dois (2) técnicos afetos a este setor.
Como	• Articular com as empresas externas dadoras de trabalho; • Articular com o EP a fim de dar resposta às respetivas necessidades da instituição. • Colocação laboral, por forma a dar resposta às respetivas solicitações da população reclusa; • Constituição e orientação de brigadas para a execução dos trabalhos contratualizados; • Articulação com os vários setores de atividade para o tratamento penitenciário.
Onde	Espaço do Sector Laboral e diversos serviços no EP (a saber: serviço de cabeleireiro, serviços de limpeza, serviço de lavandaria, serviço de jardinagem, serviço de ajudante biblioteca e serviço de distribuição de roupa).
Quando	Ao longo de todo o ano.
Avaliação	Acompanhamento diário.

Para o ano de 2024 prevemos subcontratações com as empresas que se apresentam como “parcerias de longa duração”, assim:

A **Legaltex** desenvolve actividade na área têxtil. Esta empresa produz sacos para cadáveres, vestuário hospitalar, equipamento de protecção individual e sacos /mochilas para desporto. Este projecto criou uma linha de produção/confecção composta por 25 máquinas de costura industriais, 2 máquina de bordar e 1 mesa de corte. Emprega 44 colaboradoras (divididas em 2 categorias: costureiras e ajudantes). Ocupa 4 salas do Sector Laboral

A empresa **Vincos e Companhia** dá ocupação laboral a 2 reclusas. O trabalho consiste em engomar/ lavar peças de vestuário (a empresa também recolhe e entrega o vestuário ao domicílio). O Sector Laboral espera que em 2024 esta parceria seja estável e que cresça aumentando o número de reclusas contratadas.

A **Nefab**, empresa situada na cidade vizinha da Maia, e da área dos produtos de embalagem, é uma parceira que acrescenta uma mais-valia importante ao Sector Laboral. O trabalho não é de grande complexidade, e, tal facto permite dar ocupação laboral a reclusas com competências laborais muito diversas. Esta empresa emprega cerca de 20 a 22 reclusas.

Quanto à **Idepa**, empresa que fabrica etiquetas e passamanarias, realiza no EP várias tarefas. São trabalhos manuais e minuciosos que requerem muita mão-de-obra: um grupo de trabalho de cerca de 20 a 25 reclusas.

Quanto à **Groupe**, empresa que reembala kits de higiene para a indústria hoteleira, tem alocada uma sala no Sector Laboral e dá trabalho a cerca de 25 a 30 reclusas. Prevemos a manutenção desta parceria para o próximo ano.

A **Jefar** é uma empresa que fabrica calçado e parte do processo produtivo, sobretudo os cosidos manuais, é realizado em parceria com o Sector Laboral. Prevê-se, que, apesar de se tratar de um trabalho sazonal, em 2023 aumente o volume de trabalho realizado no EP. A Jefar ocupa 1 sala e dá trabalho a 35 colaboradoras.

Quanto aos trabalhos sazonais a sua descrição e classificação é difícil devido à sua disparidade e diversidade. São maioritariamente trabalhos da indústria têxtil (das regiões limítrofes do EP). A natureza destas tarefas, cuja automação e/ou mecanização é difícil, requer muita mão-de-obra.

Prevemos a manutenção do grupo de trabalho denominado “Confecções” (no qual trabalham 11 reclusas) a fim de dar resposta a eventuais solicitações das empresas de têxtil. Espera-se que o volume de trabalho aumente no próximo ano à medida que se vão realizando, de forma positiva, diferentes tarefas para diferentes empresas.



5.4. PARTE II



A circular graphic with a dark blue background. Inside the circle is a historical photograph of a city, likely Lisbon, showing a river in the foreground, a stone wall with arches, and a hillside covered in old buildings. A large white circle is overlaid on the left side of the image, containing the text 'Serviços Partilhados e Corporativos' in blue.

Serviços Partilhados e Corporativos



5.4.1. Recursos Humanos e Formação Profissional

O Plano de Atividades e Orçamento para 2024 consubstanciar-se-á numa linha de continuidade do PAO previsto para 2023 nas temáticas que assim o imponham em razão da sua natureza, e das necessidades que continuamente se colocam a uma organização com a dimensão e especificidades da SCMP.

Torna-se necessário assegurar uma continuidade dos esforços resultantes do cumprimento do Plano de Atividades deste ano, e compaginar as mesmas com um sempre imprescindível incremento da atividade institucional e regulamentarmente adstrita ao DRHFP.

No domínio da área administrativa, empreender as ações necessárias para que se permita, entre outros, atingir os seguintes desideratos:

- Continuar a realização permanente do levantamento das categorias dos colaboradores de forma a identificar os desajustamentos existentes entre as funções desempenhadas e as respetivas categorias, com vista às adequadas reclassificações profissionais.
- Prestar o apoio necessário às Unidades Operacionais e de Saúde na gestão e resolução de aspetos relacionados com a área de Recursos Humanos, designadamente na produção de indicadores e relatórios conexos com a atividade administrativa.
- Publicitar junto dos colaboradores na sua plenitude os IRCT'S aplicáveis à SCMP, e que recentemente entraram em vigor.
- Incrementar sessões informativas junto dos colaboradores sobre assuntos relacionados com as políticas internas em vigor, de particular interesse para os mesmos, assim como de esclarecimento sobre legislação laboral mais relevante, com o objetivo único de mitigar a conflitualidade.
- Definir linhas de orientação para implementar programas de incentivo à renovação dos quadros da Instituição (saídas de colaboradores mais velhos ou por outros motivos)

Relativamente à área da Academia:

- Prestar o apoio necessário às Unidades Operacionais e de Saúde na gestão e resolução de aspetos relacionados com a área de Recursos Humanos, designadamente na produção de indicadores, relatórios, estudos e procedimentos inerentes aos processos do sistema de gestão da qualidade e de certificação, por forma a garantir o cumprimento dos requisitos legais e de certificação, em consonância com as necessidades de operação e de gestão;
- Expandir e potencializar o uso da plataforma de formação à distância - Moodle, permitindo uma maior otimização de custo e tempo despendido para frequência de formação profissional, abrangendo uma maior diversidade de temáticas, unidades operacionais e categoria profissionais;
- Otimizar o desempenho dos colaboradores, através do planeamento, implementação e monitorização da atividade formativa;
- Apoiar os processos de reestruturação de equipas, transferência de conhecimento e promoção de cultura e identidade da instituição;
- Reestruturar o Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho, assegurando a otimização do processo e resultados, enquanto instrumento de gestão estratégica e de desenvolvimento dos Recursos Humanos, - com base nos níveis funcionais (operacional, técnico e de coordenação) - e acompanhamento da transição digital;
- Preparar/Desenvolver um modelo de Avaliação de Desempenho e Gestão por objetivos, que potencie a análise de indicadores de performance/desempenho dos colaboradores;
- Desenvolver um plano de ação para a gestão do talento e carreiras, potenciando o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores;
- Promover práticas socialmente responsáveis, elevando os níveis de satisfação e assegurando o bem-estar de todos os colaboradores;
- Consolidar a auscultação da satisfação dos colaboradores, promovendo a motivação e garantindo um equilíbrio entre as necessidades e expetativas;

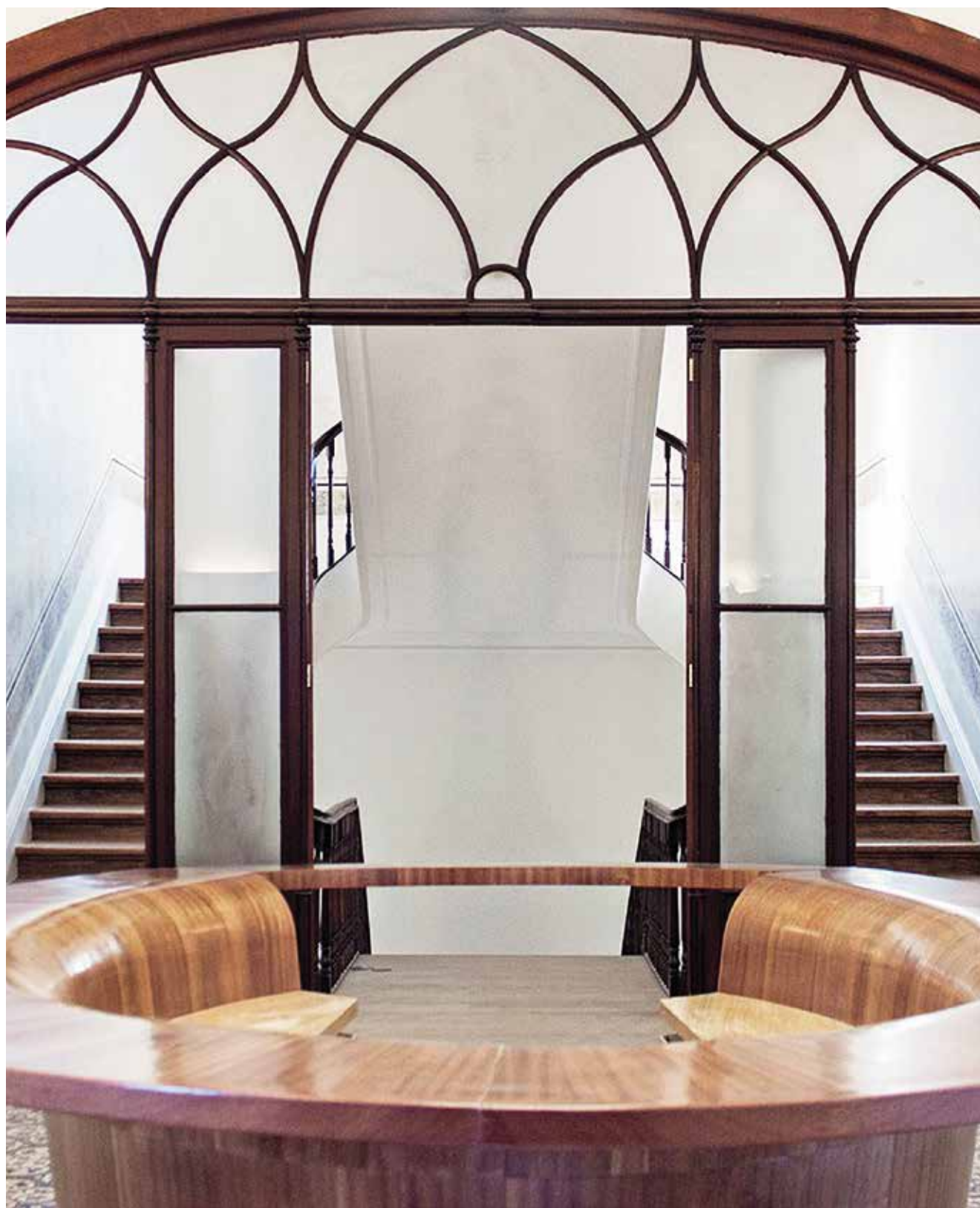
- Promover uma cultura de *feedback* e monitorização de resultados através do reforço da comunicação, nomeadamente ao nível do desempenho do colaborador, da satisfação do colaborador e do desempenho organizacional;
- Promover atividades de *team building* dirigidas a todos os colaboradores, que potenciem a comunicação e interação e estimulem os sentimentos de pertença e de compromisso institucional;
- Dar resposta às necessidades de capital humano, prosseguindo com a respetiva organização e melhoria dos processos de Recrutamento e Seleção;
- Reestruturar os processos de receção de candidaturas e atração de talento – atualização do *link* na página institucional da SCMP, com inclusão da divulgação dos processos de recrutamento em curso
- Desenvolver iniciativas que permitam fomentar o sentimento de pertença dos colaboradores à organização (encontros temáticos, por categoria profissional, etc.).

No domínio das atividades formativas do DRHFP, prevê-se a realização de formação transversal, sistemática e periódica, de forma a maximizar a taxa de execução do Plano Anual de Formação 2024, nomeadamente nas seguintes temáticas:

- Gestão de Processos;
- Gestão de Tempo e Organização do Trabalho;
- Trabalho em Equipa e Gestão de Conflitos;
- Sistema de Gestão da Qualidade;
- Legislação no 3º Setor – Atualização;
- Gestão e Avaliação de Desempenho;
- RGPD;
- Novas metodologias de execução e prestação do trabalho;
- Averiguação de Acidentes de Trabalho (SST);
- Avaliação do cumprimento da legislação de segurança e saúde no trabalho (SST).

Para o ano de 2024, são objetivos da SST:

- Reduzir sinistralidade laboral;
- Continuar a implementar uma estratégia transversal de Gestão da Segurança no Trabalho;
- Abranger mais unidades nas iniciativas de Prevenção de Lesões Músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho – Ginástica laboral;
- Planear e implementar o Programa de Promoção da Saúde Mental;
- Monitorizar a implementação das medidas englobadas nas Avaliações de Riscos Profissionais;
- Monitorizar a implementação das medidas decorrentes da investigação de Acidentes de Trabalho;
- Promover ações de formação e sensibilização no âmbito da SST;
- Reforçar o processo de avaliação de conformidade legal em matéria da SST, no âmbito da gestão de fornecedores;
- Acompanhar a necessidade global de Equipamentos de Proteção Individual na SCMP;
- Atualizar as Avaliações de Risco Profissional de todas as Unidades Operacionais da SCMP;
- Agregar os dados estatísticos relevantes e preencher o anexo D do Relatório Único com a informação da SST e Medicina do Trabalho;
- Otimizar o processo de investigação de acidentes de trabalho;
- Realizar auditorias e inspeções de SST em todas as Unidades Operacionais da SCMP;
- Dinamizar as reuniões das Comissões de Segurança e Saúde no Trabalho;
- Realizar consulta periódica aos colaboradores no âmbito da SST;
- Elaborar Relatório de Sinistralidade semestral e anual.





5.4.2. Gestão Administrativa e Património

5.4.2.1. Património

O Departamento de Gestão Administrativa e Património é um departamento estatutário, que desenvolve a sua atividade e executa as suas competências, em três áreas bem definidas e que se articulam entre si: Património Operacional, Património de Rendimento e Cultural/Histórico.

Em 2024 o Departamento continuará a desenvolver a sua atividade através de uma gestão mais efetiva do Património e da exploração de novas unidades de negócio, com vista a uma ininterrupta valorização dos seus bens imóveis e ao crescimento sustentado da Instituição.

Visando uma melhor gestão dos recursos financeiros e respeitando as estratégias de intervenção e de valorização do património definidas superiormente, o Departamento pretende dar continuidade a intervenções já delineadas e coordenar os projetos de Arquitetura e Especialidades executados por colaboradores internos e/ou externos.

O cumprimento das exigências legais, a modernização, a sustentabilidade e a adequação do uso pretendido a cada edifício/unidade operacional da propriedade da SCMP, serão os princípios orientadores das ações meditadas para 2024.

No âmbito da gestão de obras e da conservação e manutenção do Património de Rendimento o DGAP pretende prosseguir com o desenvolvimento projetual, acompanhamento e fiscalização das obras de reabilitação planeadas. O investimento ao nível deste património continuará a apontar para o aumento de receita, mas também para a sustentabilidade e dignidade do edificado.

No que alude ao Património Operacional, o Departamento prevê garantir a sua manutenção e atualização, priorizando o bem-estar e a segurança dos utentes e dos colaboradores da instituição, nomeadamente através da qualificação do edificado nas áreas do conforto, das acessibilidades, da segurança e da melhoria do desempenho energético-ambiental.

A conjuntura económica mundial tem vindo a desafiar a Instituição a encontrar alternativas para o desenvolvimento de novos modelos de negócio. Assim, cada vez mais se impõe o encontro de parceiros que, a médio e/ou longo prazo, permitam à instituição reabilitar o património e gerar receita.

Neste sentido, este departamento prevê a implementação de um conjunto de ações particulares e parcerias de investimento que visam alavancar o crescimento económico sustentado da instituição, procurando obter o máximo benefício das medidas de apoio existentes disponibilizadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PPR).

O Departamento de Gestão Administrativa e Património, assume em permanência o aprofundamento das áreas de Missão da SCMP, desenvolvendo e consolidando respostas que, na inovação e na modernidade, afirmem sempre a excelência da intervenção da Instituição nesses domínios.

5.4.2.2. Gestão Logística e Central de Compras

Relativamente ao ano de 2024, prevê-se que seja a continuação da exigência vivida em 2023.

Apesar de em 2023 a inflação ter dado sinais de começar a baixar, a incerteza face à guerra na Ucrânia é um fator a ter em conta, já que não se prevê o fim do conflito para breve e os preços, sobretudo os dos produtos alimentares, podem pressionar os restantes a inflatorem a tendência decrescente da inflação.

Assim, os constrangimentos verificados em 2023 poderão manter-se em 2024, sobretudo no que respeita à manutenção de preços e prazos de pagamento. Verifica-se a contínua tendência dos fornecedores em fixarem preços por períodos cada vez mais curtos, e a aceitarem cada vez menos prazos de pagamento mais longos. Estes dois fatores desafiarão a gestão do orçamento e irão impor um ritmo de compra mais célere e eficiente.

Por outro lado, a atenção dada à Transição Digital e à Economia Circular continuará a não poder ser descurada, e deverá cada vez mais assumir um papel de alavanca na mudança de paradigma, em que a todos os procedimentos de compras contemplem como critérios de adjudicação diferentes fatores de sustentabilidade. Só assim a SCMP poderá estar alinhada com as estratégias europeias e objetivos traçados para o horizonte 2021-2030.

5.4.2.3. Gestão Administrativa

No que concerne à área da Gestão Administrativa, o ano de 2024 será de continuidade, apostando-se na implementação de novas soluções informáticas, de forma a aumentar os níveis de eficiência e de eficácia, otimizando os recursos humanos existentes e potenciando o desempenho nas





áreas de gestão do património ao nível do arrendamento, na gestão do arquivo e da gestão da Irmandade da Nossa Senhora da Misericórdia.

Adicionalmente esta área, continuará a assegurar a gestão administrativa e apoio de secretariado, quer à Mesa Administrativa, Definitório e Assembleia Geral, quer aos órgãos de Gestão Estratégica.

5.4.2.4. Green Serviços

Durante o ano 2024, a equipa do Green Serviços, irá continuar a desenvolver a atividade de manutenção dos jardins das unidades operacionais, de acordo com o planeamento mensal e efetuar a fiscalização da prestação de serviços dos complexos habitacionais e terrenos/ logradouros de acordo com o contrato estabelecido com o Prestador de Serviços. Executar a manutenção dos espaços verdes das unidades operacionais, de acordo com o planeamento mensal e efetuar a fiscalização da prestação de serviços dos complexos habitacionais e terrenos/ logradouros de acordo com o contrato.

Efetuar o serviço de portaria no Parque da Prelada das 08h00 às 20h00 de acordo com a escala mensal.

Relativamente ao Parque Avides Moreira (PAM), esta equipa continuará a efetuar a gestão operacional do Parque e desenvolver as seguintes atividades/objetivos:

- Efetuar avaliação dos talhões com uma periodicidade mensal;
- Manter a taxa de ocupação dos talhões em 95% e dos compositores ativos;
- Efetuar a plantação de flores de corte de várias espécies, para distribuir pelas igrejas, cemitérios e outras unidades operacionais da SCMP;
- Efetuar a produção de Frutos e Plantas Aromáticas e Medicinais;
- Efetuar a produção de várias cultivares (amoras, framboesas, mirtilos, cidreira, limonete, entre outras).



5.4.3. Auditoria Interna

Dentro da SCMP, o Gabinete Auditoria Interna (GAI) tem por atribuições desenvolver a função de Auditoria Interna (AI), de forma independente, avaliando os riscos da organização, e verificando, entre outros, a existência, o cumprimento, a eficácia e a otimização dos Sistemas de Controlo Interno (SCI) e dos processos de gestão aos vários níveis de decisão, com vista a acrescentar valor e contribuir para a *governance* da organização.

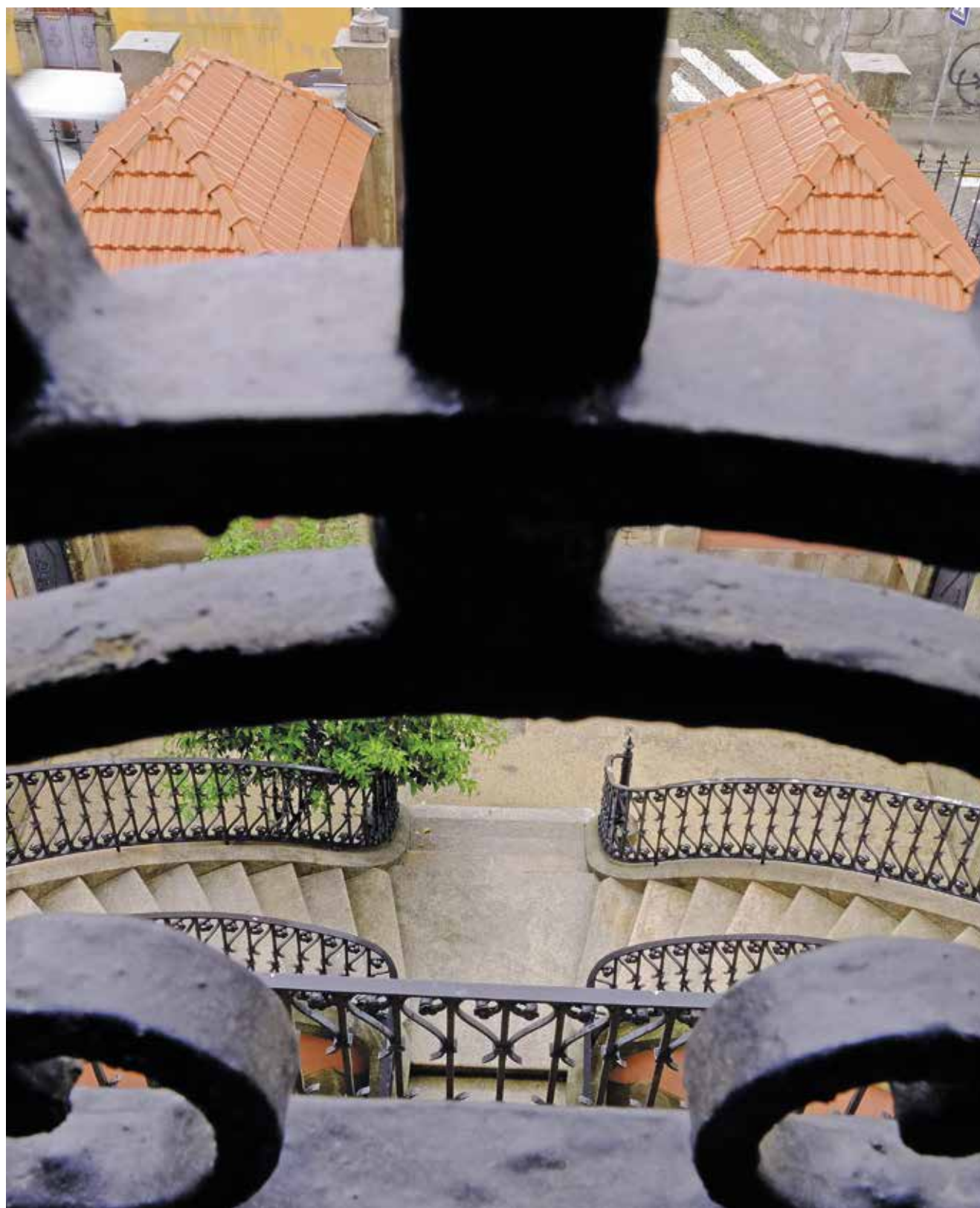
Por forma a planear e executar as funções que lhe estão

atribuídas, o GAI elabora anualmente um Plano Iniciativas de Auditoria Interna (PIAI), que contém as iniciativas previstas e tarefas a desempenhar em cada ano, o qual é aprovado pela Comissão de Auditoria da SCMP.

Ações a desenvolver e calendarização

O PIAI inclui ações de continuidade e indica, igualmente, para esse ano, as auditorias internas com natureza de garantia e de consultoria. Este plano poderá sofrer alterações ao longo do próximo ano, sempre que ocorram situações com níveis mais elevados de criticidade ou de prioridade superior.

PROGRAMA CHAVE /INICIATIVA	ESTAB./ DEP.	TIPO DE SERVIÇO	2024											
			T1			T2			T3			T4		
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Social														
Quedas em idosos	DIS	Consultoria		X	X									
Segurança e acidentes no trabalho	DIS CIAD	Garantia	X				X	X						
Recursos Humanos														
Modelo de Teletrabalho	DRHFP	Consultoria		X								X	X	X
Assédio Moral		Garantia							X	X				
Religioso e Culto														
Procedimentos do GRC	GRC	Consultoria				X	X							
Saúde														
Faturação aos clientes do HP	HP	Garantia									X	X	X	
Planos de ação (eventos adversos)	CHCF	Garantia	X											
Sistemas de Informação														
Política de atribuição de equipamentos TI	DGOSI	Garantia		X	X									
Ações de Continuidade														
Despacho nº17/2019	DIS/CHCF	Consultoria	X			X			X			X		
Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC)	SCMP	Garantia				X						X		
		Consultoria			X			X			X			X
Canal de Denúncia	SCMP	Garantia	X											
Avaliação do Projeto de Consultoria	SCMP	Garantia	X											



Ações de continuidade

Constituem ações de continuidade aquelas cuja realização acontece de forma repetida todos os anos, e que decorrem quer do cumprimento das competências e atribuições da Auditoria Interna, quer de normativos legais e institucionais, como os que a seguir se apresentam:

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)

Por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 109-E/20211, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e que aprova e publica, em anexo, o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), a coordenação de GAI foi nomeada responsável por garantir e controlar a aplicação do Programa de Cumprimento Normativo, a quem também compete executar, controlar e rever o PPR. Assim, o GAI passa a ter a obrigação de, no mês de outubro, monitorizar, através da produção de um relatório de avaliação intercalar, os riscos identificados como riscos de atividade elevado e, anualmente, avaliar todas as atividades e níveis de risco, quantificar o grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas e indicar a previsão da sua implementação, devendo ser realizado o respetivo relatório até ao final do mês de abril do ano seguinte a que respeita a execução.

Gestão do Canal de Denúncia da SCMP

O RGPC determina, no âmbito das medidas de prevenção da corrupção que as entidades abrangidas devem adotar e implementar um programa normativo, que inclui a criação e disponibilização de um Canal de Denúncia. Tendo em vista a prossecução desta finalidade foi atribuído ao GAI a gestão do Canal de Denúncia, nomeadamente as efetuadas por colaboradores, voluntários, estagiários ou Irmãos. O GAI elabora, até ao termo do primeiro mês do ano seguinte, um relatório dirigido à Mesa Administrativa, com a descrição das denúncias recebidas e o respetivo seguimento.

Projeto de Consultoria

Elaboração anual do relatório de avaliação à execução do Projeto de Consultoria, iniciado em 2021.

Estudo aos incidentes reportados pelo Departamento de Intervenção Social e eventos adversos do Centro Hospitalar Conde de Ferreira

No âmbito do Despacho n.º 17/2019 o GAI elabora trimestralmente estudos com a análise em termos estatísticos das ocorrências comunicadas pelas diferentes Unidades Operacionais.

Ações de formação internas - Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas

O RGPC determina, no âmbito das medidas de prevenção da corrupção que as entidades abrangidas asseguram a realização de programas de formação interna a todos os seus dirigentes e trabalhadores, com vista a que estes conheçam e compreendam as políticas e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementados.

O GAI irá consolidar dentro da SCMP as temáticas do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, envolvendo todas as UO quer na sua revisão, quer na avaliação do grau de cumprimento e monitorização deste, promovendo igualmente a sua divulgação no site institucional da SCMP. Irá, ainda, promover junto dos dirigentes a realização de ações de sensibilização para estas matérias.

Formação especializada

Considera-se, pois, a formação profissional e a constante atualização, como condições necessárias ao cabal desempenho de funções do GAI, dada a vertente transversal e abrangente das suas funções. Além disso, no âmbito da prevenção de fenómenos de corrupção, a ministração de programas de formação aos elementos do GAI afigura-se fundamental, de forma a que estes prestem formação interna aos colaboradores da SCMP, em harmonia com o disposto no RGPC. Assim, considera-se imprescindível a permanente atualização dos conhecimentos técnicos dos elementos da equipa da AI, sendo propostas, logo que ocorram, ações de formação no âmbito de áreas como Planeamento, Finanças, *Compliance*, Controlo, Cibersegurança e Auditoria.

Recursos necessários

Com a entrada, em 2021, de mais um Técnico Superior na equipa de Auditoria Interna, com formação em Direito, face à dimensão e complexidade da SCMP e às novas funções atribuídas, a necessidade de alocar mais um Técnico Superior, formando assim uma equipa multidisciplinar, com valências e conhecimentos em todas as áreas de intervenção da SCMP.



5.4.4. Marketing e Comunicação

A Misericórdia do Porto dispõe, desde 2023, de um Manual de Comunicação.

É através deste documento, desenvolvido pelo GMC – Gabinete de Marketing e Comunicação¹, que, anualmente, posicionamos a marca, orientamos a organização no caminho que irá percorrer e focamos ações de comunicação no cumprimento dos objetivos coletivos.

Objetivos transversais ao universo de respostas da Misericórdia do Porto:

GERAIS:

- Notoriedade: consolidar a projeção, a reputação e o posicionamento da marca Misericórdia do Porto e das suas submarcas.
- Negócio: potenciar as respostas com venda de bens e serviços, contribuindo para a diversificação do financiamento da organização.
- Alcance: aumentar o número de visitas, interações e seguidores/conexões em todas as plataformas de comunicação da Misericórdia do Porto e das suas submarcas.
- União: fortalecer os laços e o sentimento de pertença, aumentar a motivação e difundir os objetivos institucionais e comerciais junto da comunidade interna da organização, nomeadamente a Irmandade, os colaboradores e os voluntários.

ESPECÍFICOS:

Institucionais:

- Gerir, de forma transversal e profissional, a imagem e a comunicação da organização.
- Destacar e diferenciar a marca Misericórdia do Porto e as suas submarcas da concorrência.
- Promover o reconhecimento da marca Misericórdia do Porto e das suas submarcas como uma referência no mercado.
- Consolidar a presença digital da marca Misericórdia do Porto e as suas submarcas, impondo dinamismo aos canais e explorando novas funcionalidades.
- Consolidar as relações institucionais e comerciais com os media.

Estratégicos:

- Estabelecer parcerias com entidades externas que promovam benefícios para a Irmandade, os colaboradores, voluntários e clientes.
- Desenvolver atividades que projetem a Misericórdia do Porto, gerando oportunidades.
- Contribuir para o estabelecimento de novas parcerias e trabalho em rede com instituições de referência.
- Desenvolver e gerir campanhas internas de sensibilização e/ou informação.

Comerciais:

- Uniformizar a imagem e a comunicação das unidades operacionais, respostas e serviços, assegurando a sua coerência, concordância e diferenciação, em canais físicos e digitais.
- Promover a diferenciação da oferta de respostas e serviços.
- Apoiar à criação de novos produtos ou à readaptação nas respetivas áreas de ação.
- Desenvolver campanhas comerciais e de promoção de serviços.
- Otimizar os canais de comunicação, existentes e a criar, numa ótica de venda de produtos.
- Reter os atuais clientes e captar novos clientes nas áreas de negócio *core* da organização: Ação Social, Arrendamento, Cultura, Ensino e Saúde.
- Aumentar os fluxos de divulgação e comunicação através da segmentação e hípersegmentação dos conteúdos.
- Desenvolver e gerir suportes de comunicação nas áreas multimédia, digital e gráfica.
- Desenvolver e gerir conteúdos publicitários.
- Organizar e gerir eventos externos, sob o conceito de chave-na-mão.
- Desenvolver campanhas de marketing direcionado.

Comunicamos com todos os nossos públicos através de diferentes meios, tanto físicos como digitais.

1. A sua ação não considera o Hospital da Prelada dado que, desde o dia 01.09.2022, essa unidade operacional dispõe de uma estrutura funcional autónoma na área de Comunicação e Marketing.



Utilizamos as seguintes principais ferramentas:

1. Meios digitais:

1.1. Email Marketing

1.2. Gestão de Redes Sociais:

- Facebook: Centro Hospitalar Conde de Ferreira | Misericórdia do Porto | MIPPO | Residências Universitárias | Caminhada pela Inclusão
- Instagram: Centro Hospitalar Conde de Ferreira² | Misericórdia do Porto | MIPPO | Residências Universitárias
- LinkedIn Perfil: Centro Hospitalar Conde de Ferreira³ | Misericórdia do Porto | MIPPO
- LinkedIn Corporate: Centro Hospitalar Conde de Ferreira⁴ | Misericórdia do Porto | MIPPO
- Twitter: Misericórdia do Porto
- YouTube: Centro Hospitalar Conde de Ferreira | Misericórdia do Porto | MIPPO

2. Criado a 10 de outubro de 2023.

3. Criado a 1 de fevereiro de 2023.

4. Criado a 17 de fevereiro de 2023.

1.3. Gestão de Sites:

- Centro Hospitalar Conde de Ferreira
- Colégio de Nossa Senhora da Esperança
- Misericórdia do Porto
- MIPPO – Museu e Igreja da Misericórdia do Porto
- Portal do Colaborador

1.4. Gestão da TV Corporativa

1.5. Edição de Newsletter semanal

1.6. Produção e edição de conteúdos digitais

1.7. Produção de vídeos

2. Meios impressos:

2.1. Documentos estratégicos:

- Plano de Atividades e Orçamento
- Relatório de Gestão e Contas
- Relatório de Sustentabilidade

2.2. Publicações:

- Livros
- Revistas

2.3. Cartazes



2.4. Brochuras

2.5. Folhetos

2.6. Flyers

2.7. Manuais

2.8. Regulamentos

2.9. Inquéritos

2.10. Convites

2.11. Postais

2.12. Certificados

2.13. Cartões ID

2.14. Sinalética

2.15. Entre outros, de acordo com as necessidades



3. Organização e gestão de eventos:

3.1. Assembleias Gerais da Misericórdia do Porto

3.2. Tomadas de Posse

3.3. Eleições de Órgãos Sociais

3.4. Encontro de Quadros da Misericórdia do Porto

3.5. Drive Thru Natalício da Misericórdia do Porto

3.6. Efemérides institucionais:

- 29 JAN Dia D. Lopo d'Almeida
- MAR ou ABR Páscoa
- 14 MAR Aniversário da Misericórdia do Porto
- 24 MAR Aniversário do Centro Hospitalar Conde de Ferreira
- 2.º domingo MAI Dia de Nossa Senhora da Misericórdia



- 11 JUN Aniversário da Morte do Benfeitor Barão de Nova Sintra
- 15 JUL Aniversário do MMIPO
- 02 NOV Missa dos Fiéis Defuntos
- DEZ Natal na Misericórdia do Porto

3.7. Eventos internos e externos:

- Congressos
- Simpósios
- Palestras
- Jornadas
- Conferências
- Apresentações
- Homenagens
- Visitas institucionais
- Entregas de prémios
- Concertos
- Espetáculos
- Exposições



- Lançamento de livros
- Workshops
- Eventos desportivos

3.8. Protocolo

4. Gestão de presenças na Comunicação Social

4.1. Press Releases

4.2. Assessoria de Imprensa

4.3. Branded contents

4.4 Publicidade

Em 2024, e em todas as fases da execução do Manual de Comunicação, o GMC vai continuar a liderar a mensagem, a controlar a narrativa, a envolver os públicos, a avaliar o impacto das diferentes ações, o seu desempenho e a (re)ajustar.

No próximo ano, o SAC – Serviço de Apoio ao Cliente, integrado no GMC, irá reforçar os objetivos de captação, retenção e fidelização de clientes da Misericórdia do Porto. Através da figura do Consultor do Cliente, continuaremos a disponibilizar apoio e acompanhamento a clientes, tanto privados como sociais, e seus familiares. Em situações de crise com clientes/familiares, o SAC continuará a ser o garante de elevados índices de satisfação e eficácia.





5.4.5. Contabilidade e Finanças

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Para o exercício de 2024, as 6 áreas de operação do Departamento propõem-se a consolidar os processos e metodologias adotadas nos últimos anos.

Todos os procedimentos e processos estão elaborados e desenhados, mantendo-se a obrigatoriedade de revisão continua face as necessidades de ajustamento decorrentes da evolução operacional do Departamento e da SCMP.

Contabilidade e Fiscalidade



Políticas contabilísticas e fiscais - uniformes e transversais

A área de **Contabilidade e Fiscalidade** tem como missão estratégica e operacional adotar princípios e políticas contabilísticas/fiscais uniformes e transversais, assegurando, sempre, o cumprimento das normativas nacionais e internacionais.

Os princípios da consistência, comparabilidade, continuidade e prudência, bem como, da especialização de gastos e rendimentos, reconhecendo-os no exercício a que se referem, são premissas presentes no quotidiano operacional desta área.

Tesouraria



Otimização de recursos financeiros

A área da **Tesouraria** procura a otimização de recursos financeiros, numa abrangência universal dentro da SCMP.

Compete -lhe a gestão dos meios monetários através da monitorização e controlo das contas bancárias e caixas.

Face aos inputs internos do departamento assume a responsabilidade da elaboração do plano mensal de tesouraria, bem como, do acompanhamento e a apuramento dos desvios.

A execução da tarefa de pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços, pessoal e impostos está concentrada nesta área.

Contas a Pagar



Processamento de faturas e pagamentos

A cargo da área de **Contas a Pagar** a tarefa de processamento de faturas e respetivo pagamento concentra toda a contabilização de gastos e investimentos da Instituição.

No que concerne à contabilização propriamente dita, a mesma obedece aos critérios e princípios contabilísticos definidos.

A diversidade de atividade operacional da SCMP obriga a uma atenção especial sobre o cumprimento das obrigações fiscais.

Os pagamentos a fornecedores e outros prestadores de serviços é efetuado semanalmente procurando cumprir os prazos acordados.

Faturação



Emissão de faturas a clientes, utentes e outros devedores

Cabe à **Faturação** a emissão de faturas de acordo com as diversas solicitações dos Centros e Resultados da SCMP e, num perfil mais rotineiro, dar cumprimento aos acordos e protocolos estabelecidos com terceiros.

Esta operação, em ambiente *Back Office*, é transversal a todo o negócio da Instituição, atuando com maior relevo nas áreas da Saúde, Social e Património de Rendimento.

No âmbito dos desafios subjacentes à consolidação do ambiente digital a todos níveis, tema que está em curso e em que toda a SCMP está envolvida, apontamos para a transformação operativa quanto à emissão de faturas com assinatura eletrónica, desmaterializando-se assim todo o processo atual.

Contas a Receber



Gestão e controlo da cobrança

O esforço de cobrança, a cargo das **Contas a Receber**, tem como missão acompanhar as dividas de terceiros e, sempre que se justifica, atuar de forma direta sobre aqueles que não cumprem as datas acordadas de pagamento.

Esta atuação é feita através de contactos telefónicos, *mails* e cartas de cobrança.

Todo este processo é na sua fase inicial liderado por esta área. Posteriormente a ação de cobrança é desenvolvida pelo Pré-contencioso e depois pelo Contencioso.

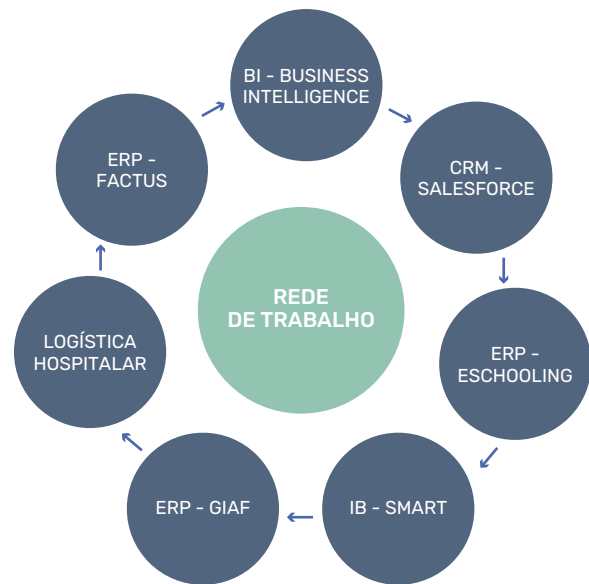
Centro de Conferências de Faturas



Centro de Conferências de Faturas

Área de capital importância enquanto garante das validações, junto dos Centros de Negócio, da despesa contraída. A concentração da receção de faturas num único ponto privilegia a segregação de processos no que à validação de despesa diz respeito.

FERRAMENTAS DE SUPORTE À OPERAÇÃO



As Ferramentas, suporte à operação, garantem a execução das tarefas definidas para o Departamento.



5.4.6. Gestão Organizacional e Sistemas de Informação

O Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas de Informação (DGOSI) elaborou o presente plano de atividades com o objetivo de colaborar na concretização dos objetivos estratégicos estabelecidos pela Santa Casa da Misericórdia do Porto. A nossa missão é fortalecer a organização através da implementação das melhores práticas, a adoção de tecnologias inovadoras e a melhoria contínua dos processos de governança e controlo. Além disso, pretende-se otimizar os recursos e capacidades disponíveis para apoiar o processo de tomada de decisão a ser mais eficaz e eficiente.

As palavras maturidade, proatividade e alinhamento serão mote para o ano de 2024. O nosso foco não será apenas para o posicionamento estratégico perante a SCMP, mas também para o posicionamento interno – intra e entre as três áreas: Gestão do Risco e Controlo, Sistemas de Informação e Controlo de Gestão.

No contexto de um ambiente externo cada vez mais competitivo e volátil, a sustentabilidade tornou-se uma prioridade para as organizações. Por meio da promoção da estratégia de sustentabilidade, estamos comprometidos em minimizar o impacto ambiental e social das operações, promovendo práticas responsáveis em todas as áreas da instituição.

Em paralelo, a otimização dos processos de elaboração do orçamento e controlo orçamental são fundamentais para a melhoria da tomada de decisão baseada em dados essenciais para promover a transparência, a responsabilidade e a agilidade organizacional.

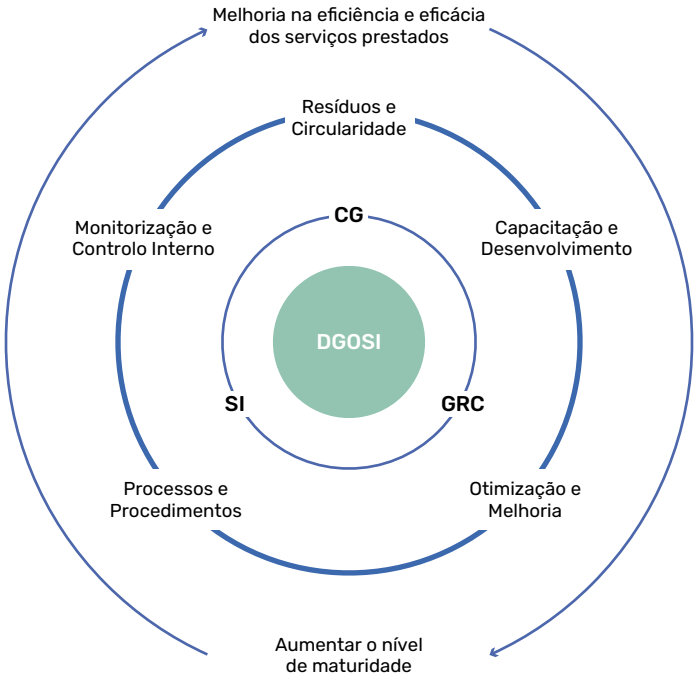
Adicionalmente, a consolidação da estratégia de transição digital é essencial para enfrentar os desafios da era digital. É nossa intenção adotar e implementar tecnologias inovadoras que aumentem a eficiência operacional, melhorem a experiência do utilizador e impulsionem a transformação digital. Por outro lado, e tendo em consideração que é fundamental trabalhar para a melhoria do sistema de gestão de segurança, pretendemos identificar e tratar riscos de segurança, implementar políticas e procedimentos adequados e promover a sensibilização sobre a segurança da informação em toda a organização.

Para o ano de 2024, o grande desafio do DGOSI é elevar o seu nível de maturidade e garantir a melhoria na eficiência e eficácia dos serviços prestados, transformando e alinhando a sua atuação para um modelo mais uniforme, dinâmico e mais próximo das Unidades Operacionais.

A materialização destes desafios será alcançada através de 5 objetivos estratégicos:

1. Alavancar a estratégia de sustentabilidade da SCMP – Desenvolvimento e implementação de práticas e procedimentos que promovam a sustentabilidade organizacional, procurando reduzir o impacto ambiental, a utilização eficiente dos recursos e responsabilidade social.
2. Otimizar os processos de governança – Serão implementados mecanismos eficientes de governança, a melhoria dos processos de suporte à atividade, a implementação de práticas e processos de monitorização, controlo interno e avaliação do desempenho;
3. Garantir a eficiência e eficácia do sistema de gestão da segurança – A segurança da informação e a proteção dos ativos organizacionais serão uma prioridade, com a implementação de medidas de segurança robustas, formando e sensibilizando os colaboradores e fortalecendo os mecanismos de resposta a incidentes;
4. Otimizar os recursos e capacidades para uma melhor tomada de decisão – Desenvolvimento de processos e sistemas que permitam a recolha, análise e utilização dos dados organizacionais, de forma a possibilitar a informação relevante para a tomada de decisões estratégicas;
5. Promover a sustentabilidade e eficiência dos serviços de TI – Implementação de projetos, práticas e procedimentos que visem garantir a continuidade e melhoria da produtividade, a redução de custos e a otimização de recursos e processos.

A figura seguinte apresenta o modelo estratégico para 2024 – o desenvolvimento de trabalhos que visem o alcance dos objetivos estratégicos e cujas iniciativas estarão interligadas por um conjunto de palavras-chave.



O modelo estratégico do DGOSI será operacionalizado através de um conjunto de iniciativas, indicadores e metas apresentados na tabela seguinte. A implementação deste vai permitir ao DGOSI enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades emergentes.

Objetivo	Iniciativa	Indicadores	Meta 2024	
Alavancar a estratégia de sustentabilidade da SCMP	Desenvolver e implementar iniciativas de responsabilidade social	N.º de iniciativas implementadas	5	
	Reduzir a produção total de resíduos	% de redução da produção total	15%	
	Implementar e/ou melhorar os programas de recolha de resíduos e respetivo tratamento	N.º de novos circuitos	1	
		N.º de campanhas	12	
	Desenvolver e implementar iniciativas de economia circular	N.º de iniciativas implementadas	2	
	Promover a realização de ações de formação e/ou sensibilização (lecionadas pelo DGOSI)	N.º de ações de formação/sensibilização	70	
		N.º de estudos desenvolvidos	10	
	Promover a I & D nos domínios de intervenção do DGOSI	% de colaboradores participantes	15%	
		N.º de processos modelados e/ou revistos	200	
	Otimizar os processos de governança	Garantir a revisão e melhoria dos processos e documentação de suporte à atividade	N.º de procedimentos/documentação de suporte desenvolvidos e/ou revistos	10
N.º de questionários de avaliação			5	
Aumento da taxa de resposta a questionários SI			25%	
Implementar medidas de avaliação de satisfação dos clientes		Aumento do nível de satisfação dos clientes internos SI	10%	
		N.º de trabalhos de monitorização e/ou análise	30	
		N.º de indicadores identificados	50	
Estabelecer práticas e processos de monitorização, controlo interno e avaliação do desempenho		N.º de auditorias externas	2	
		N.º de auditorias internas	10	
		Melhorar os processos de comunicação e colaboração	N.º de projetos implementados	3
		Promover a capacitação e desenvolvimento das equipas DGOSI	N.º de programas de capacitação concluídos	3
N.º de ações/sensibilizações	45			
Garantir a eficiência e eficácia do sistema de gestão da segurança	Expandir o processo de implementação do SGQ para outras unidades da SCMP	N.º de novas unidades abrangidas	3	
	Desenvolver e implementar um projeto do Risco TI	Taxa de riscos com plano de tratamento	85%	
		% Execução do Projeto	30%	
	Estabelecer e/ou melhorar processos de avaliação do sistema	N.º de procedimentos novos e/ou revistos	10	
	Promover a realização de ações de formação e/ou sensibilização na área da segurança de informação e cibersegurança	N.º de horas em ações/sensibilizações	100	
		N.º de campanhas	12	
		Estabelecer e/ou melhorar práticas e processos de monitorização de incidentes de segurança	% de incidentes tratados	100%
		% de redução dos incidentes de segurança	20%	

Objetivo	Iniciativa	Indicadores	Meta 2024
Otimizar os recursos e capacidades para uma melhor tomada de decisão	Otimizar os instrumentos e metodologias do processo orçamental	N.º de atividades desenvolvidas	14
	Contribuir para a modernização dos sistemas de informação de suporte à gestão	N.º de atividades desenvolvidas	2
	Contribuir para a melhoria da qualidade da informação	N.º de atividades desenvolvidas	4
	Promover a capacitação e atualização de conhecimento de todos os intervenientes	N.º de atividades desenvolvidas	7
	Alargar a cooperação com todos os intervenientes	N.º de atividades desenvolvidas	13
	Realizar análise dos processos TI para identificar oportunidades de melhoria e otimização	N.º de processos revistos e/ou modelados	30
	Adotar e implementar as melhores práticas de gestão de serviços de TI, como o ITIL	Taxa de implementação da metodologia	40%
Promover a sustentabilidade e eficiência dos serviços de TI	Aumento do nível de eficiência e eficácia na prestação de serviços	Taxa de cumprimento do SLA	90%
		Taxa de resolução dos tickets	98%
		Taxa de resolução na primeira linha de suporte	60%
		% redução do tempo médio de resolução de incidentes	10%
	Avaliar e atualizar a infraestrutura de TI para atender às necessidades atuais e futuras da organização	Taxa de implementação de nova infraestrutura	80%
		Diminuir o tempo médio entre falhas da infraestrutura de TI	10%
	Implementar melhorias de desempenho, segurança e disponibilidade dos sistemas.	% Disponibilidade do sistema	99%
	Estabelecer uma metodologia de gestão de projetos de TI	% Projetos TI concluídos com desempenho positivo	95%

Em termos gerais, a área dos Sistemas de Informação (SI) pretende consolidar a estratégia de transição digital da SCMP, bem como melhorar a qualidade do serviço prestado. O foco do SI passará em grande medida por renovar as infraestruturas e postos de trabalho, de forma a permitir continuar a responder ativamente aos desafios diários da instituição. Simultaneamente, pretende-se apostar na avaliação de soluções mais capazes de responder às necessidades dos utilizadores, mais rápidas, intuitivas e práticas.

Para o Controlo de Gestão (CG), a missão é coordenar a elaboração do orçamento, desenvolver instrumentos de controlo da execução orçamental, ao nível dos orçamentos de exploração, investimentos e cabimentação de aquisições, avaliar a evolução das contas, identificando desvios que comprometam os objetivos orçamentais, colaborando com os responsáveis das Unidades Operacionais no desenvolvimento de medidas que mitiguem esses desvios.

A área da Gestão do Risco e Controlo (GRC), cujo objetivo é estabelecer uma cultura sólida de gestão, promovendo a excelência em todas as suas áreas de atuação. Para o ano de 2024, pretende-se otimizar os processos de governança e promover a estratégia de sustentabilidade, numa lógica de acompanhamento, monitorização e articulação com todas as estruturas da SCMP.

O DGOSI desempenha um papel crucial no fortalecimento da instituição e na consecução de seus objetivos estratégicos, estando comprometidos na criação de valor sustentável para a SCMP.





5.4.7. Assuntos Europeus

Posicionamento Estratégico

Apesar das expectativas o ano que passou não gerou os efeitos esperados ao nível da materialização dos instrumentos económicos previstos para o apoio à economia. Assim, ainda a tentar alavancar os efeitos da pandemia, continuamos a viver com a insegurança de uma guerra da Europa, cuja duração e impacto ninguém consegue prever com exatidão.

No panorama macroeconómico, à subida abrupta da inflação e consequente deterioração da economia, junta-se uma crise energética e alimentar, que obriga a pensar novas respostas para novos problemas e grupos vulneráveis. A expectativa gerada pela implementação dos novos instrumentos de financiamento, nomeadamente, Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o quadro financeiro plurianual, Portugal 2030 tem deixado um “amargo de boca”, quer pelo atraso generalizado na abertura dos avisos, quer pela falta de medidas concretas de apoio à economia social. Adicionalmente, a rigidez associada aos instrumentos e medidas desenvolvidas, que continuam a ignorar as mudanças quer ao nível do aumento substancial de preços, quer ao nível da escassez de matérias primas, não desenvolvendo estratégias de aproximação dos instrumentos de financiamento às condições da economia, traduz-se numa perda de oportunidade para as organizações.

Ao nível das necessidades da economia social a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) continua a não produzir os efeitos ansiados e esperados nas organizações comprometendo a sua capacidade de se reinventarem, numa estratégia que, para além de ter requisitos rígidos numa altura em que a flexibilidade é fundamental à sustentabilidade, continua a ter prazos de análise muito dilatados, comprometendo muitas vezes a capacidade de implementação dos projetos pela alteração de preços produzida entre a apresentação da candidatura e a aprovação dos projetos.

Já no que se refere à implementação do quadro financeiro plurianual, Portugal 2030, e apesar de terem sido abertos alguns avisos durante 2023, a sua implementação continua lenta e ainda não foram operacionalizadas medidas específicas para a economia e inovação social, com o consequente impacto na atividade e nos grupos mais vulneráveis.

Assim, o objetivo de 2023 transita para 2024, o qual prevê que em face dos requisitos e regras que vierem a ser adotadas na atribuição de financiamentos às instituições da economia social, informação constante no Plano de Avisos relativo a cada instrumento financeiros e eventuais oportunidades disponíveis, o Gabinete de Assuntos Europeus em conformidade com as orientações estratégicas da Mesa Administrativa e em articulação com os Departamentos e Unidades Operacionais propõe-se a desenvolver os seguintes documentos:

- Plano Diretor para as áreas Social e da Saúde na SCMP, 2024-2030;
- Abordagem da SCMP no acesso e gestão dos instrumentos e oportunidades de financiamento / fundos, 2024-2030.

O Plano Diretor será um documento fundamental para orientar e alinhar as orientações e estratégias definidas pela Mesa Administrativa e os interesses superiores da Misericórdia do Porto, com as oportunidades de financiamento que se prevê que venham a ser disponibilizadas, priorizando áreas e serviços, edificado e equipamentos e edificado, necessidades de investimento e disponibilidades financeiras, permitindo a definição de um plano de ação para cada área considerada prioritária e a consequente antecipação de requisitos e orientações a cumprir, promovendo uma resposta organizacional mais preparada, coesa e articulada, quer interna, quer externamente, aos desafios que se adivinham.

O segundo documento afigura-se, também, como estratégico no sentido de garantir o perfeito alinhamento das necessidades e disponibilidades da Misericórdia do Porto com as oportunidades de financiamento, promovendo uma atuação planeada, concertada e sistemática no desenvolvimento de projetos e respetivas candidaturas, com o objetivo de antecipar e garantir desenvolvimento das condições necessárias e inerentes à realização de investimentos de modo sustentável e a maximização quer dos resultados, quer do valor criado.

O desenvolvimento destes documentos visa a materialização da estratégia da Misericórdia do Porto para os desafios decorrentes das oportunidades de financiamento, possibilitando o desenvolvimento prévio de ações de preparação e capacitação e de parcerias estratégicas, fundamentais para o sucesso da atuação.

Candidaturas a financiamentos

O Gabinete de Assuntos Europeus pretende dar continuidade à estratégia que tem vindo a ser implementada de maximização das oportunidades de financiamento e conciliação das mesmas com os interesses e necessidades da Misericórdia do Porto, com particular incidência nos seguintes instrumentos financeiros, a saber:

- Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal 2021-2026, o qual prevê apoios específicos para todas as áreas estratégicas da Misericórdia do Porto;
- *Portugal 2030*, na expectativa de uma melhor adequação das condições de financiamento às necessidades e especificidades da economia especial;
- Horizonte Europa, Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia, com prioridades ao nível da saúde e envelhecimento ativo.

De especial interesse durante 2024 serão, também, os resultados dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos pela Comissão Europeia, nomeadamente com a implementação do “Plano de Ação para a Economia Social” no qual propôs um conjunto de medidas destinadas a criar condições que permitam à economia social cumprir o seu potencial e contribuir para um crescimento justo, sustentável e inclusivo. Na implementação deste Plano de Ação assume particular a recomendação de junho de 2023 da Comissão Europeia com um pacote medidas de apoio à economia social, o qual visa a *criação de condições favoráveis para que as organizações da economia social prosperem e cresçam*, nomeadamente:

- *Conceber políticas do mercado de trabalho* que apoiem os trabalhadores das empresas sociais (por exemplo, através da formação), promovam o empreendedorismo social e assegurem condições de trabalho justas através do diálogo social e da negociação coletiva.
- *Reconhecer o papel da economia social na inclusão social*, por exemplo, dar acesso a habitação e serviços sociais e de prestação de cuidados acessíveis e de elevada qualidade, em especial para os grupos desfavorecidos.
- *Melhorar o acesso ao financiamento público e privado*, incluindo aos fundos da UE.
- *Permitir o acesso às oportunidades de mercado e à contratação pública.*
- *Aproveitar as oportunidades proporcionadas pelas regras em matéria de auxílios estatais* para apoiar a economia social, incluindo disposições relativas aos auxílios a empresas em fase de arranque, à reintegração de trabalhadores desfavorecidos e ao apoio às infraestruturas locais.
- *Assegurar que os sistemas fiscais apoiam a economia social*, através da simplificação dos procedimentos ad-

ministrativos e da ponderação de incentivos fiscais concedidos de forma adequada.

- *Sensibilizar para a economia social e os seus contributos*, nomeadamente através de investigação e dados.

Adicionalmente, a Comissão recomenda igualmente que os Estados-Membros otimizem a utilização do financiamento disponível da UE, como o *Fundo Social Europeu Mais*, o *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional* e o InvestEU para ajudar os Estados-Membros a promover a economia social.

No âmbito da recomendação apresentada e conforme previsto no “Plano de Ação para a Economia Social”, a Comissão está a preparar o lançamento do “*Portal para a Economia Social*”, um sítio Web de balcão único que dá às entidades da economia social informações sobre financiamento da UE, oportunidades de formação, eventos, informações específicas por país e onde encontrar recursos adicionais, como instrumento para o reforço das capacidades.

Estas propostas terão de ser analisadas e aprovadas pelos Estados-Membros com vista à sua adoção. Uma vez aprovada, os Estados-Membros são convidados a adotarem ou atualizarem as suas estratégias nacionais para a economia social no prazo de 18 meses. A Comissão Europeia recomenda igualmente aos Estados-Membros a criação de um balcão único de apoio à economia social, a criação de pontos de contacto locais e/ou regionais que atuem como “embaixadores da economia social” e a nomeação de coordenadores da economia social nas instituições nacionais, a fim de assegurar a coerência entre as diferentes políticas.

Apesar de não se prever impacto desta recomendação durante o ano de 2024, é importante o acompanhamento sistemático do seu desenvolvimento, uma vez que a sua eventual adoção marcará uma importante viragem na economia social e a Misericórdia do Porto, enquanto instituição de referência nesta área, terá, certamente, um papel relevante nesta viragem.

Gestão física e financeira de projetos financiados

Esta é, também, uma área eminentemente estratégica e que constitui um importante desafio em 2024 do Gabinete de Assuntos Europeus, mantendo-se, como principais objetivos:

- Assegurar a conformidade dos projetos com os normativos em vigor, durante todo o seu ciclo de vida;
- Assegurar a racional e eficiente utilização de recursos e meios;
- Assegurar a monitorização da execução física e financeira dos projetos;
- Estabilização dos fluxos de informação, física e financeira, fundamentais para uma ação mais ágil por parte de todos os intervenientes;
- Implementar práticas de reembolso de despesas mais céleres, contribuindo para a diminuição do esforço de tesouraria;
- Monitorizar o cumprimento dos objetivos e metas contratualizadas.

O documento de suporte à gestão de projetos financiados, “Metodologia de Gestão Física e Financeira de Projetos Financiados”, desenvolvido com o objetivo de clarificar etapas e responsabilidades, tem-se vindo a deparar com um conjunto significativo de constrangimentos quer ao nível da articulação interna e externa, quer ao nível do aumento sistemático das exigências das entidades reguladoras e financiadoras. Não tendo sido possível a sua realização em 2023, por escassez de recursos, o Gabinete de Assuntos Europeus prevê para 2024:

- Revisão da “Metodologia de Gestão Física e Financeira de Projetos Financiados”, com vista a fazer refletir as alterações verificadas ao nível da regulamentação dos mecanismos de financiamento e, simultaneamente, nos procedimentos e práticas da Misericórdia do Porto;
- Definição e implementação do “Plano de Verificação da Conformidade” dos projetos em curso, visando a verificação sistemática dos projetos já desenvolvidos e/ou em fase de implementação, com o objetivo de garantir a conformidade na execução física e financeira com a regulamentação e orientações aplicáveis, assegurando as inerentes condições de rastreabilidade e a existência do conjunto de evidências definido;
- Elaboração de “Relatório Final de Execução” no prazo de seis meses após a aprovação do Pedido de Saldo Final, que agregue toda a informação relevante sobre a execução física e financeira do projeto, incluindo eventuais desvios e/ou constrangimentos e possibilite a identificação de recomendações e/ou orientações sobre procedimentos e/ou práticas a manter e/ou a eliminar.

Também prioritário neste âmbito tem sido o trabalho inerente ao encerramento da execução física e financeira dos projetos, garantindo a resposta integral aos requisitos físicos e financeiros contratualizados, incluído a concretização das respetivas metas, e a eficiência e eficácia na utilização dos recursos disponíveis, com o reembolso das despesas inerentes

Projetos em Curso

O GAE irá continuar a gerir os seguintes projetos:

- *IEFP/ Formação Profissional CIAD*, dando continuidade à implementação do formativo 2022-2025. Parcialmente financiado pelo Portugal 2020, aguarda-se a abertura de novo instrumento de financiamento para os anos de 2024 e 2025. Prevê-se, também, a abertura no final de 2024 de novo quadro de financiamento desta tipologia de projetos, a qual deve produzir algumas mudanças ao nível das condições, critérios e requisitos;
- *Fundação LaCaixa – Projetos Humaniza e Incorpora*, sendo relevante continuar o trabalho de otimização de recursos no sentido de maximizar as condições do financiamento;
- *Fundação LaCaixa – Programa Sempre Acompanhados Porto* – negociação da continuidade do de projeto piloto que se encontra a ser implementado na freguesia do Bonfim;
- *Programa Chaves de Afetos*, estando prevista a conclusão dos atuais acordos financeiros com os Municípios da Maia, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia no final de 2024, é importante rever a estratégia de sustentabilidade do projeto e renegociar novas condições à sua continuidade, as quais podem envolver a abordagem a outros municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP), alargar a abrangência de beneficiários e serviços, numa aposta consolidada na inovação e sustentabilidade.
- *ProMuseus – Catálogo Digital dos Retratos do MMIPO*, projeto que visa criar condições ao desenvolvimento e disponibilização do catálogo digital do MMIPO, começando pelos retratos dos benfeitores, permitindo uma maior disseminação do importante património cultural da Misericórdia do Porto.



5.4.8. Assuntos Jurídicos e Contencioso

O Plano de Atividades, e o respetivo Orçamento que o acompanha, são instrumentos essenciais da gestão do Gabinete de Assuntos Jurídicos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, e têm como principais objetivos generalistas:

- **Definir uma estratégia de gestão**, fixando orientações gerais de médio e curto prazo, assim como os objetivos que se pretende atingir, bem como identificar eventuais constrangimentos na concretização dos mesmos;
- **Identificar as medidas ou programas de execução**, estabelecendo prioridades;
- **Afetar e mobilizar recursos humanos e financeiros** para o efeito.

O presente Plano foi elaborado em consonância com as atribuições, competências e modelo organizacional da Santa Casa da Misericórdia do Porto, nos termos que se encontram dispostos na Estatuto Orgânico da Instituição.

O Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso (GAJC) assegura a assessoria jurídica a todos os Órgãos Sociais, Unidades Operacionais e Departamentos que compõem a Santa Casa da Misericórdia do Porto, tratando das questões legais inerentes ao desempenho da atividade institucional, e, ainda, assegura o patrocínio judicial da Instituição, perante as várias instâncias judiciais e extrajudiciais, procurando, sempre, dar uma resposta organizada, especializada, célere e rigorosa, ao aumento das solicitações, agregando o máximo de áreas de atuação possível para atingir os objetivos pretendidos.

Tendo a Instituição um vasto leque de áreas de intervenção, as especificidades de cada Unidade operacional, exigem do Gabinete um esforço para dar resposta a todas as solicitações diárias, o que se prevê que continue.

Assim, o GAJC é essencial:

- Na prestação de assistência técnica-jurídica às Unidades Operacionais, Departamentos, Gabinetes e outros serviços da SCMP;
- Na organização e preservação do património e arquivo normativo da SCMP;
- Gestão e monitorização da documentação com relevância vinculativa das diversas áreas de negócios, designadamente, contratos e protocolos;

- Na elaboração e preparação dos atos de autenticação e de registo, designadamente, procurações, termos de autenticação e reconhecimento de assinaturas, certificação de documentos; assegurar a legalidade dos processos e representação e patrocínio da Instituição em sede judicial.

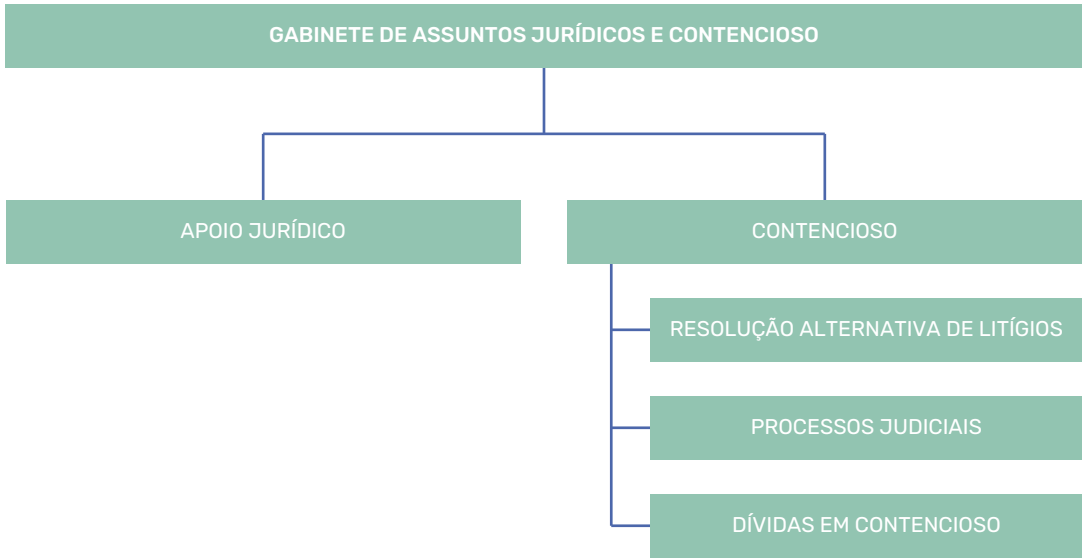
Para melhor alcance da atuação do Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso, apresenta-se infra, um quadro indicativo das atividades que desenvolvemos juntos dos respetivos departamentos e unidades operacionais:

- Patrocínio em processos judiciais, administrativos, de arbitragem e contraordenacionais;
- Elaboração, Validação e Monitorização de Contratos, Protocolos, Aditamentos, entre outros;
- Elaboração de pareceres;
- Elaboração de regulamentos;
- Tramitação de processos de maior acompanhamento das U.O.: início de processos judiciais, acompanhamento, monitorização, atualização de medidas de acompanhamento e, articulação com diversas entidades públicas;
- Monitorização da legislação em vigor referente à respetiva área de atuação;
- Cobranças dívida em Contencioso;
- Acompanhamento e Apresentação de contraditório de reclamações das U.O.;
- Boletim Normativo.

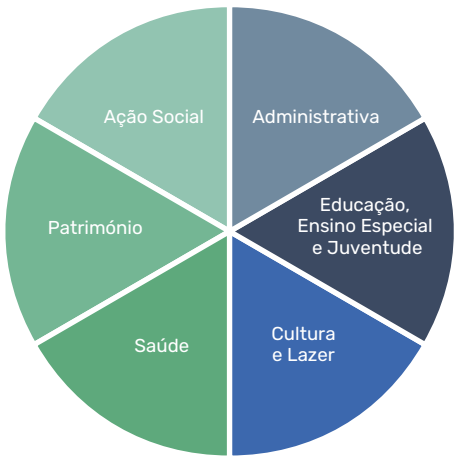
O GAJC conta, atualmente com três colaboradoras que, embora exclusivamente afetas a este Gabinete, estão em alerta permanente de modo a dar uma resposta célere e sucinta às perguntas ou dúvidas colocadas de todas as UO.

Esta Coordenação preconiza, ainda, a transparência e otimização dos processos administrativos de forma a garantir a maior eficácia e satisfação dos clientes internos, assim como, mantém o nível de comprometimento dos colaboradores, mediante ações que fomentem o espírito de equipa e envolvimento na Instituição.

De acordo com o instituído internamente, o Gabinete de Assuntos Jurídicos encontra-se estruturado da seguinte forma.



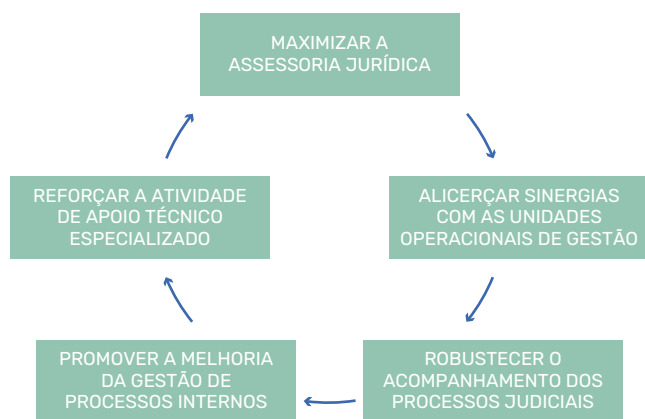
No âmbito das suas competências o GAJC presta serviços de garantia e consultoria jurídica à gestão administrativa da SCMP, conforme quadro infra:



As atividades que se preveem para o ano de 2024, vêm no seguimento do previsto nos anos anteriores, realçando-se as relativas à promoção do papel fundamental do Gabinete Jurídico e Contencioso na vida da Instituição, bem como a manutenção dos programas e ações de formação e desenvolvimento dos profissionais afetos ao GAJC no que concerne às áreas de interesse da SCMP, e ações que promovam uma cultura jurídica e de aperfeiçoamento da elaboração do direito, que se mantém com prioridade no leque de atividades a desenvolver.

De referir que prevê-se que o ano de 2024 traga um aumento no fluxo das atividades do GAJC, dada a complexidade e abrangência cada vez mais evidenciada da Instituição na sua atuação, pelo que os trabalhos em desenvolvimento e os que ainda se iniciarão, repercutir-se-ão num maior esforço e empenho por parte dos colaboradores.

De forma a cumprir o seu propósito e a estratégia planeada para o ano de 2024, o Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso definiu **cinco objetivos estratégicos**:



OBJETIVO 1: MAXIMIZAR A ASSESSORIA JURÍDICA PRESTADA ÀS U.O.

Os processos que estão sob gestão do GAJC têm, como objeto principal, a consultadoria jurídica, aos vários órgãos, unidades operacionais e departamentos da SCMP e, que em regra, culminam com a emissão de parecer jurídico.

Contudo, a atividade do GAJC não se esgota com esta intervenção, tendo, especial expressão, nos processos internos, em áreas operacionais particularmente relevantes e críticas para a SCMP.

Existe, igualmente, uma atividade de consulta direta e ocasional, sempre útil para que os serviços se sintam confortáveis nas propostas e decisões que têm que formular.

O acompanhamento que se pretende fazer desta atividade, passa por gerir a capacidade de resposta aos assuntos dentro das prioridades definidas e dos prazos estabelecidos.

OBJETIVO 2: ALICERÇAR SINERGIAS COM AS UNIDADES OPERACIONAIS DE GESTÃO

Num mundo em constante evolução, quer ao nível digital, quer ao nível estratégico e intelectual, cada vez mais se torna prioritária a complementaridade das mais vastas áreas de intervenção para a multidisciplinariedade dos grupos de trabalho afetos a determinadas áreas e projetos.

Nessa medida, é intenção do GAJC promover o esforço coordenado de vários profissionais na realização de trabalhos em equipas multidisciplinares, contribuindo para uma melhoria de toda a atividade institucional.

OBJETIVO 3: ROBUSTECER O ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS

A atividade judicial centra-se no exercício do patrocínio judicial e assistência jurídica aos processos de contencioso.

É uma atividade sujeita ao cumprimento de prazos processuais rigorosos, seja em função do tipo de processo judicial em causa, seja em função da fase processual em que o mesmo se encontra, sendo que o incumprimento dos prazos processuais, poderá implicar, responsabilidade para a Instituição, nomeadamente, de natureza financeira.

No contexto da gestão dos processos de contencioso, e em consonância com as melhorias implementadas nos anos antecedentes, pretende-se dar continuidade à excelente articulação com os Departamentos e Unidades Operacionais, no planeamento estratégico a adotar nos processos judiciais, bem assim, uma melhoria na gestão, monitorização e atualização dos mesmos

É intenção do GAJC, promover o encerramento de muitos processos de dívida em contencioso iniciados no ano transato, quer por via da recuperação total, quer por decisão de arquivamento, mediante o reconhecimento da incobrável dos respetivos débitos.

Prevê-se, de igual modo, a promoção e instauração de novas execuções para todos os processos de recuperação de verbas que se mostrarem em aberto, para cobrança coerciva dos respetivos valores.

OBJETIVO 4: PROMOVER A MELHORIA DA GESTÃO PROCESSOS INTERNOS

Naturalmente, tendo a Instituição um vasto leque de áreas de intervenção, as solicitações diárias são cada mais específicas, mais complexas, em maior número, constatando-se, muitas das vezes, pedidos/pareceres urgentes, em matérias que implicam um maior estudo e dedicação de tempo a essas questões.

Daí resulta um imenso volume de trabalho diário, que implica reajustes sistemáticos da gestão de prioridades de toda a equipa, para uma resposta em tempo útil, bem como a necessidade de efetuarmos um reforço dos critérios de definição de gestão de prioridades dos assuntos remetidos ao GAJC.

Nesta medida, pretende-se promover ativamente a imple-

mentação de processos para a definição de critérios mais exigentes e de maior responsabilização por parte das Unidades Operacionais e Departamentos, no envio de determinados assuntos a submeter para avaliação, contribuindo assim, para a redução de incidentes processuais e/ou incumprimento. De igual modo, promover, dando a conhecer às Unidades Operacionais, os procedimentos internos já implementados, reforçando a cooperação institucional.

OBJETIVO 5: REFORÇAR A ATIVIDADE DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO

Compete ao GAJC assegurar, todos os direitos e obrigações da SCMP, promovendo, a articulação com os parceiros externos por forma a acompanhar o desenvolvimento dos tempos e de todos projetos institucionais.

É, pois, essencial, reforçar a atividade do GAJC e dos seus colaboradores, num apoio técnico mais especializado e competente face às constantes mudanças do ordenamento jurídico português e internacional.

Neste contexto, cumpre ao GAJC, no âmbito das suas competências, assegurar e promover, em estreita colaboração com as demais UO para atualização e melhoria dos processos e contratos nas mais variadas áreas de intervenção da Instituição

CONSTRANGIMENTOS

Muito embora toda a equipa se pautar por uma organização e competência adequadas às suas funções técnicas, reconhecemos que uma das maiores dificuldades com que nos deparamos, passa por dar uma resposta célere face ao elevado número de solicitações diárias, considerando o caráter minucioso e complexo das questões de Direito que vão, naturalmente, surgindo.

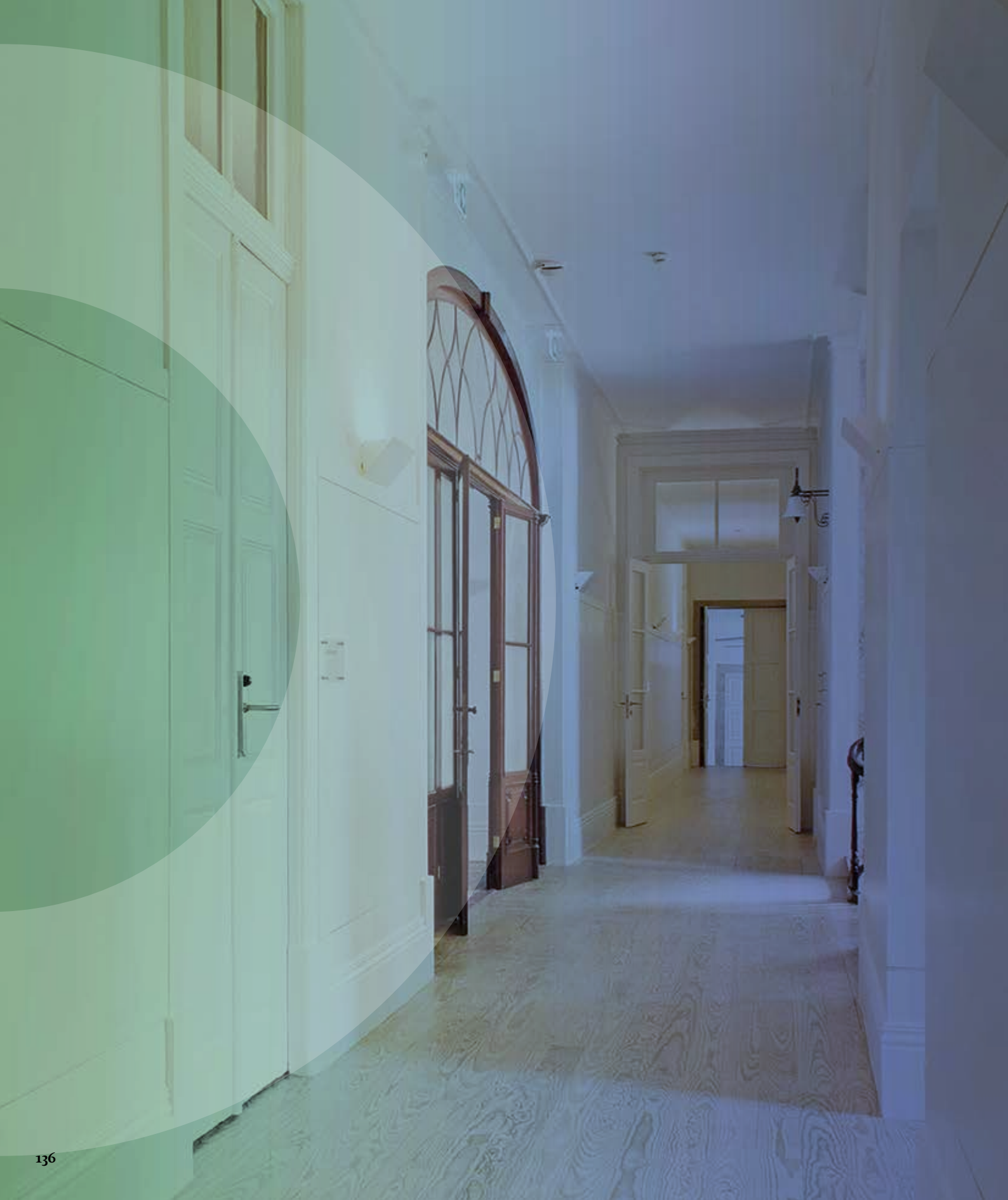
Os reajustes na gestão de prioridades do gabinete têm sido adaptados ao longo dos últimos anos, consoante as necessidades da Instituição.

ORÇAMENTO

O presente Orçamento foi elaborado no pressuposto daquilo que já foi aplicado nos anos precedentes, relativamente às despesas afetas ao GAJC, mantendo-se, a necessidade premente dos recursos humanos, informáticos e de material de escritório, livraria e atualização de normativos – uma vez que no ano antecedente não se concretizou, refletindo nas seguintes despesas previstas para o GAJC para o ano de 2024:

RECURSOS HUMANOS	ORÇAMENTO 2024
Colaboradores	65.000,00 €
RECURSOS INFORMÁTICOS	ORÇAMENTO 2024
Telemóvel e Cartão de Dados	300,00 €
Monitor	500,00 €
Licença Rigorbiz	400,00 €
MATERIAL DE ESCRITÓRIO, LIVRARIA E NORMATIVOS	ORÇAMENTO 2024
Material de escritório	500,00 €
Livros, manuais, normativos	500,00 €





5.4.9. Data Protection Officer

Modelo de Governança da Proteção de Dados:

Missão

Consolidação de uma cultura de Proteção de Dados e monitorização da conformidade das atividades e procedimentos da SCMP com o Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável, disponibilizando para tal, um conjunto de conceitos e informações de boas práticas, divulgação de Políticas, emissão de pareceres ou orientações, aconselhamento na Avaliação e Tratamento do Risco, e promovendo ações de sensibilização e formação.

Principais Competências

O DPO prossegue as competências definidas no RGPD, relacionadas com a segurança e proteção de dados, nomeadamente:

- Controlar e regular a conformidade do tratamento;
- Prestar aconselhamento e controlar a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados;
- Cooperar com a autoridade de controlo;
- Ponto de contacto para os titulares dos dados.

Caraterização do Ambiente Interno e Externo

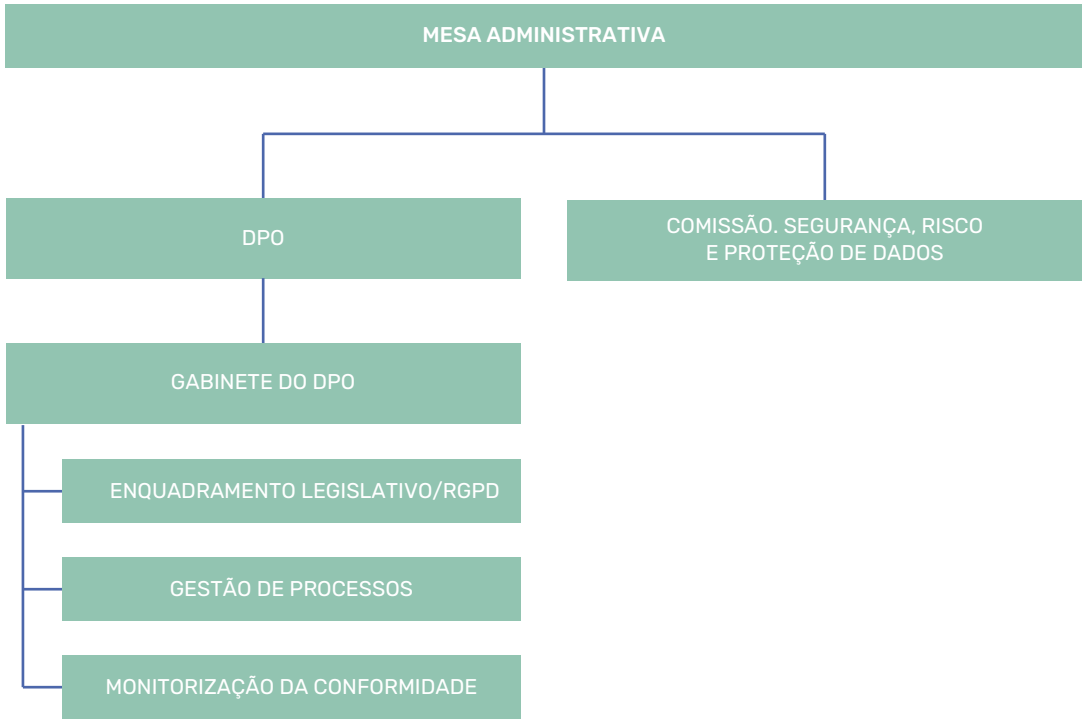
Principais utilizadores/destinatários

As atividades desenvolvidas pelo DPO destinam-se, fundamentalmente, às seguintes entidades:

Clientes/Utentes, Colaboradores, Subcontratantes e Entidades Parceiras.



Organograma do Gabinete do DPO



Enquadramento

Desde a sua criação, tem havido um esforço de consolidação do modelo de Governança do Gabinete do DPO, que se desenvolve em três planos:

• **Enquadramento Legislativo/RGPD**

O carácter multivalente da SCMP, implica que a sua atividade se desdobre em diversas áreas, sendo necessário o tratamento de diversos tipos de dados pessoais, nomeadamente, os pertencentes às categorias especiais de dados (dados sensíveis), tais como os dados de saúde ou dados biométricos.

Esta abrangência no tratamento de dados pessoais, implica o conhecimento de uma diversidade de diplomas legais, nacionais e internacionais, para além do RGPD e da Lei de Execução nº 58/2019, tais como o Regulamento Arquivístico para os Hospitais, a lei de Saúde Mental ou a Lei de Acesso a Informação de Saúde, entre muitos outros.

As relações contratuais com fornecedores e parceiros, são analisadas em conformidade com a legislação de Proteção de Dados em vigor. Com esse fim, o Gabinete do DPO elab

ora Acordos de Subcontratante ou de Responsabilidade Conjunta, caso se tratem contratos de Prestação de Serviços ou Acordos de Parceria, respetivamente.

• **Gestão de Processos**

O RGPD, estabelece um conjunto de direitos que assistem ao Titular dos Dados Pessoais, nomeadamente os direitos ARCO (acesso, retificação, cancelamento e oposição), bem como, de obrigações do Responsável pelo Tratamento e Subcontratantes, tais como o Registo de Atividades de Tratamento ou as Avaliações de Impacto sobre Proteção de Dados.

Com o objetivo de garantir o exercício dos direitos dos Titulares dos dados e o cumprimento das obrigações do Responsável pelo Tratamento e Subcontratantes, foi desenhado um conjunto de processos, cuja gestão cabe ao Gabinete do DPO.

• **Monitorização da Conformidade**

Para assegurar o cumprimento do Princípio da Responsabilidade (“accountability”), segundo o qual o Responsável pelo Tratamento tem de cumprir com o RGPD e poder

comprová-lo, o DPO, no âmbito das suas funções, solicita a realização de auditorias internas de Proteção de Dados, o que permite reunir um conjunto de evidências e tomar medidas corretivas, no sentido de alinhar a Instituição em conformidade com o RGPD.

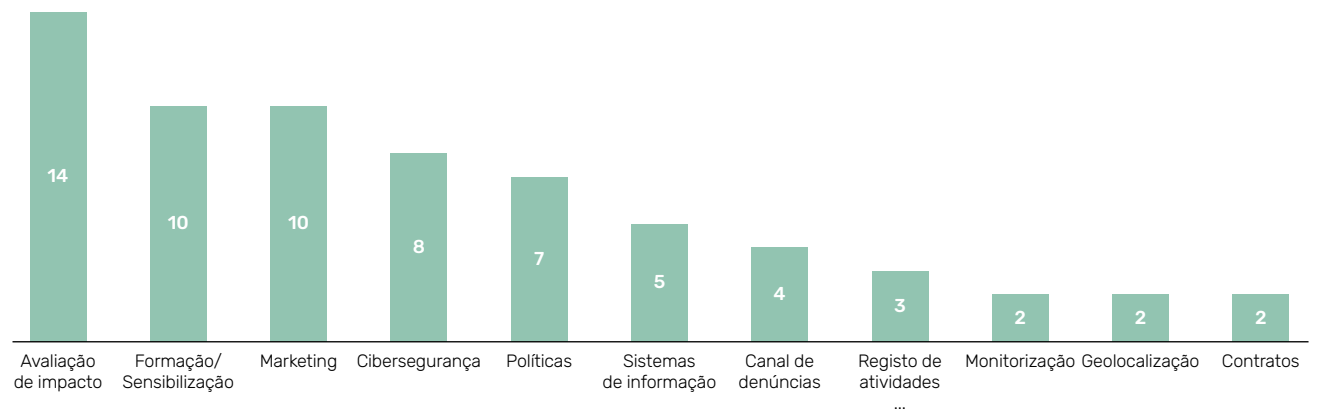
O mesmo acontece com as AIPD, que devem ter o parecer e o controle do DPO.

Por outro lado, o DPO pode monitorizar a conformidade nas várias UO's, através da presença "in loco" de membros

da sua equipa, que podem aconselhar e/ou corrigir as práticas de Tratamento de Dados Pessoais, de acordo com a legislação em vigor.

O DPO, pode ainda recorrer à Comissão de Segurança, Risco e Proteção de Dados, que funciona como órgão consultivo, reunindo, assim, diferentes sensibilidades e abordagens sobre a temática da Proteção de Dados, nomeadamente na perspetiva Jurídica, de Recursos Humanos, Tecnologias de Informação, Saúde e outras.

Assuntos debatidos na Comissão de Segurança, Risco e Proteção de Dados



Objetivos

Para 2024, definem-se a seguir os seguintes objetivos:

1. Aperfeiçoamento do modelo de Governança da Proteção de Dados, com especial incidência na Gestão de Processos e Monitorização da Conformidade;
2. Prosseguir com o acompanhamento das ações de sensibilização/formação sobre Proteção de Dados Pessoais;
3. Continuar a dedicar especial atenção na aferição da necessidade e acompanhamento das Avaliações de Impacto sobre Proteção de Dados;
4. Manter o canal de partilha de conhecimentos, criado através do Grupo de Trabalho formado por DPO's do setor da Saúde, e outros.



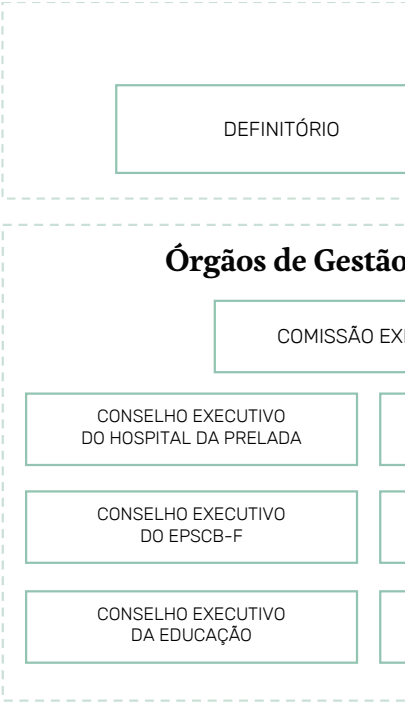
5.5. Referências Finais

O Plano de Atividades e o Orçamento apresentado para 2024 assume um compromisso com a Irmandade. Esse compromisso consubstancia-se numa palavra: trabalho. Esse trabalho não será possível sem o empenho de toda a nossa comunidade: Irmãos, dirigentes, quadros e colaboradores. Não procuramos fazer um Orçamento fácil, antes um Orçamento mais exigente que vai obrigar a uma execução rigorosa. Esperamos, ao longo de 2024, poder cumprir a deliberação da Assembleia Geral de alienação do terreno do Candal e encontrar os recursos para os investimentos necessários à modernização dos nossos equipamentos e consolidar a próxima década.

Será um ano de fim de ciclo da atual Mesa Administrativa, que esperamos seja também a confirmação de toda uma estratégia que a Irmandade tem sufragado.

A todos aqueles que connosco partilham esta ideia de Misericórdia, o nosso agradecimento pela confiança demonstrada e o empenho pela solidariedade enunciada.

ORGANOGRAMA GERAL



Corpos Gerentes

MESA ADMINISTRATIVA

ASSEMBLEIA-GERAL

Gestão Estratégica

Executiva

CONSELHO EXECUTIVO
ARTES E CULTURA

CONSELHO EXECUTIVO
SOCIAL

CONSELHO EXECUTIVO
DO CHCF

Órgãos de Acompanhamento
e Apoio à Gestão Estratégica

COMISSÃO DE ÉTICA

COMISSÃO DE AUDITORIA

COMISSÃO DE SEGURANÇA,
RISCO E PROTEÇÃO DE DADOS

COMISSÃO DA TRANSIÇÃO
DIGITAL E MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

COMISSÃO DE PROGRAMAS
E PROJETOS

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
PRELIMINAR DE DECISÕES DE
INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

Unidades Operacionais

ARTES E CULTURA	CULTO	PATRIMÓNIO	EDUCAÇÃO	MULHER	SAÚDE	SOCIAL, ENVELHECIMENTO E JUVENTUDE
MUSEU DA MISERICÓRDIA DO PORTO – CONDE DE SAMODÃES	GABINETE RELIGIOSO E DE CULTO	PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO	COLÉGIO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	CASA DE SANTO ANTÓNIO	CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA	DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL
CENTRO CULTURAL D. FRANCISCO DE NORONHA – CASA DA PRELADA	IGREJA PRIVATIVA	RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS			HOSPITAL DA PRELADA	UNISA
BIBLIOTECA DO CHCF	CEMITÉRIO PRIVATIVO	PATRIMÓNIO OPERACIONAL				ERPI NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA
ARQUIVO INTERMÉDIO	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	PATRIMÓNIO SOCIAL				ERPI PEREIRA DE LIMA
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA	AMBIENTE	DEFICIÊNCIA E ENSINO ESPECIAL	EMPREGO PROTEGIDO	JUSTIÇA		ERPI SÃO LÁZARO
QUINTA D'ALVA	PARQUE DA PRELADA	CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA	CENTRO PROFESSOR ALBUQUERQUE E CASTRO	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO – FEMININO		SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
	PARQUE AVIDES MOREIRA		ARTES GRÁFICAS E SERVIÇOS DE IMPRENSA			CASA DA RUA – D. LOPO DE ALMEIDA
						CAS D. MANUEL MARTINS
						BARÃO DE NOVA SINTRA – FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO





ORÇAMENTO

Output macro | Orçamento 2024

Exploração

Rendimentos Operacionais: **65,81 M€**

Gastos Operacionais: **67,07 M€**

EBITDA: **2,74 M€**

Resultado Líquido: **-1,26 M€**

Investimento

Edifícios e Outras Construções : **2,69 M€**

Equipamento Básico: **0,58 M€**

Equipamento Administrativo: **0,31 M€**

Outros: **0,22 M€**

O investimento poderá crescer **2 M€** com recurso a financiamento externo.



Notas Interpretativas

Modelo Analítico:

O Orçamento para 2024 apresenta um modelo analítico assente em **11 Áreas de Exploração**, a saber:

Saúde | Património de Rendimento | Social | Juventude | Artes e Cultura | Ensino Especial | Educação | Ambiente | Agricultura | Justiça | Projetos Especiais

Nestas **Áreas de Exploração** encaixam-se diversos **Centros de Resultados** agrupados pela natureza da sua atividade:

Saúde: **Hospital da Prelada | Centro Hospitalar Conde Ferreira**

Património de Rendimento: **Complexos | Residências | Outros imóveis na Zona do Porto | Imóveis de Concelhos Fora do Porto | Parque de Estacionamento**

Social: **ERPI's | Casa Rua | C. S. António | CAS DMM | SAD | DIS | UNISA (Serviço de Saúde) | Apartamentos Partilhados | SAASI**

Juventude: **Acolhimento Familiar**

Artes e Cultura: **Museu | Casa da Prelada | Gabinete Religioso e Culto | Centro de Restauro**

Ensino Especial: **Centro Integrado Apoio à Deficiência | Centro Prof. Albuquerque e Castro**

Educação: **Colégio N. Senhora da Esperança**

Ambiente: **Parque Avides Moreira | Parque da Prelada**

Agricultura: **Quinta D'Alva**

Justiça: **Estabelecimento Prisional S.C. Bispo - Feminino**

Projetos Especiais: **Humaniza | Incorpora | Chave de Afetos | Sempre Acompanhados Porto | POISE**

Estas Áreas de Exploração/Centro de Resultados (AE/CR) suportam parte da sua atividade nos **Serviços Partilhados e Corporativos da SCMP (SPeC)** que oferecem serviços especializados transversais a toda a operação, a saber:

Contabilidade e Finanças | Recursos Humanos | Gestão Administrativa e Patrimonial | Gestão Organizacional e Sistemas de Informação (Controlo de Gestão - Compliance - Gestão de Projetos e Risco - Ambiente e Qualidade - Tecnologias de Informação) | Auditoria Interna | Jurídico e Contencioso | Institucionais e Estrutura.

Na leitura das Demonstrações dos Resultados numa ótica analítica compete às AE/CR apresentarem os seus resultados económicos e financeiros assentes numa lógica de contabilização direta da sua operação aos quais terão, obviamente, de acrescer os serviços partilhados e corporativos atrás referidos.

Esta Imputação de gastos e rendimentos dos SPeC pelas AE/CR das unidades operacionais da SCMP tem sido prática nos últimos exercícios (2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023).

O Orçamento de 2024 mantém essa regra atendendo aos princípios da comparabilidade, consistência e coerência.

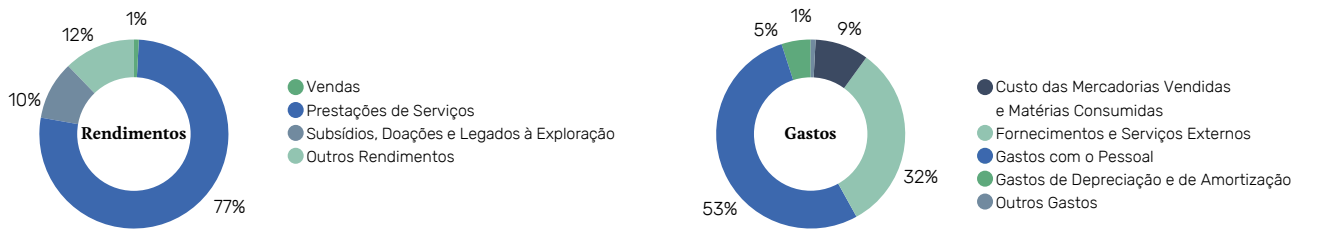
Numa perspetiva de melhorar a cada ano a apresentação das Demonstrações dos Resultados optou-se, em 2019, pela referida imputação em rubrica autónoma da conta **Fornecimentos e Serviços Externos**, evidenciando assim o cariz de serviço prestado. Este procedimento mantém-se em 2024.

Assim, na análise dos mapas apresentados a seguir deve-se ter em conta que o resultado por **Área de Exploração** contém as respetivas **imputações**. Contudo, foi incluída neste documento uma Demonstração de Resultados Consolidada por Natureza (considerando os SPeC como mais uma área de exploração) para uma melhor perceção da evolução por rubrica de gastos e rendimentos.

O mapa referente às demonstrações dos resultados dos SPeC é meramente informativo e apresenta a distribuição da referida imputação pelas diferentes Áreas de Exploração.

Consolidado Por natureza de gastos e rendimentos	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	59 670 649 €	60 968 982 €	62 265 814 €	65 812 578 €
Vendas	510 092 €	535 215 €	557 260 €	611 569 €
Prestações de Serviços	42 239 406 €	44 965 802 €	46 317 419 €	50 181 834 €
Variação nos Inventários da Produção	12 275 €	-6 420 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	254 603 €	188 962 €	228 639 €	165 072 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	7 225 625 €	7 089 636 €	7 547 566 €	6 807 948 €
Reversões	140 322 €	559 616 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	34 323 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	9 233 169 €	7 618 716 €	7 607 052 €	8 029 413 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	20 835 €	17 453 €	7 878 €	16 742 €
GASTOS	-64 096 432 €	-64 457 092 €	-66 190 196 €	-67 069 769 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-6 242 703 €	-5 956 891 €	-6 514 723 €	-6 212 507 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-18 050 043 €	-19 461 259 €	-20 167 188 €	-21 078 648 €
Gastos com o Pessoal	-34 242 478 €	-34 368 788 €	-35 182 474 €	-35 319 426 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-3 810 705 €	-3 692 420 €	-3 490 692 €	-3 677 435 €
Perdas por Imparidade	-198 417 €	-196 658 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	-41 404 €	-27 761 €	0 €	0 €
Provisões do Período	-69 413 €	0 €	-150 000 €	-75 000 €
Outros Gastos	-1 374 489 €	-664 363 €	-555 657 €	-372 644 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-66 781 €	-88 951 €	-129 462 €	-334 109 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-4 425 783 €	-3 488 110 €	-3 924 382 €	-1 257 191 €

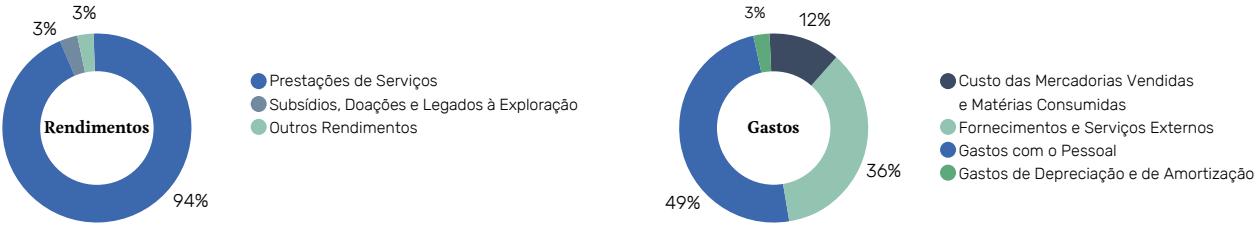
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Saúde*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	40 499 878 €	42 123 873 €	42 380 813 €	45 510 573 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	36 875 923 €	38 800 871 €	39 549 538 €	42 843 324 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 438 043 €	1 436 974 €	1 354 020 €	1 389 149 €
Reversões	97 765 €	285 399 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	2 088 147 €	1 599 667 €	1 477 255 €	1 278 100 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	962 €	0 €	0 €
GASTOS	-43 052 691 €	-43 196 527 €	-43 370 248 €	-45 079 761 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-5 373 216 €	-5 154 407 €	-5 534 118 €	-5 446 857 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-13 857 503 €	-15 066 005 €	-15 110 335 €	-16 230 064 €
Gastos com o Pessoal	-21 523 390 €	-21 378 625 €	-21 301 517 €	-21 951 334 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-1 460 572 €	-1 352 114 €	-1 136 288 €	-1 201 598 €
Perdas por Imparidade	-115 776 €	-12 790 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	-100 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-718 265 €	-222 762 €	-286 173 €	-228 046 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-3 869 €	-9 824 €	-1 817 €	-21 862 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-2 552 813 €	-1 072 655 €	-989 435 €	430 812 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Hospital da Prelada | Centro Hospitalar Conde Ferreira

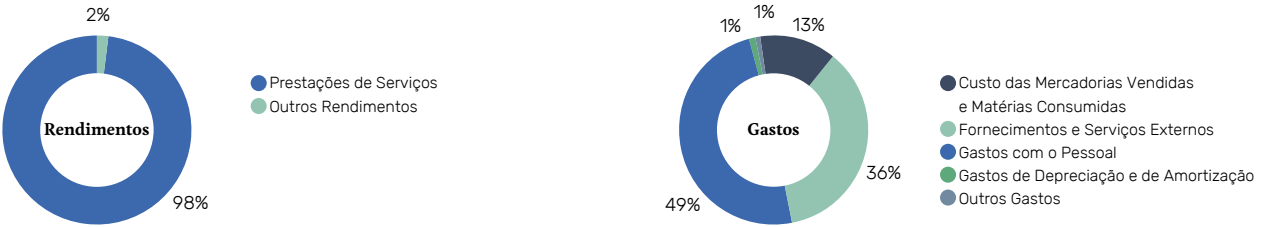
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Hospital da Prelada	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	34 121 518 €	35 968 412 €	36 182 724 €	38 678 001 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	32 823 563 €	34 691 285 €	35 395 214 €	37 974 591 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	3 251 €	13 559 €	0 €	5 328 €
Reversões	52 242 €	265 626 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	1 242 462 €	997 941 €	787 510 €	698 082 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-35 124 875 €	-35 077 576 €	-35 345 749 €	-37 050 936 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-4 802 806 €	-4 618 947 €	-5 027 568 €	-4 926 341 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-11 393 633 €	-12 207 542 €	-12 352 540 €	-13 307 967 €
Gastos com o Pessoal	-17 382 321 €	-17 484 806 €	-17 349 935 €	-18 145 845 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-742 199 €	-627 644 €	-417 614 €	-463 109 €
Perdas por Imparidade	-104 047 €	-989 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-696 051 €	-128 454 €	-196 723 €	-187 748 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-3 818 €	-9 193 €	-1 369 €	-19 926 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 003 357 €	890 836 €	836 975 €	1 627 065 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

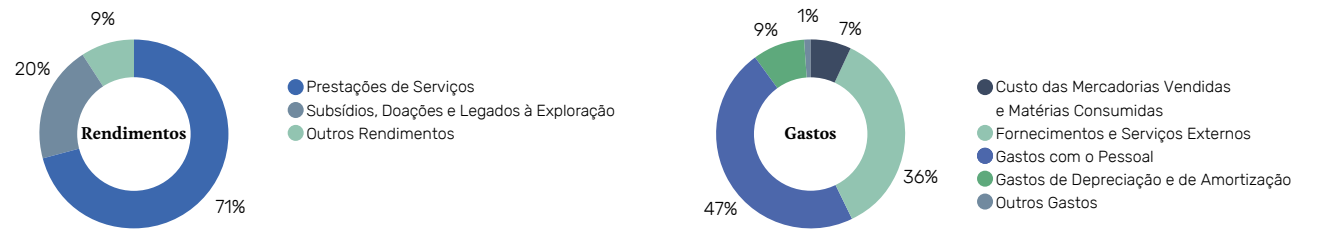
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Centro Hospitalar Conde Ferreira	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	6 378 361 €	6 155 461 €	6 198 089 €	6 832 572 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	4 052 361 €	4 109 586 €	4 154 324 €	4 868 733 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 434 792 €	1 423 415 €	1 354 020 €	1 383 821 €
Reversões	45 523 €	19 773 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	845 685 €	601 726 €	689 745 €	580 018 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	962 €	0 €	0 €
GASTOS	-7 927 816 €	-8 118 951 €	-8 024 499 €	-8 028 825 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-570 411 €	-535 460 €	-506 550 €	-520 516 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-2 463 871 €	-2 858 463 €	-2 757 795 €	-2 922 097 €
Gastos com o Pessoal	-4 141 068 €	-3 893 819 €	-3 951 582 €	-3 805 489 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-718 373 €	-724 470 €	-718 674 €	-738 489 €
Perdas por Imparidade	-11 728 €	-11 801 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	-100 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-22 214 €	-94 307 €	-89 450 €	-40 298 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-51 €	-631 €	-448 €	-1 936 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 549 456 €	-1 963 490 €	-1 826 410 €	-1 196 253 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

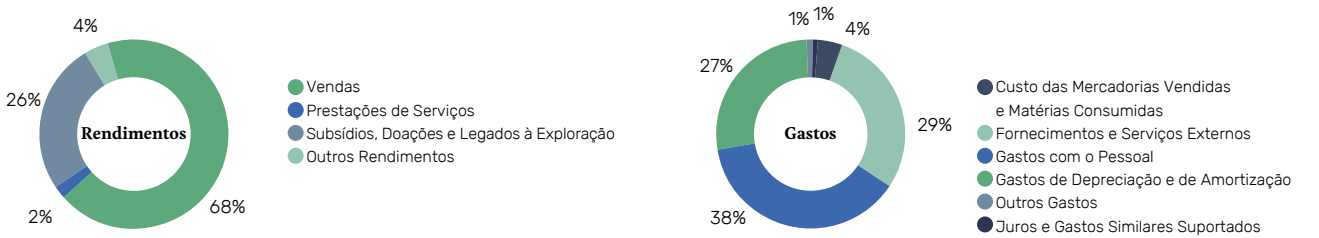
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Agricultura*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	229 483 €	196 344 €	201 546 €	208 635 €
Vendas	134 766 €	115 304 €	120 000 €	142 000 €
Prestações de Serviços	2 583 €	1 601 €	3 560 €	3 500 €
Variação nos Inventários da Produção	12 275 €	-6 420 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	67 486 €	69 791 €	67 486 €	54 000 €
Reversões	0 €	274 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	12 372 €	15 795 €	10 500 €	9 135 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-287 985 €	-296 346 €	-325 070 €	-329 548 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-3 695 €	-13 720 €	-12 550 €	-12 100 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-83 005 €	-72 307 €	-99 710 €	-97 176 €
Gastos com o Pessoal	-121 877 €	-117 387 €	-118 829 €	-125 058 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-75 812 €	-88 809 €	-89 140 €	-90 230 €
Perdas por Imparidade	-85 €	-116 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-3 512 €	-3 315 €	-4 350 €	-3 250 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	-691 €	-491 €	-1 734 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-58 503 €	-100 000 €	-123 524 €	-120 913 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Quinta d'Alva

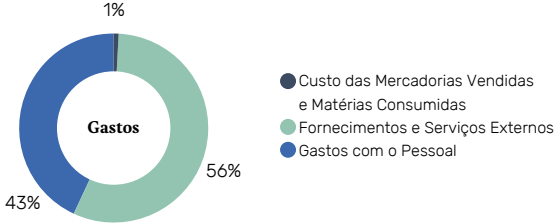
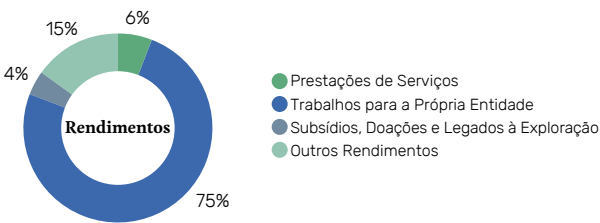
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Ambiente*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	240 279 €	190 211 €	230 989 €	199 689 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	11 937 €	11 143 €	12 500 €	12 500 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	219 179 €	173 278 €	212 639 €	149 072 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	0 €	0 €	0 €	7 786 €
Reversões	217 €	321 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	8 945 €	5 469 €	5 850 €	30 331 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-401 911 €	-369 822 €	-445 429 €	-375 250 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-632 €	-30 €	-1 660 €	-660 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-206 820 €	-188 961 €	-245 941 €	-211 605 €
Gastos com o Pessoal	-189 963 €	-176 933 €	-194 163 €	-160 551 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-2 455 €	-2 345 €	-2 665 €	-2 434 €
Perdas por Imparidade	-363 €	-413 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-1 678 €	-1 140 €	-1 000 €	0 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	0 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-161 632 €	-179 611 €	-214 440 €	-175 561 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Parque da Prelada | Parque Avides Moreira

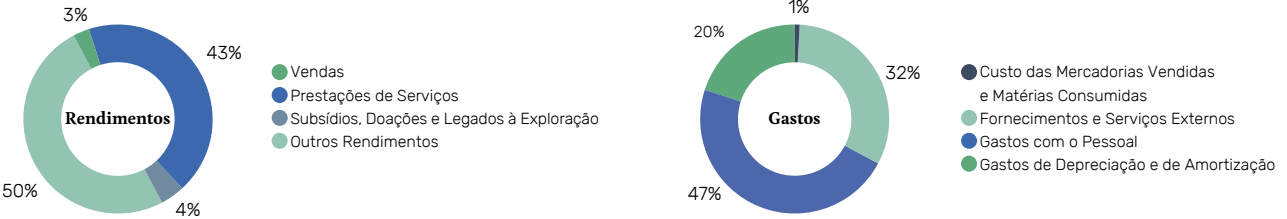
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Cultura*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	580 907 €	350 556 €	414 703 €	430 411 €
Vendas	12 859 €	9 843 €	15 100 €	15 350 €
Prestações de Serviços	131 427 €	131 656 €	182 700 €	184 880 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	32 248 €	5 552 €	600 €	16 758 €
Reversões	50 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	404 324 €	203 505 €	216 303 €	213 423 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-1 381 147 €	-1 185 570 €	-1 140 153 €	-1 201 289 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-7 126 €	-3 657 €	-14 180 €	-14 100 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-660 054 €	-366 038 €	-357 618 €	-386 121 €
Gastos com o Pessoal	-486 633 €	-522 711 €	-541 090 €	-567 082 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-223 190 €	-225 947 €	-224 613 €	-232 487 €
Perdas por Imparidade	-469 €	-6 803 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-3 674 €	-60 415 €	-2 652 €	-1 499 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-1 €	0 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-800 239 €	-835 014 €	-725 450 €	-770 878 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Museu (MMIPO) | Casa da Prelada | Gabinete Religioso e de Culto | Centro de Restauo

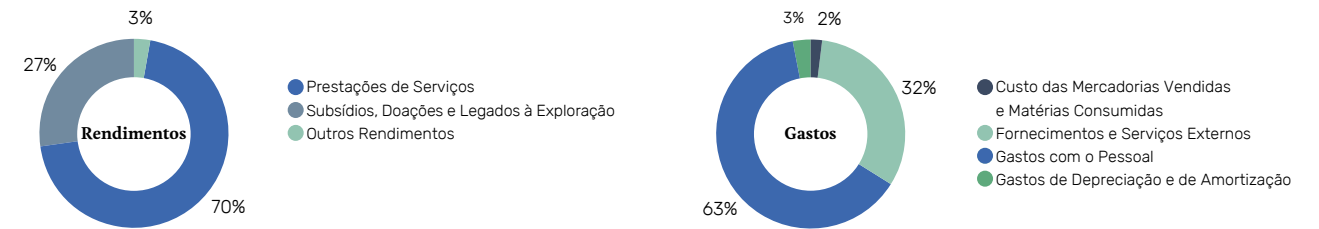
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Educação*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	2 469 416 €	2 631 879 €	2 741 362 €	2 961 510 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	1 712 345 €	1 797 549 €	1 917 125 €	2 063 062 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	665 005 €	686 049 €	716 572 €	798 592 €
Reversões	2 318 €	32 323 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	89 747 €	115 958 €	107 665 €	99 856 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-3 059 385 €	-3 277 463 €	-3 399 912 €	-3 452 653 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-75 549 €	-69 371 €	-70 517 €	-76 322 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-797 756 €	-909 258 €	-1 061 542 €	-1 087 932 €
Gastos com o Pessoal	-2 063 015 €	-2 097 557 €	-2 168 139 €	-2 171 112 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-93 538 €	-97 656 €	-97 404 €	-117 147 €
Perdas por Imparidade	-11 265 €	-14 381 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-18 262 €	-89 235 €	-2 310 €	-140 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	-4 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-589 969 €	-645 584 €	-658 550 €	-491 143 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Colégio Nossa Senhora da Esperança

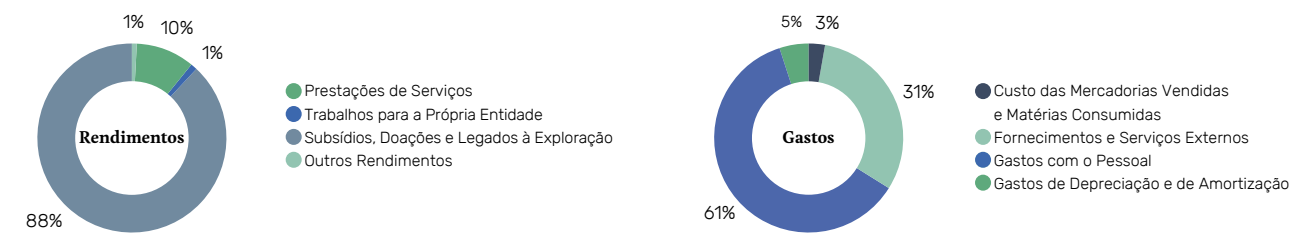
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Ensino Especial*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	1 606 826 €	1 713 386 €	1 626 133 €	1 762 525 €
Vendas	4 395 €	3 928 €	4 080 €	6 780 €
Prestações de Serviços	186 739 €	181 372 €	212 058 €	173 340 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	35 424 €	15 685 €	16 000 €	16 000 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 357 183 €	1 470 246 €	1 382 453 €	1 554 683 €
Reversões	3 561 €	3 569 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	19 525 €	38 587 €	11 542 €	11 722 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-1 867 930 €	-1 873 957 €	-2 047 298 €	-2 114 565 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-99 424 €	-85 252 €	-65 815 €	-47 652 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-486 598 €	-504 995 €	-639 349 €	-661 821 €
Gastos com o Pessoal	-1 178 041 €	-1 186 239 €	-1 244 181 €	-1 283 924 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-77 621 €	-84 233 €	-97 286 €	-120 595 €
Perdas por Imparidade	-12 032 €	-7 187 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-13 499 €	-6 051 €	-667 €	-573 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-714 €	0 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-261 104 €	-160 571 €	-421 165 €	-352 040 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Centro Integrado de Apoio à Deficiência | Centro Professor Albuquerque e Castro

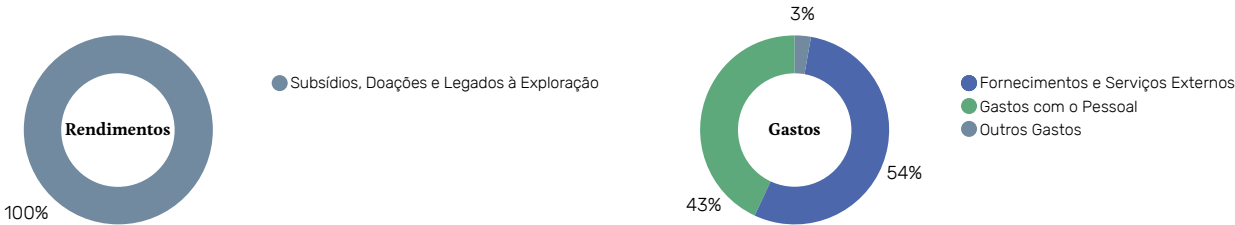
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Juventude*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	442 681 €	452 256 €	995 927 €	164 160 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	5 744 €	0 €	154 177 €	0 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	405 435 €	425 774 €	777 631 €	164 160 €
Reversões	0 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	31 502 €	26 482 €	64 119 €	0 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-906 833 €	-895 399 €	-1 490 596 €	-188 118 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-76 631 €	-60 599 €	-113 463 €	-547 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-267 966 €	-277 376 €	-603 076 €	-100 664 €
Gastos com o Pessoal	-483 664 €	-456 146 €	-698 263 €	-80 607 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-64 803 €	-64 291 €	-65 971 €	-798 €
Perdas por Imparidade	0 €	-29 223 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-13 768 €	-7 764 €	-9 823 €	-5 502 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-2 €	0 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-464 152 €	-443 142 €	-494 669 €	-23 958 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Acolhimento Familiar

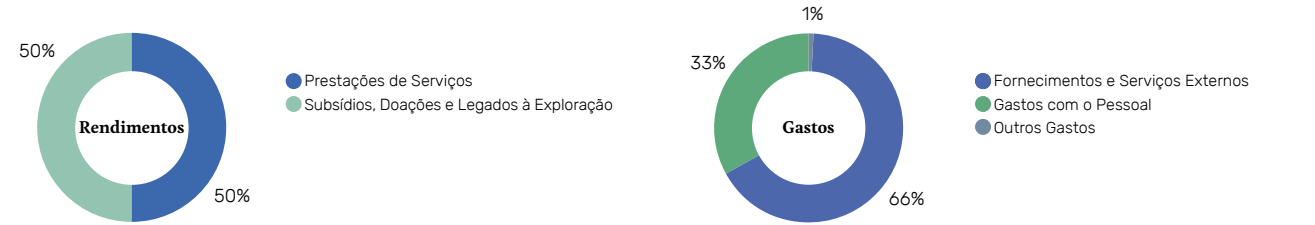
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Projetos Especiais*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	1 128 603 €	1 318 625 €	1 434 600 €	1 085 108 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	144 528 €	532 470 €	539 943 €	546 174 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	961 163 €	713 611 €	894 657 €	538 934 €
Reversões	0 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	22 911 €	72 544 €	0 €	0 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-1 310 434 €	-1 265 052 €	-1 536 868 €	-1 125 128 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-6 254 €	-1 082 €	-24 218 €	-1 409 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-761 377 €	-700 359 €	-935 694 €	-743 168 €
Gastos com o Pessoal	-480 720 €	-493 733 €	-499 963 €	-376 560 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-42 601 €	-16 809 €	-6 998 €	-3 991 €
Perdas por Imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-19 481 €	-53 068 €	-69 995 €	0 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	0 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-181 831 €	53 574 €	-102 268 €	-40 020 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Humaniza | Incorpora | Chave de Afetos 3.0 | POISE | Sempre Acompanhados Porto

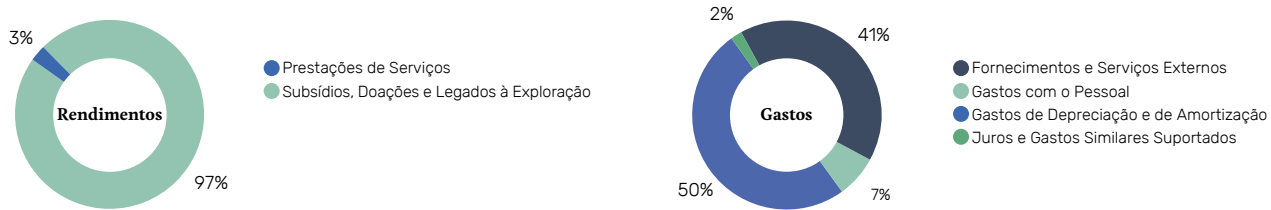
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Património*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	6 292 763 €	5 489 098 €	5 810 081 €	6 504 453 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	28 069 €	110 496 €	211 518 €	213 780 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	0 €	0 €	0 €	0 €
Reversões	12 478 €	121 504 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	6 252 216 €	5 257 097 €	5 598 563 €	6 290 673 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-2 640 610 €	-2 475 272 €	-2 514 205 €	-2 764 341 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-358 €	-2 226 €	-44 109 €	-2 216 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-902 267 €	-998 087 €	-1 018 455 €	-1 142 629 €
Gastos com o Pessoal	-171 056 €	-134 800 €	-187 822 €	-196 574 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-1 184 871 €	-1 188 789 €	-1 209 466 €	-1 374 835 €
Perdas por Imparidade	-20 410 €	-101 939 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-314 488 €	-4 370 €	-7 000 €	-3 625 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-47 159 €	-45 061 €	-47 353 €	-44 462 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3 652 153 €	3 013 826 €	3 295 876 €	3 740 112 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Complexos | Outros imóveis na Zona do Porto | Imóveis de Concelhos Fora do Porto | Residências Universitárias | Parques de Estacionamento

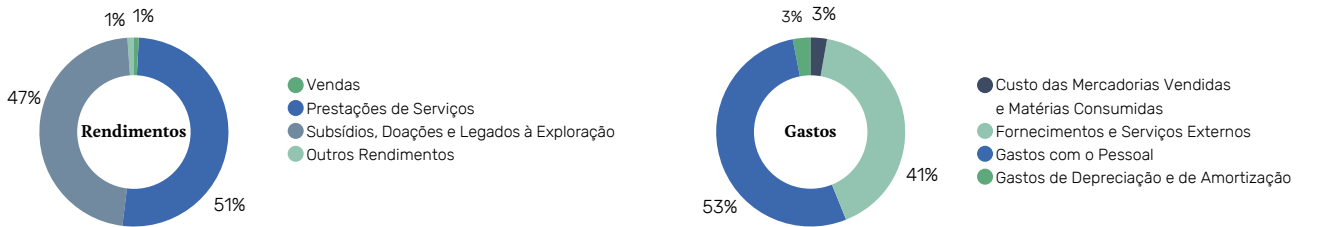
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Social*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	3 962 508 €	4 225 115 €	4 392 585 €	4 846 457 €
Vendas	50 096 €	54 614 €	58 080 €	60 439 €
Prestações de Serviços	1 652 920 €	1 846 831 €	1 996 420 €	2 479 277 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	2 141 587 €	2 219 394 €	2 318 147 €	2 277 386 €
Reversões	12 385 €	2 524 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	105 520 €	101 751 €	19 938 €	29 355 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-6 966 481 €	-7 262 614 €	-7 807 049 €	-8 211 477 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-246 000 €	-204 987 €	-249 580 €	-207 322 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-2 588 794 €	-2 898 157 €	-3 144 542 €	-3 402 008 €
Gastos com o Pessoal	-3 726 507 €	-3 791 412 €	-4 099 033 €	-4 308 995 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-272 400 €	-282 232 €	-298 763 €	-281 172 €
Perdas por Imparidade	-19 313 €	-22 449 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-113 379 €	-63 376 €	-15 131 €	-11 980 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-88 €	-1 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-3 003 973 €	-3 037 499 €	-3 414 464 €	-3 365 020 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* S. Lázaro | N.º. Sr.ª. Misericórdia | Pereira Lima | **Serviços de Apoio Domiciliário** | Casa St.º. António | Casa da Rua | CAS D. M. Martins | Serv. Saúde (UNISA)| Dep. Intervenção Social | Serv. Atendimento. e Acompanham. Social Integrado|Apartam.ºs Partilhados

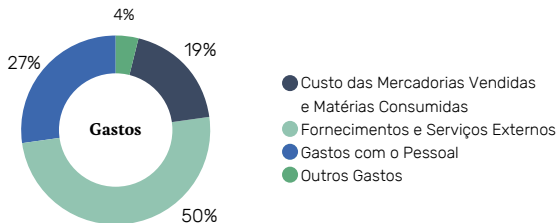
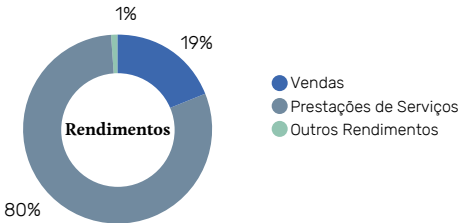
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Justiça*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	1 808 197 €	1 895 651 €	1 878 530 €	2 031 583 €
Vendas	307 976 €	351 526 €	360 000 €	387 000 €
Prestações de Serviços	1 456 501 €	1 520 931 €	1 507 530 €	1 631 097 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 277 €	6 439 €	0 €	0 €
Reversões	1 801 €	970 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	40 642 €	15 784 €	11 000 €	13 486 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-1 811 916 €	-1 977 085 €	-1 954 823 €	-2 120 165 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-331 857 €	-350 408 €	-370 038 €	-394 875 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-838 792 €	-972 720 €	-964 687 €	-1 050 220 €
Gastos com o Pessoal	-561 653 €	-573 181 €	-555 982 €	-580 527 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-650 €	-1 461 €	-948 €	-3 420 €
Perdas por Imparidade	-13 518 €	-1 357 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-65 445 €	-77 957 €	-63 168 €	-91 123 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	0 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-3 719 €	-81 434 €	-76 293 €	-88 582 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo - Feminino

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024

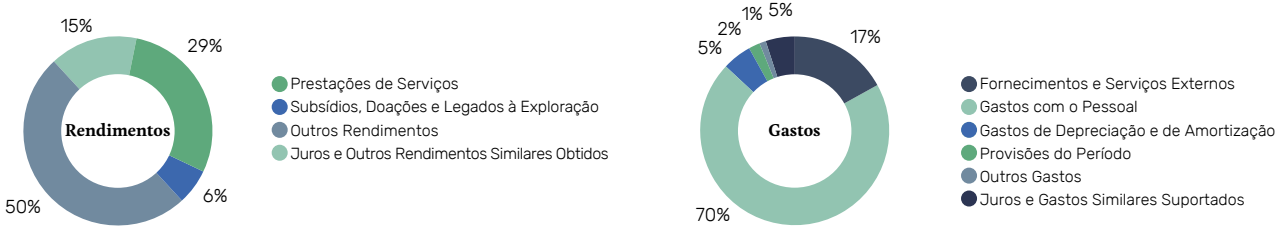


Serviços Partilhados e Corporativos*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	409 110 €	381 987 €	158 545 €	107 474 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	30 690 €	30 881 €	30 350 €	30 900 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	156 198 €	55 806 €	36 000 €	6 500 €
Reversões	9 746 €	112 732 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	34 323 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	157 316 €	166 076 €	84 317 €	53 332 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	20 835 €	16 492 €	7 878 €	16 742 €
GASTOS	-4 639 671 €	-4 685 299 €	-4 990 728 €	-5 018 176 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-21 960 €	-11 153 €	-14 475 €	-8 447 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-829 672 €	-810 307 €	-818 422 €	-875 942 €
Gastos com o Pessoal	-3 255 959 €	-3 440 065 €	-3 573 492 €	-3 517 102 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-312 191 €	-287 734 €	-261 150 €	-248 728 €
Perdas por Imparidade	-5 186 €	0 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	-41 404 €	-27 761 €	0 €	0 €
Provisões do Período	-69 313 €	0 €	-150 000 €	-75 000 €
Outros Gastos	-89 038 €	-74 910 €	-93 388 €	-26 906 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-14 948 €	-33 369 €	-79 801 €	-266 051 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-4 230 561 €	-4 303 312 €	-4 832 183 €	-4 910 702 €

Serviços Partilhados e Corporativos*	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
Hospital Prelada	2 203 167 €	2 270 666 €	2 552 864 €	2 682 606 €
C. H. Conde Ferreira	512 656 €	547 163 €	587 115 €	609 341 €
Saúde	2 715 823 €	2 817 829 €	3 139 979 €	3 291 947 €
Agricultura	23 627 €	22 813 €	21 503 €	20 759 €
Ambiente	15 153 €	16 937 €	15 368 €	14 101 €
Cultura	61 029 €	61 709 €	72 040 €	66 854 €
Educação	184 118 €	199 940 €	215 098 €	214 927 €
Ensino Especial	135 309 €	137 188 €	193 257 €	215 270 €
Justiça	116 201 €	101 302 €	120 272 €	121 207 €
Juventude	52 553 €	59 686 €	87 615 €	15 899 €
Projetos Especiais	77 378 €	41 951 €	76 265 €	36 093 €
Património	340 002 €	335 875 €	336 410 €	346 677 €
Social	509 368 €	508 082 €	554 376 €	566 968 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (APÓS IMPUTAÇÕES)	0 €	0 €	0 €	0 €

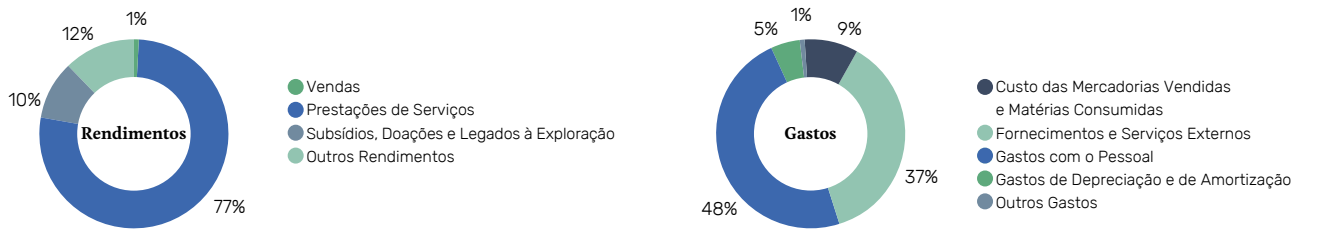
* Departamentos: Contabilidade e Finanças, Gestão Administrativa e Património, Recursos Humanos e Formação Profissional, Gestão Organizacional e Sistemas de Informação | Gabinetes: Auditoria Interna, Provedoria, Assuntos Jurídicos e Contencioso | Sede

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024



Consolidado Analítico (Com imputação dos SPeC)	REALIZADO 2021	REALIZADO 2022	ORÇAMENTO 2023	ORÇAMENTO 2024
RENDIMENTOS	59 261 539 €	60 586 995 €	62 107 269 €	65 705 104 €
Vendas	510 092 €	535 215 €	557 260 €	611 569 €
Prestações de Serviços	42 208 715 €	44 934 921 €	46 287 069 €	50 150 934 €
Variação nos Inventários da Produção	12 275 €	-6 420 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	254 603 €	188 962 €	228 639 €	165 072 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	7 069 426 €	7 033 830 €	7 511 566 €	6 801 448 €
Reversões	130 575 €	446 884 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	9 075 853 €	7 452 641 €	7 522 735 €	7 976 081 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	962 €	0 €	0 €
GASTOS	-63 687 322 €	-64 075 105 €	-66 031 651 €	-66 962 295 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-6 220 742 €	-5 945 738 €	-6 500 248 €	-6 204 060 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-21 450 932 €	-22 954 265 €	-24 180 949 €	-25 113 408 €
Gastos com o Pessoal	-30 986 519 €	-30 928 724 €	-31 608 982 €	-31 802 324 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-3 498 514 €	-3 404 685 €	-3 229 542 €	-3 428 707 €
Perdas por Imparidade	-193 231 €	-196 658 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	-100 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-1 285 451 €	-589 453 €	-462 269 €	-345 738 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-51 833 €	-55 581 €	-49 661 €	-68 058 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-4 425 783 €	-3 488 110 €	-3 924 382 €	-1 257 191 €

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2024





ORÇAMENTO 2024	SAÚDE			AGRICULTURA	AMBIENTE	CULTURA
	HOSPITAL DA PRELADA	CENTRO HOSP. CONDE FERREIRA	TOTAL SAÚDE			
RENDIMENTOS	38 678 001 €	6 832 572 €	45 510 573 €	208 635 €	199 689 €	430 411 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	142 000 €	0 €	15 350 €
Prestações de Serviços	37 974 591 €	4 868 733 €	42 843 324 €	3 500 €	12 500 €	184 880 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €	149 072 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	5 328 €	1 383 821 €	1 389 149 €	54 000 €	7 786 €	16 758 €
Reversões	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	698 082 €	580 018 €	1 278 100 €	9 135 €	30 331 €	213 423 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-37 050 936 €	-8 028 825 €	-45 079 761 €	-329 548 €	-375 250 €	-1 201 289 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-4 926 341 €	-520 516 €	-5 446 857 €	-12 100 €	-660 €	-14 100 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-13 307 967 €	-2 922 097 €	-16 230 064 €	-97 176 €	-211 605 €	-386 121 €
Gastos com o Pessoal	-18 145 845 €	-3 805 489 €	-21 951 334 €	-125 058 €	-160 551 €	-567 082 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-463 109 €	-738 489 €	-1 201 598 €	-90 230 €	-2 434 €	-232 487 €
Perdas por Imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-187 748 €	-40 298 €	-228 046 €	-3 250 €	0 €	-1 499 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-19 926 €	-1 936 €	-21 862 €	-1 734 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1 627 065 €	-1 196 253 €	430 812 €	-120 913 €	-175 561 €	-770 878 €

EDUCAÇÃO	ENSINO ESPECIAL	JUVENTUDE	PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO	SOCIAL	PROJETOS ESPECIAIS	JUSTIÇA	CONSOLIDADO	SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS
2 961 510 €	1 762 525 €	164 160 €	6 504 453 €	4 846 457 €	1 085 108 €	2 031 583 €	65 705 104 €	107 474 €
0 €	6 780 €	0 €	0 €	60 439 €	0 €	387 000 €	611 569 €	0 €
2 063 062 €	173 340 €	0 €	213 780 €	2 479 277 €	546 174 €	1 631 097 €	50 150 934 €	30 900 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	16 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	165 072 €	0 €
798 592 €	1 554 683 €	164 160 €	0 €	2 277 386 €	538 934 €	0 €	6 801 448 €	6 500 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
99 856 €	11 722 €	0 €	6 290 673 €	29 355 €	0 €	13 486 €	7 976 081 €	53 332 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	16 742 €
-3 452 653 €	-2 114 565 €	-188 118 €	-2 764 341 €	-8 211 477 €	-1 125 128 €	-2 120 165 €	-66 962 295 €	-5 018 176 €
-76 322 €	-47 652 €	-547 €	-2 216 €	-207 322 €	-1 409 €	-394 875 €	-6 204 060 €	-8 447 €
-1 087 932 €	-661 821 €	-100 664 €	-1 142 629 €	-3 402 008 €	-743 168 €	-1 050 220 €	-25 113 408 €	-875 942 €
-2 171 112 €	-1 283 924 €	-80 607 €	-196 574 €	-4 308 995 €	-376 560 €	-580 527 €	-31 802 324 €	-3 517 102 €
-117 147 €	-120 595 €	-798 €	-1 374 835 €	-281 172 €	-3 991 €	-3 420 €	-3 428 707 €	-248 728 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-75 000 €
-140 €	-573 €	-5 502 €	-3 625 €	-11 980 €	0 €	-91 123 €	-345 738 €	-26 906 €
0 €	0 €	0 €	-44 462 €	0 €	0 €	0 €	-68 058 €	-266 051 €
-491 143 €	-352 040 €	-23 958 €	3 740 112 €	-3 365 020 €	-40 020 €	-88 582 €	-1 257 191 €	-4 910 702 €

Plano de investimentos 2024

NATUREZA DO INVESTIMENTO	2024
Edifícios e Outras Construções	2 690 000
Equipamento Básico	576 100
Equipamento Administrativo	310 300
Outro Equipamento	61 570
Software	156 000
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3 793 970

Valores em Euros
Valores c/IVA

Nota: O investimento poderá crescer 2 M€ com recurso a financiamento externo.



PARECER DO DEFINITÓRIO



DEFINITÓRIO

PARECER SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024

Nos termos da alínea c) do número 1, bem como do número 3 do artigo 57.º do Compromisso, o Definitório apreciou o Plano de Atividades e Orçamento da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), referentes ao Exercício de 2024.

O Definitório considera que os documentos, elaborados pela Mesa Administrativa, explicitam, de forma clara, detalhada e transparente, a atividade projetada para o ano de 2024 e os seus reflexos nas respetivas contas.

Na projeção da atividade da SCMP para o próximo ano, continua a salientar-se o efeito negativo da invasão da Ucrânia pela Rússia, agora agravado pelo conflito na faixa de Gaza, que poderá inverter o abrandamento da onda inflacionista, pelo agravamento dos custos energéticos.

Ainda do lado dos gastos, o aumento do salário mínimo nacional, superior à taxa de inflação esperada, continua a influenciar o aumento induzido nos custos salariais.

No domínio dos rendimentos, a renegociação do contrato do Hospital da Prelada com o Serviço Nacional de Saúde perspetiva uma melhoria do aumento da faturação.

Apraz-nos registar a consagração do "princípio da prudência orçamental", traduzido na contração de novos financiamentos apenas afetos a investimento, bem como do "princípio da consolidação orçamental", levando a um especial acompanhamento da execução orçamental e do controle da despesa.

Neste contexto, estão previstos Rendimentos no valor de 65.813 mil €, ainda inferiores aos 67.070 mil € de Gastos orçamentados.

No Plano de Investimentos, perspetiva-se a aplicação de cerca de 3.794 mil €, 71% dos quais em Edifícios e Outras Construções, possibilitando a reabilitação do edificado e a



NV
J
J

rentabilização do património de rendimento, destacando-se a modernização do Hospital da Prelada, a melhoria de acolhimento do Conde de Ferreira e a criação de uma nova Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

Assim, o Resultado Líquido previsto é negativo em 1.257 mil €, o que, em valor absoluto, ainda é expressivo, mas já traduz uma significativa redução face aos resultados dos últimos exercícios.

Esta evolução resulta das decisões de gestão tomadas pela Mesa Administrativa de descontinuar alguns equipamentos e reajustar a atividade dos mais deficitários, sendo indispensável dar-lhe continuidade, de modo a concretizar as Prioridades Estratégicas consagradas no Plano de Atividades para 2024, tendo em vista assegurar a sustentabilidade financeira, social, política, económica e ambiental da Misericórdia do Porto.

PARECER:

Pelo exposto, emitimos Parecer favorável à aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da SCMP para 2024, propondo-se a sua aprovação pelos Irmãos na Assembleia Geral convocada para o efeito.

Finalmente, esperamos que o empenho e a determinação da Mesa Administrativa e dos Colaboradores da SCMP continuem a proporcionar uma melhoria dos resultados da Instituição, tendentes ao seu necessário equilíbrio económico-financeiro.

Porto, 6 de novembro de 2023

O Definitório,

António José Ramalho Monteiro, Presidente

Justino Cruz dos Santos, Vice-Presidente



**misericórdia
do porto**

Alexandra Josefa Rodrigues Afonso, Secretário

José Carlos Pires Póvoas, Vogal

Nuno Camilo Mota Oliveira, Vogal

Ficha Técnica

Coordenação

Gabinete de Marketing e Comunicação
marketing.comunicacao@scmp.pt

Design Gráfico

B+ comunicação

Fotografia

Helder Rodrigues
Misericórdia do Porto

Impressão

Centro Prof. Albuquerque e Castro

2023





Rua Joaquim de Vasconcelos, 79
4050-311 Porto

T +351 220 924 422
scmp@scmp.pt
www.scmp.pt

